

O MUNDO COMO FÁBRICA DE ENGANO:
O estado do debate acerca da democracia em contextos pós-
nacionais

GEORGE GOMES COUTINHO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO**

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
AGOSTO/2007

**O MUNDO COMO FÁBRICA DE ENGANO:
O estado do debate acerca da democracia em contextos pós-nacionais**

GEORGE GOMES COUTINHO

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção de título de mestre em Políticas Sociais.

ORIENTADOR: PROF. DR. ADELIA MARIA MIGLIEVICH RIBEIRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
AGOSTO DE 2007

**O MUNDO COMO FÁBRICA DE ENGANO:
O estado do debate acerca da democracia em contextos pós-nacionais**

GEORGE GOMES COUTINHO

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção de título de mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em: 30 de agosto de 2007

Comissão Examinadora:

Examinador – Prof. Adriano de Freixo (Doutor, História Social) – CEFET RJ

Examinador – Prof. Frederico Schwerin Secco (Doutor, Filosofia) - UENF

Examinador– Prof. Sérgio Luiz Pereira Silva (Doutor, Ciências Humanas) - UENF

Orientadora – Prof. Adelia Maria Miglievich Ribeiro (Doutora, Sociologia) - UENF

*Em memória de Salvador
Machado Gomes e Sylles Spierr
Moreira Gomes*

Agradecimentos

Agradecer é, após a realização de um trabalho, o reconhecimento de dívidas. Também é o momento mais intimista de uma trajetória acadêmica, onde o autor se expõe reconhecendo e fazendo reconhecer que este é humano de onde pode-se vislumbrar uma pequena parcela dos círculos que o compõem enquanto Ser. Vamos então a eles.

Meu agradecimento ao corpo de funcionários do Centro de Ciências do Homem, em particular à secretária do curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais Ana Paula Caputo pela sua solicitude em atender meus insistentes pedidos, mesmo quando feitos por e-mail.

Aos meus mestres Frederico Secco e Glauco Tostes, muitíssimo obrigado pelas lições acadêmicas e humanas prestadas. Meu endividamento deve ser pago em suaves prestações pelos próximos anos. Estendo o meu reconhecimento aos bons professores que ao longo de minha trajetória me estimularam apresentando-me a ciência e a pesquisa.

Emil, Gustavo (Guga), Ranieri (Rani) e Cristiano (Dadá), lhes devo os bons momentos desfrutados com muitíssimo barulho. Obrigado pelos Misfits, Ramones, Elvis Presley, Beatles e Pearl Jam. Pelo “sonzinho” enfim.

Aos Gomes. Uma torrente de primos, primas, tios, tias, etc.. A minha irmã e meu pai. Não foram poucas as vezes em que meu ego foi inflado por vocês em momentos de baixa auto estima.

Ao grupo de pesquisa formado “daquele tempo de seminários” Márcia Mérida, Halisson Paes, Tahiana Fernandes, Glauber Rabelo, Francisca Caroline de Ávila, ao Núcleo de Estudos em Teoria Social como um todo. Ao Paulo Sérgio Ribeiro da Silva Júnior, meu grande camarada e parceiro de guerrilhas institucionais. À

“máfia” de Juiz de Fora, sobretudo Roberto Dutra e Fabrício Maciel. Ao Brand Arenari em Berlin. Ao Fabrício Monteiro Neves (Bill) em Porto Alegre. Ao José Colaço no Rio de Janeiro. Este trabalho é síntese do que fizemos nos últimos anos. Nada mais e nada menos.

Para a minha querida orientadora e amiga Adelia Miglievich, fica o agradecimento pelas inúmeras provas de dignidade em todos estes anos de “iluminífero” convívio no LEEA. Indubitável o quanto eu aprendi e o sem número de lições que levo inscritas em meu fazer profissional.

À minha querida mãe, Silvia Regina. Este trabalho é também seu na medida em que me autocompreendo como uma extensão de você. Minha dívida é eterna.

Para minha bióloga amada Giselle, que acompanha as idiossincrasias deste impenitente sociólogo prático há pouco mais de 06 anos, agradeço pela compreensão e pelo amor que tornaram este trabalho possível. Sua disciplina e hombridade demarcam este trabalho de ponta a ponta.

“Antigamente, nas revoluções, as estações de trem eram ocupadas, hoje ocupamos conceitos.”

Heiner GeiBler - Deputado
democrata-cristão alemão

“O pós-modernismo desarmou a autocompreensão da modernidade. Não se sabe mais bem ao certo se a concepção democrática de uma sociedade que atua politicamente sobre si com a vontade e a consciência dos seus cidadãos reunidos assume os traços de uma utopia desejável e fora de moda ou de uma utopia perigosa.”

J. Habermas

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Resumo..... | 1 |
| Abstract..... | 2 |
| Introdução..... | 3 |
| 1. A democracia e sua polissemia: algumas proposições normativas na contemporaneidade..... | 10 |
| 1.1 - Ellen Wood e a crítica marxista..... | 13 |
| 1.2. A democracia no capitalismo desorganizado de Claus Offe..... | 17 |
| 1.3 - Habermas e a democracia procedimental..... | 20 |
| 1.4 - Boaventura de Sousa Santos: por uma democracia inventiva e periférica...26 | |
| 2. Contextos pós-nacionais e desafios teóricos à democracia na <i>baixa modernidade</i>..... | 33 |
| 2.1 – Tempo e espaço sob nova perspectiva..... | 36 |
| 2.2 – Embates de paradigmas: entre a reflexividade e o neomedievalismo..... | 43 |
| 2.3 – (Im)possibilidades (in)desejáveis: configurações de uma sociedade civil global..... | 59 |
| 3. De Davos a Porto Alegre – dois fóruns mundiais no ano de 2005. <i>O mundo como fábrica de engano</i>..... | 69 |
| 3.1 – Diferentes histórias. Diferentes destinos? – antecedentes e breve histórico de dois fóruns mundiais..... | 71 |
| 3.2 - “Fala quem pode, obedece quem tem juízo”: quem detém o discurso em Davos no ano de 2005?..... | 81 |
| 3.3 – O Fórum Social Mundial de 2005 e as dificuldades de inovação política..... | 87 |

| | |
|---|------------|
| 3.4 – O Estado-Nacional como protagonista da coordenação moral de consensos democráticos..... | 97 |
| <i>Considerações Finais</i>..... | 102 |
| <i>Referências bibliográficas</i>..... | 110 |

Resumo

O presente estudo visa analisar os dilemas da democracia contemporânea focado em três diferentes eixos seqüenciados. Primeiramente, discutimos quatro proposições normativas ao redor da democracia representadas por Claus Offe, Ellen Wood, Jürgen Habermas e Boaventura de Sousa Santos. Em seguida, centramos o debate acerca do paradigma da democracia cosmopolita tal qual proposto por Anthony Giddens e Jürgen Habermas, elaborando uma crítica que nos remete à desmistificação do conceito de sociedade civil global que é aqui interpretado como sendo uma decorrência do paradigma anterior. Ancorados no debate teórico buscamos revelar os limites do cosmopolitismo enquanto prática viável contemporânea retomando o Estado-Nação enquanto espaço politicamente relevante para o século XXI. Através de duas experiências de Espaços Públicos Transnacionais, o Fórum Social Mundial e o Fórum Econômico Mundial no ano de 2005, problematizamos as dificuldades de institucionalização da vontade política em contextos pós-nacionais. Nesse sentido, a dissertação introduz, sem pretensões de esgotamento, o intenso debate sobre valores centrais da modernidade jamais completada: o Estado-Nação e a democracia.

Palavras-Chave: *Democracia, cosmopolitismo, Espaço Público Transnacional, Globalização, Fóruns Mundiais.*

Abstract

The present study aims to analyze the contemporary democracy dilemmas focused in three different sequenced axes. First we consider four normative proposals around democracy represented by Claus Offe, Ellen Wood, Jürgen Habermas and Boaventura de Sousa Santos. Following, we center the debate around the paradigm of the cosmopolitan democracy such as proposed by Anthony Giddens and Jürgen Habermas, elaborating the critical that remit us to the demystification of the global civil society concept that here is interpreted as being a result of the previous paradigm. Anchored in the theoretical debate we seek to disclose the cosmopolitanism limits as a viable practice contemporary retaking the Nation-State while a politically important space for 21th century. Across two Transnational Public Space experiences, the World Social Forum and the World Economic Forum in the year of 2005, we discuss the political will institutionalization difficulties in post-national spaces. In this way, the dissertation introduces, without exhaustion pretensions, the intense debate under the modernity never completed central values: the Nation-State and the democracy.

Key Words: *Democracy, cosmopolitanism, Transnational Public Spaces, globalization, World Forums*

Introdução

A democracia em suas múltiplas versões atrai a atenção de políticos, estudiosos e das pessoas comuns que, com maior ou menor vigor, não ousam contestá-la. Este aparente consenso oculta um dissenso de conseqüências nada irrelevantes. Nesta dissertação, propomos o exercício paulatino de seu desvelamento ao mesmo tempo em que identificamos questões que se revitalizam ou se apresentam com ares de novidade na contemporaneidade clamando o compromisso das ciências sociais, dentre outras, em estudá-las.

A idílica e não pouco forte imagem da democracia clássica grega, com suas sociedades de habitantes autônomos e auto-governados, regrados pela eqüidade e dinâmica discursivas em efetiva simetria, ainda que extremamente restritivas ao excluir segmentos amplos da população, significava a substituição da violência pela política como estratégia de tomada de decisões com base na pluralidade das vozes e no convencimento discursivo entre pares (Cf. Habermas, 2000). A *polis*, contudo, tinha sua viabilidade justamente na adoção de rígidos critérios de inclusão em seu círculo. Uma vez que seu pressuposto era a simetria no debate, há que se lembrar que os homens que a esta aderiram eram igualmente livres e proprietários, cujas condições de sobrevivência e reprodução estavam de tal modo solucionadas que não eram, em momento algum, alvo de contendas na interação singular que se dava na *polis* segundo analistas como Held (s.d.). Mesmo acusada de ingênua e romântica, Hannah Arendt (1997; 2001), soube exaltar a experiência de autonomia do sujeito presente na *polis* como intrinsecamente relacionada à realização plena da *condição humana* mediante o exercício da virtude pública. Para ela, a esfera privada é cerceadora se obriga o sujeito a *privar-se* do espaço público. Sua compreensão singular da política como pilar da dignidade humana é passível de ser traduzida em sua crença no que Tocqueville (1988) chamara de *interesse bem-compreendido* produzido por indivíduos livres e iguais em formas de articulações democráticas da vida em sociedade ¹.

¹ Cf. Miglievich Ribeiro. "Condição humana, condição cidadã: um ensaio sobre a dignidade da política e os desafios do novo Estado democrático", 2006.

A democracia representativa que somente tornou-se quantitativamente evidente e politicamente relevante no primeiro quartel de nosso ainda recente século XX, alimentou a polêmica entre duas figuras emblemáticas do confronto entre as forças ideológicas da *direita* e da *esquerda*. De um lado, Robert Michels (1876-1936), do outro, o líder bolchevique Vladimir Ilitch Ulianov Lênin (1870-1924).

Michels, no clássico *Os Partidos Políticos* (1970), submete ao crivo da sociologia política a sua axiomática formulação em torno da *lei de ferro das oligarquias*. A partir do estudo empírico do Partido Social Democrata Alemão, da observação do cotidiano sindical e do levantamento de densa documentação, Michels inferiu que decorria do processo de sua *rotinização* uma inevitável e profunda divisão social do trabalho que expressava, também, uma divisão *política* do trabalho entre dirigentes e dirigidos da qual nenhuma organização burocrática escapa, a despeito de seu ideário mais progressista e revolucionário ou menos. A democracia, portanto, assim como para Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto que com Michels compõem a tríade clássica do pensamento elitista, não realiza a igualitarização entre os homens (Cf. Grynszpan, *Op. Cit*), sendo que para os elitistas, isso não é um dado negativo.

À esquerda de Michels, Lênin também é cético ante a realização dos pressupostos da igualdade entre os homens relativamente à matriz da *democracia burguesa* então conhecida. Lênin (2005) não via outra saída para uma autêntica realização da práxis política e do destino do proletariado - a sintetizar a luta da humanidade por sua emancipação de todas as formas de opressão - que não fosse pela luta de classes, isto é, pela via revolucionária. Concebendo a democracia e o capitalismo como antitéticos, desprezava o que chamou de simulacro de *república democrática*: a experiência norte-americana (Cf. Lênin, 1983). É, todavia, em sua hoje controversa tese acerca da ação política consubstanciada por uma *vanguarda revolucionária* que a descrença na soberania popular direta, não dirigida por um grupo específico informado politicamente, torna-se ainda mais patente.

Trazemos, para fins deste estudo, quatro autores contemporâneos, de espectros políticos divergentes, dedicados à reflexão dos movimentos mais recentes da democracia pós-*Welfare*². Falamos aqui de Claus Offe (1940 -), Ellen Meiksins Wood (1942 -), Jürgen Habermas (1929 -) e Boaventura de Sousa Santos (1940 -).

Claus Offe incita-nos à crítica da *democracia minimalista* e chama atenção para os denominados *novos movimentos sociais* em seu potencial de revitalização das instituições democráticas contemporâneas. Ellen Meiksins Wood atenta para a centralidade da categoria *trabalho* na coordenação social, argumentando em torno da contradição entre capital e trabalho e advogando sua supressão sem, por isso, buscar reproduzir as experiências no Leste europeu. Jürgen Habermas aposta na chamada *democracia deliberativa e procedimentalista* numa rejeição àquelas *realmente existentes* quer de matriz republicana quer de matriz liberal. Boaventura de Sousa Santos, apontando para inovações substantivas que advêm de práticas situadas ao sul do globo, propõe inovações institucionais como formas de se responder ao atual quadro de crise estrutural.

É nesta seara que este estudo se insere. Reconhecendo a chamada *Terceira Onda de Democratização*³ como marco de uma notável identificação dos mais variados e mesmo polarizados espectros políticos com a idéia de democracia em seus múltiplos significados. A dita *terceira grande onda* proveniente do término de ditaduras e findando com a queda da *cortina de ferro* não chegou a traduzir

² Nos referimos ao momento singular do Welfare State (Estado de Bem Estar Social), momento de universalização de políticas sociais ocorrido notadamente na Europa Ocidental industrializada. Esta experiência perdura do pós-2º Guerra Mundial, se considerarmos a universalização de políticas de cunho social democrata, até chegarmos às primeiras experiências de embate das mesmas em fins da década de 1970. Desta forma nos referimos aos quatros autores como “pós-welfareanos”.

³ Definição proposta pelo cientista político estadunidense Samuel P. Huntington em obra homônima (1994) no qual visa compreender o salto de países na adesão aos cânones da democracia liberal representativa, no período compreendido entre 1974 e 1990, cujo passo inicial seria a revolução dos Cravos em Portugal. Esta terceira onda, ainda segundo o mesmo estudo, teria dobrado o número de países que fariam uso da democracia representativa totalizando a época algo mais que 60 (sessenta) Estados-Nacionais. Número ainda modesto se compararmos aos 140 países do mundo, em um universo de 200, que realizam eleições multipartidárias, ou seja, com dois partidos ou mais, evidentemente (Cf. PNUD, 2002). Contudo, segundo o mesmo relatório somente 82 destes países seriam “inteiramente democráticos”. Para uma análise aprofundada dos indicadores utilizados neste relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) ver Valente, 2004.

uma avaliação da *qualidade* das mais recentes experiências democráticas que se proliferaram ⁴ ou de suas instituições políticas no cenário mundial. Serviu, entretanto, para constatar o crescimento numérico de governos ditos democráticos e, paradoxalmente, a agudização, como nota Mészáros (2007), da *crise estrutural da política*, explicitada em sua submissão ao *mercado político*, nos países centrais e periféricos. Dito de outro modo, a profissionalização da política, como denunciada por Michels (*op. cit.*) ainda na primeira metade do século XX, gerou uma perspectiva circular em que o objetivo dos partidos é sua fixação em torno das esferas do poder numa adesão ao que se chamou *maquiavelismo amoral*, isto é, na rejeição à proposição de programas que conformem projetos de sociedade distintos.

A mobilidade gerada por ações transnacionais explicita algo que já era latente: o capitalismo, sinônimo de modernidade, revigora-se, ao fim do século, com profundas aspirações *globais* e *globalizantes*. Contudo, dialeticamente, como fruto do mesmo movimento, as operações necessitam não menos do forte aparato organizativo proporcionado, até onde é possível conhecer, somente pelos Estados-Nacionais. É esta, precisamente, a contraditória equação que sustenta as relações modernas: um marco interno, o Estado-Nação, e outro externo, o espaço para além das suas fronteiras.

O fenômeno evidenciado como *falência da política*, segundo Oliveira (2003; 2006), isto é, sua *irrelevância* no plano da disputa por legitimidade para projetos de sociedade não se dissocia da relevância cada vez maior do *grande capital*, norteador das exigências macro-estruturais evocadas pelas grandes agências multilaterais que convive, aparentemente sem maiores problemas, com a *universalização* de procedimentos políticos, como as eleições regulares.

⁴ Segundo Valente (2004), o PNUD subsidiado pelas Nações Unidas, e a entidade não governamental norte-americana *Freedom House* propõem flexibilizar o paradigma hegemônico demonstrando que apenas a frequência de eleições regulares não pode ser suficiente para se avaliar as experiências democráticas no mundo. Outros dados, objetivos e subjetivos, devem compor as análises visando a apresentar uma radiografia mais exata da democracia no mundo, estimulando, sobretudo, o fortalecimento de mecanismos de participação que venham a conferir maior controle da sociedade sobre os processos políticos. Ainda assim, sabemos que a idéia de participação é reinterpretada de diferentes formas nas democracias contemporâneas.

Não se negam que as *configurações pós-nacionais* (Habermas, 2001; 2002a; Costa, 2002) coloquem em risco a estabilidade dos Estados-Nacionais. A volatilidade do capital - prescindindo inúmeras vezes da mediação nacional - o esmaecimento das fronteiras/divisas territoriais, a desterritorialização dos movimentos sociais e os novos fluxos migratórios (Giddens, 1999; Costa, 2003) propõe desafios à democracia contemporânea em sua diversidade de interpretações. Eis que o historiador inglês Erick Hobsbawm (2001), em sua refinada ironia, diz: “*Existem palavras às quais ninguém gosta de ver o próprio nome associado publicamente, tais como ‘racismo’ e ‘imperialismo’. Há outras, como ‘mães’ e ‘ambiente’, pelas quais todos correm a manifestar seu entusiasmo. Uma dessas últimas é ‘democracia’*”.

Dedicamo-nos a expor o debate acerca das novas configurações espaço-temporais existentes de modo que tanto as suas raízes econômicas quanto culturais possam ser visualizadas a fim de se montar um melhor panorama dos processos de *encaixes, desencaixes e reencaixes* proporcionados pelo aprofundamento da *reflexividade*, como proposto pelo sociólogo inglês Anthony Giddens que inaugura o paradigma da *segunda modernidade*. Analisamos, num segundo momento, a viabilidade do cosmopolitismo que tem sido apontado como uma das soluções para o atual impasse democrático. Para tanto, atentamos para dois grandes fóruns mundiais contemporâneos, o Fórum Econômico Mundial e o Fórum Social Mundial (doravante FEM e FSM), em suas edições de 2005.

A dissertação estrutura-se em três capítulos. No capítulo 1, apresentamos com um breve antecedente histórico do conceito de democracia e, ante sua polissemia contemporânea, quatro versões, quais sejam, as de Claus Offe, Ellen Wood, Jürgen Habermas e Boaventura de Sousa Santos acerca das possibilidades e limites deste formato político. Nossos autores, de diferentes maneiras, inquirem a política tal como hoje se apresenta exigindo, pela via reformista ou revolucionária, o resgate dos conteúdos emancipatórios modernos em torpor na contemporaneidade. A busca pela apreensão de tal debate revela, a nosso ver, a inocuidade de se separar uma ciência social empírica de uma normativa. O tema da democracia realiza-se concretamente em ambas as

dimensões. O que é a democracia é o que as pessoas *crêem* que ela seja, ao que as pessoas obedecem ou se insurgem, o que as pessoas rejeitam ou procuram. O *fazer* democrático explicita-se nas instituições, em seus conflitos, em sua negação e afirmação, na transformação cotidiana e histórica de práticas e valores.

No capítulo 2, reunimos Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Jean Cohen na tarefa de construção do conceito de *sociedade civil global* que, em seguida, colocamos em xeque na acirrada crítica de Thomas Olesen mediante sua proposição do contra-conceito de *espaços públicos transnacionais*. Particularmente, é nossa intenção, neste capítulo, contribuir para a abertura de *picadas* na discussão mais ampla sobre o cosmopolitismo e suas ambigüidades.

Por fim, sem a pretensão de exaustão, discutimos no último capítulo dois fóruns mundiais de relevância na contemporaneidade, atentos ao perfil de cada um deles, a seus objetivos, às formas pelas quais buscam alcançá-los, à percepção de suas maiores ou menores eficácia e legitimidade. Concebendo-os como exemplares observamos as não poucas dificuldades de institucionalização das vontades políticas que transitam em tais espaços que se percebem como antagônicos. Sob o signo de *Espaços Públicos Transnacionais* registramos sua heterogeneidade e a reprodução das assimetrias presentes na sociedade maior atentando para a necessidade de repensarmos os Estados-Nacionais em consonância com projetos de emancipação na contemporaneidade.

Migliovich Ribeiro (1995) recorda Karl Mannheim em sua *Ideologia e Utopia* e a importância por este conferida “ao não-formalismo e à incompletude de uma abordagem que não se pretende exaustiva e a chama de *ensaio*” (*Ibid*: 5). Na percepção de Mannheim, o ensaio “surgia como um modo de apresentar temas imediatos e urgentes, ainda não percebidos ou meditados totalmente numa época, para os quais ainda não se tinha construído sistemas mais completos e consistentes de compreensão” (*Id. Ibid.*). Nesta dissertação partilho o mesmo sentimento “de se estar no início de um movimento, e não no fim” o que nos permite trazer sob tantos ângulos possíveis problemáticas sem ainda pretensões de solução, portanto, não negamos ambigüidades, tensões e paradoxos, sem as quais a renovação científica não é possível.

Por fim, cabem algumas palavras acerca do título desta dissertação, “*O mundo como fábrica de engano*”. Esta imagem, a de pensar o movimento de compressão espaço-temporal acelerado como uma profunda desilusão, é inspirada diretamente no ensaio do geógrafo brasileiro Milton Santos (1997). Este visa apresentar o que há de fetichista na globalização, com suas promessas de liberdade de supressão de fronteiras em torno de uma pretensa propaganda com referências libertárias. Todavia, segundo Santos, o que se globaliza são as grandes corporações que, por sua natureza, são incapazes de gerar qualquer coisa próxima a uma solidariedade pós-nacional global. Como diz, “se tem buscado *unificar* e não *unir*” (*Idid*: 195). Nosso estudo busca apresentar ao leitor o que há de *fantasmagórico*, de *ilusório*, neste que é um dos grandes ideais modernos, a da realização política, em contextos que busquem de forma inadvertida rejeitar os Estados-Nacionais. Fica pois só o *mundo como fábrica de engano*. Mas, as questões acerca da democracia não se silenciam.

Capítulo I – A democracia e sua polissemia: algumas proposições normativas na contemporaneidade

O debate acerca da democracia implica concepções de liberdade, das formas de sua realização e de seus constrangimentos. Remontando às diferenças modelares entre a *polis* grega e a *civitas* romana temos como pano de fundo a discussão acerca da relação entre *indivíduo* e *sociedade*, ou mais apropriadamente, a relação existente entre o *indivíduo na sociedade* e a *sociedade no indivíduo*, temática presente desde a filosofia clássica.

A *polis* grega era centrada na unidade de seus cidadãos, isto é, na comunidade política, distinta da esfera privada, isto é, da esfera da família e das demais atividades pertinentes à manutenção da vida ⁵. A *politéia* resultava numa comunidade viva onde não havia domínio nem submissão, na qual discurso e ação separavam-se, tudo era decidido pela palavra e pela persuasão, e não através da força ou da violência, o que inaugurava, para os gregos, a ordem política em oposição ao poder *pré-político*. Entretanto, como observa Giovanni Sartori (1994), a apropriação da experiência democrática grega na discussão mais ampla da democracia embora se dê, sobretudo, por seu caráter *observável*, tangível, não é - nem seria de esperar que fosse - suficiente para a defesa dos propósitos de implantação de uma democracia direta, ou semi-direta, dado que incapaz de abarcar o conceito contemporâneo de justiça. Todavia, seu modelo é válido para ilustrar um momento exemplar e *fatual* na história ocidental de

⁵ Hannah Arendt, em "*A condição humana*", esclarece que a concepção de *polis* distancia-se do que hoje concebemos como a ascendência de uma esfera social que não é nem privada nem pública. Este fenômeno é relativamente novo e coincide com o surgimento da era moderna cuja forma política é o Estado Nacional. A idéia de um conjunto de famílias economicamente organizadas - algo como uma *família sobre-humana* - objeto da economia política não fazia sentido para os gregos antigos. A economia política mesma é algo que lhes pareceria contraditório pois "o que fosse econômico, relacionado à vida do indivíduo e à sobrevivência da espécie não era assunto político, mas doméstico por definição" (2001: 38). A *polis* não invadia as vidas privadas de seus cidadãos, ao contrário, era a competência em gerir a vida privada que tornava alguém digno de vivenciar a *polis*: "*sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse*" (*Ibid.*:39).

democracia direta. A *polis* mantém-se, pois, como recurso analítico útil nos debates atuais sobre a *repolitização* da cidadania ou cidadania ativa.

Caracterizada pela chamada *vida ativa*, conforme Arendt, a *polis* não era uma cidade-estado em sua localização física, mas o debate público propriamente dito que se configurava na participação comum nos atos e nos discursos. Tal espaço de interação entre homens iguais e livres situa-se adequadamente em qualquer tempo e lugar de modo que, como diziam os gregos, "*Onde quer que vás, serás uma polis*" (*Apud*. Arendt. *Op. Cit.*: 211). De caráter distinto é a *civitas* romana que derivou da existência duradoura da cidade, do Estado, do império.

A *civitas* inaugurou a estrutura política das cidades, a organização de seu governo e a administração da vida dos cidadãos. Contudo, segundo Abranches, "*a cidadania romana (...) parece ser externa aos indivíduos, uma questão de direitos e reivindicação, ao invés de participação. Numa, (a polis) o indivíduo é um cidadão. Na outra (a civitas), ele tem direitos de cidadania.*" (1985:9. Os parênteses são nossos). Efetivamente, o *populus* distingue-se da *polis* por não se tratar de um conglomerado de homens unidos politicamente em torno de objetivos comuns mas por se referir explicitamente a um agrupamento humano inserido pelo Direito a um *corpo real*, dotado de autoridade jurídica soberana. A *res publica* ou *res populi* não precisa organizar-se tal como numa democracia, creditando-se a outras formas de governo igualmente a salvaguarda da soberania do povo, leia-se, de seus direitos de cidadania. Ainda assim, os ideais republicanos não poderiam combinar com o ofuscamento da esfera pública muito menos, como lembra Bobbio, jamais com um "*governo reduzido aos mínimos termos*" (2000: 324). O suposto da *civitas* era o da primazia do Direito, concebido como expressão do justo. Ao governo, portanto, cabia zelar pelos interesses e pela dignidade dos cidadãos, defensor da *coisa pública*.

Neste debate está situada a polêmica que persiste e ganha novas nuances do advento da modernidade até os dias de hoje, a saber, o significado da liberdade: de um lado, temos sua definição pela negação ou ausência de toda

forma de interferência externa indesejável na vida privada (liberdade negativa⁶ ou *liberdade de*), de outro, encontramos a liberdade como promoção do *bem público*, a saber, a ação descrita por Viroli de "*apoio a programas políticos que tenham como finalidade reduzir os poderes arbitrários que impõem a muitos homens e mulheres uma vida em condições de dependência*" (Bobbio & Viroli, 2002: 34).

Quer como arranjo governamental institucionalizado ou como pano de fundo normativo (Cf. Avritzer, s.d.), os exames das experiências ditas democráticas e de seus conteúdos provocam célebres polêmicas cujo esgotamento não se avista. Ainda que a democracia jamais tenha se tornado um *valor universal*, sequer no Ocidente, *mutatis mutandis*, a tradição elitista que ganhou fôlego no século XX também não aderiu à convicção tão republicana de igualitarização social, seja ela no plano formal ou de fato. Remontando a Aristóteles, o filósofo grego já via em seu tempo a decadência da *polis* e temia a mediocrização imposta pelo *populus* que aproximava *governantes* e *governados*, com vantagem para os populares: "(...) *os pobres têm mais poder soberano do que os ricos: pois eles são mais numerosos e as decisões da maioria são soberanas*" (Aristóteles *apud* Held s.d.: 18).

Não há, pois, como se definir a democracia como valor ou como procedimentos universais dada sua recepção tão variada. Mas, Domingues (2004) relembra-nos a intuição lukácsiana contida nas chamadas *abstrações reais*⁷, ou seja, na sistematização e no estabelecimento de idéias, pela burguesia e seus intelectuais⁸, na forma de leis, instituições, moldando uma práxis, um *ethos*, o *modus vivendi* em suma da chamada modernidade.

⁶ São exemplos de *liberdade negativa* a autonomia de expressar intuídos (contra possíveis abusos); a autonomia de expressar crenças (em oposição à censura); a liberdade de satisfazer pessoalmente gostos e a livre procura de objetivos individuais (em oposição a padrões impostos). A *liberdade positiva*, por outro lado, é essencialmente um desejo de governar-se, um anseio de autonomia. Contrariamente à *liberdade negativa*, não é liberdade *de*, mas liberdade *para*: a aspiração ao autogoverno, a decidir com autonomia em vez de ser objeto de decisão. Cf. Merquior, 1991: 25.

⁷ O termo é elaborado por Georg Lukács na sua obra juvenil "História e Consciência de Classe" (2003).

⁸ Aqui no sentido gramsciano da palavra, ou seja, grupos de pessoas dedicadas a produzir, classificar e debater idéias. Ou, para ser mais preciso: os organizadores da cultura (Gramsci, 1978).

Foge às ambições deste estudo a proposição de qualquer forma de superação da polissemia do conceito de democracia que expõe a história da elaboração, circulação e recepção de uma *idéia-força* que se relaciona a outras idéias-força e a seus contextos de desenvolvimento. Mas, na contemporaneidade, julgamos válido o esforço das ciências sociais em contribuir na auto-confrontação entre os agentes e suas criações, concebendo-os como também conformados nas interações mútuas que ganham desdobramentos para além da intenção original.

Neste intento Ellen Wood (2003), Jürgen Habermas (2002a), Claus Offe (1984) e Boaventura de Sousa Santos (2002a) são os autores “escalados” em suas proposições de atuação e enfrentamento das deficiências da política hodierna em um mundo em crise que, em última instância dado a sua pertinência, sistematicidade e ousadia, são apresentados como uma possível resposta para a institucionalização da vontade política em aprendizados políticos e morais na contemporaneidade. Analisamos, de um lado, a chamada *democracia radical*, de outro, a *democracia procedural*, num terceiro autor, atentamos para os traços da *democracia representativa* reavivados por um novo tipo de *partido político*, de caráter programático e não meramente competitivo e numa quarta formulação, a democracia representativa é *oxigenada* pelos mecanismos da democracia de participação direta. As proposições normativas da democracia contemporânea de Wood, Offe, Habermas e Santos são denominadas utopias realistas, conforme nossa perspectiva inspirada em Mannheim (1976). A *utopia* aqui apresentada é ponto formador da vontade política e, simultaneamente, estratégia de inteligibilidade de dinâmicas societárias, dado que os significados atribuídos aos eventos também moldam o real em uma perspectiva de futuro (Coutinho, 2006) tendo, pois, decisiva importância no debate normativo sobre o *fazer político contemporâneo*.

1.1 - Ellen Wood e a crítica marxista

Ellen Meiksins Wood em *Democracia contra o capitalismo* (2003) é partícipe da tradição marxista a qual se filia à idéia, desde seu fundador, de que “*se há um*

fenômeno inconcebível para Marx, é realmente o da servidão voluntária” (Abensour, 1998:113). A servidão jamais voluntária, embora possa ter tal aparência, é denunciada por Wood como gerada pelo modo de produção capitalista, diluidor da política. Não por acaso ocorre a denúncia hoje da *irrelevância* da política nas grandes decisões sobre os destinos do planeta.

No interior da cosmogonia democrática de Wood, a noção de democracia inspirada na *polis* grega, consagrada na cidadania ativa, na consolidação do espaço público e na democracia participativa, é realizável na contemporaneidade, exigindo, porém, para sua existência plena, a subversão completa da democracia liberal, sua *antagonista*. De maneira *contrafactual* - leia-se aqui uma evolução dialética envolvendo tese-antítese-síntese - a democracia *autêntica* implica a *politização* ou *repolitização* das relações econômicas que denunciadas como espaço do poder e da violência precisam ser reabilitadas em seu potencial de humanização – mediante a reapropriação dos meios de produção pelos produtores - a fim de que a arena pública e os princípios da liberdade que a regem sejam efetivos, o que é impossível numa ordem social em que os cidadãos se classificam em proprietários e não-proprietários dos meios de produção, entre os que compram e os que *vendem* sua força de trabalho e a si mesmos. Se a democracia supõe a igualdade no debate público, este já vem *condenado* pela assimetria inerente às relações de mercado.

A proposição de democracia de Ellen Wood é, pois, *contrafactual* por negar veementemente as experiências da democracia liberal e, também, o Estado de Direito Democrático que, no dizer de Wood, estão corroídos por uma degenerescência ou por um *vício de origem* e sua devida reconstituição depende fundamentalmente da reabilitação do *status* do *trabalho livre*, isto é, não-assalariado, mas autônomo e na forma de cooperativas de produtores. Wood admite que o ingresso na *polis* grega estava restrito aos donos de seus negócios e de si mesmos, aqueles que participavam dos *negócios do mundo*, tal como já explicitado anteriormente. Se todos - escravos, mulheres, estrangeiros - na condição de servidão não estavam habilitados para o exercício da palavra - ainda que Wood saiba quem lhes tirava esta habilidade - interessa a ela agora reforçar o

argumento: não se vivencia a democracia como *servos* ou *escravos*, como dominados, enfim. O trabalho livre é a *espinha dorsal* da *polis* grega, sem o qual esta não existiria. Na *polis*, dava-se o verdadeiro aprendizado moral e político, o aprendizado da cidadania ativa⁹.

A perversão do ideário democrático, segundo Wood, está no fato de que: “a desigualdade e a exploração socioeconômica coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas” (*Ibid.*:173). A realização da liberdade cívica desta forma é *incompleta* visto que a classe trabalhadora mantém-se submetida aos imperativos das relações de mercado, profundamente *desiguais*. Apenas na pervertida, na leitura de Wood, versão de democracia compatível com o capitalismo é que veríamos a coexistência entre liberdade civil e política em paralelo à desigualdade social.

A centralidade da categoria *trabalho* para Wood filia-a à solução do paradoxo da democracia pela alternativa socialista em oposição às formas de democracia que nasceram censitárias e apenas autorizaram a entrada da classe trabalhadora no rol de cidadãos quando já se descobrira a fórmula da *democracia representativa*: “(...) a representação não é um meio de implantar, mas um meio de evitar, ou de pelo menos contornar parcialmente, a democracia.” (*Ibid.*:186), sendo a representação um *filtro* que aumenta a distância entre cidadãos ativos ou representantes e cidadãos passivos ou representados, reduzindo ao máximo a capacidade de ação dos últimos, cidadãos alienados no processo de distanciamento do poder e de invisibilidade perante o Estado em sua condição de alienação no trabalho e despolitização da esfera produtiva. O sufrágio universal, neste caso, é a política diluída e insuficiente mediante o desafio de reinvenção da emancipação na contemporaneidade.

⁹ A autora diferencia aqui duas propostas de democracia em sua leitura da Grécia antiga: o fazer democrático dos atenienses, mais inclusivo ainda que dentro dos limites já expostos, e o fazer dos espartanos, mais aristocrático onde na prática política reproduzia-se a *divisão do trabalho* entre governantes e governados em consonância ao *status* ocupado por cada cidadão nas demais esferas da existência. A cidadania espartana, na participação dos rumos políticos da sociedade, estava condicionada à ordem hierárquica na sociedade que impedia a experiência do livre diálogo entre homens livres e iguais pelo mérito no uso da palavra e, apenas pelo uso da palavra, uns se destacavam sobre outros.

Se a organização politizada da economia surge como *necessidade inelutável* ante o surgimento da chamada *nova ordem mundial*, evocando novas formas de solidariedade, pautada na efetividade da distribuição bens econômicos e extra-econômicos, isto implica, para Wood, na resolução dos problemas gerados pelos imperativos sistêmicos da acumulação capitalista que domina todas as esferas da existência. A democracia radical exige cidadãos livres. Aqui, Ellen Wood fala da liberdade positiva e reitera a falácia do desinteresse na participação na vida pública. Ao contrário do economista Mancur Olson (1999), e de sua concepção de natureza humana ¹⁰, para Wood, o homem (e a mulher) são pró-ativos. A tendência à inação correlaciona-se ao sufocamento da liberdade mesma do sujeito (ser social ou *ser genérico*). A ascensão do indivíduo ao trabalho livre é, também, sua emancipação humana, "*circunstância coletiva sócio-econômica de um grupo ou classe que se libertou da pressão ou do jugo de outro estamento, grupo ou classe*" (FGV 1988: 390).

Integrando o projeto marxista, Ellen Wood sustenta uma democracia *contrafática* na compreensão da "*liberdade como autodeterminação (...) coletiva no sentido de que consiste na imposição, socialmente cooperativa e organizada do controle humano tanto sobre a natureza como sobre as condições sociais de produção*" (*Ibid.*: 124 a). A cidadania (ativa) - não haveria outra - realiza a democracia quando se constitui na proporção do "*múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas; (da) criação de uma forma de associação (sociedade) digna da condição humana*" (*Ibid.*: 124 a .Os parênteses são nossos).

Wood, indissociando a crítica à *totalidade* da qual a forma de governo é apenas parte, retoma o argumento da *revolução socialista na contemporaneidade*, como condição de garantia do trabalho livre, única possibilidade de emancipação humana, de repolitização da economia e de solução do *trauma* democrático cujos valores defendidos - liberdade e igualdade - são *antitéticos* ao capitalismo.

¹⁰ Olson, ao estudar o mote das ações coletivas, concebe-as como motivadas pelo *desejo* egoístico dos indivíduos. A tendência à inação por parte de pessoas e grupos em momentos distintos revela um senso de estratégia. A perspectiva de Olson reúne assim um certo psicologismo atrelada a mais conhecida teoria dos jogos propugnada pelo matemático também americano John Nash. Sua concepção de natureza humana resume-se à idéia do indivíduo auto-centrado.

1.2. A democracia no capitalismo desorganizado de Claus Offe

A hipótese apresentada por Claus Offe (1984), nosso segundo autor, é a de que mesmo diante de leituras que indicam a impossibilidade de um projeto democrático de massas nas sociedades modernas e industriais, a *tragédia anunciada* não se concretizou no decorrer do século XX tal como no diagnóstico de outros tantos estudiosos que apontavam o século passado como marcado preponderantemente pelo autoritarismo dos governos.

Examinando a experiência das sociedades capitalistas do século XX, constatamos que existe uma série de evidências contra esta hipótese do século XIX, no que concerne à incompatibilidade entre a democracia de massa, definida como sufrágio universal e igualitário numa forma de governo parlamentar ou presidencial, e as liberdades burguesas, definidas como uma forma de produção baseada na propriedade privada e no trabalho assalariado 'livre'. A coexistência desses dois elementos passou a ser conhecida como democracia liberal (Offe, Op. Cit.: 357).

Na perspectiva de Offe, a consolidação da democracia representativa veio a corresponder satisfatoriamente às demandas do capitalismo, criando o *mercado político*, como uma forma específica de realização da democracia, haja vista a constituição dos partidos políticos de massa, o acirramento da competição partidária, o estabelecimento do *Estado de Bem Estar Europeu* e uma economia minimamente dirigida e planejada.

Claus Offe, contudo, aponta as inúmeras contradições da democracia contemporânea. A burocratização, seguindo de maneira muito semelhante o modelo *michelsiano*, provoca *desradicalização da ideologia do partido*, a mesma que permite a conformação do *mercado político* onde também se constata a *“minimização dos elementos programáticos que podem criar antagonismos dentro do eleitorado”* (*Ibid.*: 363). Tal fenômeno está intimamente relacionado à elevação a patamares alarmantes do fenômeno da *tecnocracia* como *patologia* totalizante

do *capitalismo tardio*¹¹ que, ao desconsiderar parcialmente a necessidade de legitimação da ação político-institucional-partidária, transfere, de maneira acrítica, a auto-organização de uma sociedade a prerrogativas técnicas, *fetichizando-as*¹².

No mercado, seus agentes restringem-se à aplicação técnica de suas metas como a recuperação de níveis de acumulação não mais encontráveis desde a grande crise do petróleo nos anos 1970. A falência do *Welfare State*, acrescido da temível derrocada dos *golden years* do capitalismo aponta para uma *nova ordem mundial*, com modalidades de acumulação diferenciadas na *Era das Transições* tais como o crescente uso de recursos de microinformática e seus impactos no fenômeno da globalização e da financeirização sem precedentes históricos que conformam o que chama de *capitalismo desorganizado*, que nada mais é que uma profunda *crise de regulação*. Offe, pioneiramente, percebia o solo sobre o qual os governos neoliberais praticados nos países centrais iriam se apoiar.

A *crise moral* de que tratara no exame dos efeitos perversos do *Welfare* não é resolvida por Offe no *capitalismo tardio* com alguma proposição contra-fática de renovação no sistema de governo que possa fazer frente ao atual *estado de coisas*. A análise de Offe transita, pois, em torno daquilo que entendemos enquanto campo analítico *fatual* da sociedade

Noutro sentido, podemos, contudo, buscar a alternativa *contrafatual* de Offe com sua aposta na capacidade regeneradora da política mediante os *novos movimentos sociais* ou através do surgimento de um tipo de *partido novo* que faça frente à *excessiva apatia política*. A primeira opção está construída sob a égide dos movimentos sociais setentistas que apresentaram novas *gramáticas* políticas

¹¹ Aragão (1992) nos lembra que o termo *capitalismo tardio* advém de uma tradução do termo alemão *Spätkapitalismus* contudo, o adjetivo “tardio” pode também ser interpretado como um equívoco corrente de diferentes tradutores brasileiros. O termo *spät* deve ser traduzido por “maduro” quando utilizado enquanto *adjetivo*. Prosseguindo, *Spät* é um termo comumente associado à fabricação e significa, nesta atividade, uma adjetivação da uva significando *uva madura*. Embora em termos de significado *Spät* possa ser interpretado também como “tardio” essa possibilidade somente é correta quando o termo em alemão é empregado na sua função *adverbial*, o que não faz sentido no emprego corrente.

¹² Offe (1975) trata como representante desta escola *tecnocrática* asséptica Shelsky que, ao depositar confiança excessiva na técnica no processo de tomada de decisões, considera *bizantino* o tema da legitimidade e/ou da vontade política no contexto do *capitalismo tardio*.

no plano da ação. A segunda opção alia a emergência dos novos movimentos sociais à possibilidade de se inserir no aparato institucional partidário da democracia representativa a partir de um *ethos* diferenciado.

O *novo partido*, ao qual Offe se refere, tende a contribuir para o esforço significativo de reinvenção do conteúdo programático partidário, apostando na capacidade de elaborar ações de maneira autônoma, de modo a funcionar como um antagonista positivo aos partidos *competitivos* que são um problema da democracia representativa à medida que nesta a política aparece reduzida à condição de mercado eleitoral. O *novo partido* também vem trazer reivindicatórios da sociedade civil para o parlamento, sedimentando os elementos *extraparlamentares* ao unificar reivindicações que se apresentam dispersas na sociedade e admitindo a necessidade do *braço parlamentar* não o distanciando “dos interesses de vida e das identidades dos cidadãos” (*Ibid.*: 311).

Claus Offe, de seu lado, partilha de parcela das convicções de Wood: a democracia representativa liberal é o formato de democracia *possível* em sociedades de mercado; mas distintamente dela não ousa pensar, embora transpareça em sua produção um profundo pesar, outro modelo de sociedade. Para Offe os valores democráticos liberais, e a democracia liberal, justificam-se em oposição a regimes totalitários que deixaram chagas profundas na história ocidental.

Suas propostas de melhoria do *modus vivendi* democrático incluem a renovação da prática partidária a articular o *ethos* dos chamados *novos movimentos sociais*, programáticos, avessos ao *mercado político* e ao aparato institucional da democracia representativa. Offe aposta, portanto, na diversidade plurivocal imposta pela dinâmica dos novos movimentos sociais. Se a política partidária em um cenário maduro e competitivo produz, como já foi assinalado, a diluição do discurso e de seus elementos programáticos, os novos movimentos sociais, combinados com o hipotético *novo partido* ¹³, trariam possibilidades

¹³ Em torno de um *novo partido*, Georg Lukács (*Op. Cit.*) propôs algo semelhante no que tange à vir a representar e sintetizar a *consciência de classe*, todavia, mesmo sendo o princípio da esperança algo absolutamente necessário, poucos partidos da história ocidental conseguiram sobreviver à totalizante *lei de ferro das oligarquias* assim cunhada por Michels, algo que o próprio

discursivas no espaço público de agentes particularizados. Trata-se de *encampar* discursos que representem grupos sociais afastados ou excluídos do espaço público antes. Cabe notar que a produção do autor é datada historicamente sendo pertinente assinalar que os *novos movimentos sociais* que Offe analisa são aqueles provenientes dos anos 1970 ¹⁴, como já foi mencionado, que produziram modificações e inserções de grupos efetivamente alijados da política imposta por partidos homogeneizados, aqueles deram margem, por exemplo, à eclosão de sujeitos e demandas específicas de fins do século XX, tal como a demanda ambiental.

Caberia aqui destacar que a proposta de renovação do autor enquadra-se na moldura dos Estados-Nacionais, dado que para Offe a tarefa de imaginar a democracia em sociedades de mercado lida com complexidades e constrangimentos que dificilmente encontrariam um solo regulatório em outras instâncias. Mesmo a proposta do “novo partido”, que nos soa anacrônica hoje no mundo pós-socialismo real, envolve também a aposta na democracia representativa liberal dadas sua relativa plasticidade e inesgotabilidade.

1.3 - Habermas e a democracia procedimental

A empreitada habermasiana envolve, como é notório, inúmeras frentes e influências teóricas de modo que Habermas é, conforme Alexander (1987) sugere ao analisar a produção teórica pós-1970, um *autor síntese*. Habermas, autor já citado no debate acerca da *democracia cosmopolita*, é retomado aqui em sua

Offe constata com o fenômeno da burocratização: o afastamento entre representantes e representados. Mesmo assim, é possível dizer que apostando nas novas subjetividades que não se constituem como *classe* mas em função de afinidades outras que se revelam na vida cotidiana (gênero, meio ambiente, relações interétnicas e outras), Offe vê chances de tais movimentos, firmados na tolerância, virem a unir pautas em torno do Partido Novo sem ferirem seus arranjos institucionais fundamentalmente horizontalizados e democráticos.

¹⁴ Offe ainda não escrevia sobre a consolidação das inúmeras ONGs que no processo de sua institucionalização passaram a depender muitas vezes diretamente do Estado perdendo, nestes casos, sua condição inicial de movimentos sociais. Também, não discutia a forma de financiamento e gestão das mesmas que tendem a adotar práticas similares ao *ethos* empresarial. O tema do terceiro setor lhe é caro e encontra em Offe algumas *pistas* importantes. Recusamos segui-las nesta dissertação, contudo, dada a concentração no tema da democracia contemporânea, em sentido lato.

crítica simultânea aos modelos liberal e republicano de democracia. Sem nos propormos a uma leitura exegética do autor, concentramo-nos de forma inegavelmente direcionada em seus *“Três modelos normativos de democracia”* (2002a) quando o sociólogo alemão propõe para o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade a democracia procedimental.

Habermas identifica na concepção *liberal* um processo democrático cujo suposto é o Estado como aparato da administração pública voltado a fornecer subsídios organizativos para a sociedade civil que não se distingue, nesta elaboração teórica, do mercado, a fim de que esta funcione de maneira *ótima*. Nesta formulação, os direitos traduzem-se em direitos *civis* ou *direitos subjetivos*. A política é compreendida como uma luta por posições que permitem aos vitoriosos dispor do poder administrativo. As finalidades do mercado orientam as ações do Estado que, reduzido ao *mínimo*, cumpre seu papel de *vigia noturno* e, uma vez detendo o *monopólio legítimo da força*, garante, em última instância, os pressupostos de otimização do mercado. A crítica de Habermas a tal construto típico-ideal de democracia é à fragilidade interna de suas instituições concebidas como exclusivamente agentes da *liberdade negativa*.

As débeis conotações normativas de uma equilibração (sic) regrada do poder e dos interesses certamente carecem de uma complementação estatal e jurídica. A formação democrática da vontade de cidadãos interessados em si mesmos, entendida de forma minimalista, constitui não mais que um elemento no interior de uma constituição que tem por tarefa disciplinar o poder estatal por meio de precauções normativas (...) O centro do modelo liberal não é autodeterminação democrática de cidadãos deliberantes, mas sim a normatização jurídico-estatal de uma sociedade econômica cuja tarefa é garantir um bem comum entendido de forma apolítica, pela satisfação das expectativas de felicidade de cidadãos produtivamente ativos (Habermas, 2002a : 279-80).

Habermas critica a mônada isolada sobre a qual se ergue o credo liberal que prega como único espaço de realização do *self* a esfera do mercado e confere papel secundário à esfera pública. Reage ao limitado escopo normativo ofertado pela concepção liberal e defendendo uma maior presença das normas legitimadas

racionalmente por *todos*, que traduz, assim, uma inegável carga emancipatória inexistente na sociedade de mercado. Para Habermas (1997b), são as instituições que conferem facticidade às normas, por sua vez, instrumentalizadas por uma forte ética do discurso, definidas, pois, pelos cidadãos deliberantes. O modelo de democracia liberal, ainda segundo Habermas (Idem), apresenta um déficit de intersubjetividade de modo a exibir um alto grau de fragilidade de suas instituições e de seu potencial de coesão social.

Em relação ao modelo democrático republicano, o autor apóia, de um lado, seu elemento normativo, isto é, o fato da política ser uma forma de consciência ética constitutiva do processo de coletivização social, portanto, da cidadania como liberdade positiva e garantidora da esfera pública, segundo Habermas, base social autônoma e independente em face *"da administração pública e da mobilidade socioeconômica privada"* que impede *"a comunicação política de ser tragada pelo Estado"*. Evidencia-se aqui para Habermas a inspiração deste modelo na proposta de Hannah Arendt: *"Dos escritos políticos de Hannah Arendt é possível depreender a rota de colisão pela qual se direciona a argumentação republicana: apontada contra o privatismo burguês de uma população despolitizada e contra a busca de legitimação por parte de partidos estatizados"* (Habermas, 2002a: 279).

A sociedade civil, no modelo habermasiano, é o *locus* da solidariedade - devidamente retro-alimentada pelo mundo da vida que é a fonte moral de integração social - e de emanção do poder do Estado, garantidora do *"desacoplamento da comunicação política em relação à sociedade econômica"* (Habermas, 2002a: 270-271). Por esta via, as afinidades da democracia republicana são claras com o tipo de governo derivado da tese habermasiana que supõe a *"auto-organização da sociedade pelos cidadãos em acordo mútuo por via comunicativa e não remeter os fins coletivos tão somente a um 'deal' (negociação) entre interesses particulares opostos"* (Ibid.: 276).

Sua crítica ao tipo arendtiano de práxis política republicana é construída, porém, em duas frentes. A primeira liga-se à resistência de Habermas em incluir sua teoria no rol das proposições utópicas, visto que busca alicerçar sua avaliação num *corpus* cético da democracia contemporânea visando não recair em qualquer

participação apologética dos *sagrados princípios democráticos*. Efetivamente, Habermas rejeita a possibilidade de uma condução *estritamente* ética dos discursos políticos. A ética não é, para Habermas, intrínseca à cidadania ou ao tipo de liberdade nesta contido, nem é conquistada pela via revolucionária. Sem deixar de advogar em favor das instituições ocidentais republicanas, sabe ele, contudo, o quanto as mesmas hoje carecem de uma fundamentação *moral*, que somente pode ser obtida na construção permanente de padrões normativos intersubjetivamente partilhados relacionados a um *fim específico*. A segunda crítica é ao déficit institucional da proposição republicana arendtiana mirando as sociedades complexas, crítica esta estruturada ao se conceber dificuldade de se constituir, como já foi assinalado, um ser humano atuante sob uma práxis eticamente orientada.

Sem conspirar contra o Estado de Direito, utilizando aqui do direito positivo como *medium* privilegiado da operacionalização/institucionalização das condições de comunicação entre os cidadãos deliberantes, propõe um decisivo fortalecimento da sociedade civil, sustentáculo da opinião pública a *direcionar* o poder administrativo nas sociedades complexas. Revitalizando o direito a partir da ótica intersubjetiva, atenta para as *múltiplas formas de comunicação* possíveis no espaço societário e postula um modelo de *democracia procedural* ou *procedimental*, que crê capaz de responder mais eficazmente às demandas atuais.

O terceiro modelo de democracia que me permito sugerir baseia-se nas condições de comunicação sob as quais o processo político supõe-se capaz de alcançar resultados racionais, justamente por cumprir-se, em todo seu alcance, de modo deliberativo. (Ibidem: 277).

Na democracia procedimentalista, o processo político de formação da opinião de cunho político e de construção de redes de comunicação simétricas capazes de potencializá-las mediante sua institucionalização em corporações parlamentares é central. Aposta-se na constituição jurídico-estatal como mais uma forma de se preservar a intersubjetividade da deformação provocada pela

sociedade regida pelo dinheiro ou pela tecnocracia. Investe-se numa sociedade formada por cidadãos responsáveis pelos influxos comunicativos passíveis de *oxigenar* as relações no aparato institucional regulador/coercitivo, aqui incluídos parlamentos, tribunais e as esferas de administração estatais.

em meu modelo, são sobretudo as formas de comunicação de uma sociedade civil que advêm de esferas privadas intactas, são os fluxos comunicativos de uma esfera pública vitalizada e assentada numa cultura política liberal que carregam o peso da expectativa normativa (...) sem a força inovativa, provisoriamente efetiva, dos movimentos sociais nada muda, o mesmo valendo para as energias e imagens utópicas que impulsionam estes movimentos. (Habermas, 1997a: 87).

Estado e opinião pública não se confundem, embora seja esta que programe aquele, direta ou indiretamente, numa democracia. Assim, em Habermas, prevalece uma leitura *contrafática*¹⁵ enquanto método, e *teleológica* ou *neoevolutiva* no aspecto de uma finalidade para a democracia contemporânea. Como teleologia aqui compreendemos tornar a história passível de intervenção racional, uma vez mais *construção* humana contrafática, tal como um modelo de sociedade democrática onde as leis sejam cumpridas e, por isso, seus princípios morais estejam preservados. Tal possibilidade implica a vitalidade da política mesmo nos “*inevitáveis momentos de inércia da sociedade*” (*Ibid.*: 95). Por outro lado o caráter *neoevolucionista* de Habermas que segundo Costa (2003) nos leva a aportarmos na injustificada, implausível e indesejada crença, reflexiva ou não, de que todas as sociedades do mundo venham a seguir a estrada ocidental central.

A proposta de Habermas segue um movimento metodológico similar a de Wood, em que primeiro se constata as fragilidades do atual momento político

¹⁵ Habermas recorre à noção de *contrafaticidade* em uma leitura *destrancendentalizada da razão* kantiana, portanto reivindicando-se como partícipe de uma leitura secularizada desta faculdade: “Se vejo corretamente a transformação da ‘idéia’ de Kant de uma razão pura nos pressupostos ‘idealizadores’ do agir comunicativo prepara o entendimento frente a todas as dificuldades, à vista do papel *fático* das suposições contrafáticas pressupostas performativamente. Cabe a elas uma importância operativa, principalmente para a estruturação dos processos de entendimento e para a organização das coordenações das ações.” (2002b: 33). Fático e contrafático são na verdade elementos constituintes da realidade.

para, então, propor um novo tipo de democracia, a democracia deliberativa, fundamentada em uma comunidade discursiva que exige rearranjos estruturais que possibilitem, por exemplo, dentre outras coisas, a livre circulação de informações visando o fomento das convicções e a formação de uma opinião pública autônoma. A “liberdade comunicativa” é possível de ser exercida somente em um quadro de direitos fundamentais consolidados e garantidos. Há uma gradação que envolve estes direitos, responsáveis por resguardar o movimento dos influxos em um nível ótimo, em que tenhamos clareza da determinação de *iguais liberdades subjetivas de ação*, o posicionamento autônomo de agentes, um quadro processual jurídico estável, liberdade de formação da vontade política e, por fim, condições de vida “social, técnica e ecologicamente” (Habermas, 1997b: p.159-160) garantidas em prol do exercício de um direito legítimo que resguarde a política também legítima.

Ainda, o autor postula a centralidade da cidadania na recuperação da vitalidade da soberania popular que sem se confundir com a sociedade econômica deverá orientar as ações de Estado mediante o recurso à participação pró-ativa, indo na contramão da cidadania lockeana que em seu modelo clássico é, sobretudo, reativa ¹⁶. Mas, dificilmente poderíamos incluir Habermas no círculo de autores socialistas. Fato é que Habermas não enfrenta diretamente a questão *material* embora mencione, como citamos no último parágrafo, rejeitando o socialismo na impossibilidade de descrevê-lo idealmente, propondo, mais objetivamente, conforme diz, caracterizar as condições necessárias para uma vida não fracassada nas condições existentes, apostando no aprofundamento do Estado Constitucional e na sedimentação de pressupostos tácitos e normas capazes de incentivar a participação cidadã para tentar encontrar uma solução para a grande patologia moderna da quarentena permanente da esfera pública.

A parcela da obra habermasiana aqui delimitada visa apreender e apresentar uma proposição com menores teores de déficit político e sociológico.

¹⁶ A noção de participação em Locke (1966) somente é incentivada em momentos excepcionais em que as leis e outros fundamentos societários não necessariamente regulatórios não correspondam mais à realidade e às demandas daquela comunidade. Cabe notar que no modelo lockeano mesmo o parlamento é desaconselhado a manter-se em funcionamento ininterrupto.

Nos interessou apresentar estas proposições neste momento *isolando-as* da grande leitura contida nos textos “pós-nacionais” que reivindicam a construção de uma democracia cosmopolita. Em nossa perspectiva, dado o caráter fecundo do procedimentalismo que não abdica de um complexo aparato institucional coercitivo, Habermas nos aponta substantivas saídas para o enfrentamento das dificuldades democráticas contemporâneas, mesmo que sob limites tão modestos quanto os propostos por Offe, para a prática política em realidades, sejam locais ou nacionais, que já tenham em sua lida cotidiana elementos sejam normativos ou jurídicos que a possibilitem.

1.4 - Boaventura de Sousa Santos: por uma democracia inventiva e periférica

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos elabora uma leitura peculiar de democracia. Dentre os autores já apresentados, é um dos que têm procurado nos últimos anos com sua produção intelectual enfrentar de maneira mais direta questões de caráter *estrutural* visando propor rearranjos globais em dois pontos que são interconectados. Primeiramente, na estrutura produtiva e, em consequência, na estrutura cognitiva na era da globalização (Santos: 2002b) a qual se apresenta como um fenômeno mais ou menos totalizante, ao mesmo tempo em que enfrenta questões *conjunturais*, tendo presença marcante no debate público a exemplo de sua participação ativa na formulação e realização do Fórum Social Mundial ou manifestando-se ativamente como no caso da execução de Saddam Hussein.

Santos partilha confessadamente da tradição da teoria crítica nas ciências humanas, reinterpretando-a como “*toda a teoria que não reduz a ‘realidade’ ao que existe.*” (1999a: 22). O autor propõe, com a adesão ao termo *pós-modernidade*¹⁷, edificar um novo *padrão* societário e estabelecer o conteúdo e a

¹⁷ Existem dois grandes caminhos na utilização da idéia de “pós-modernidade”: um primeiro, de caráter mais pessimista, como o de Jean-François Lyotard (1993), que aponta a falência das grandes narrativas e a redução da ciência a um discurso dentre outros. Uma segunda vertente de apropriação do termo é inegavelmente mais positiva, contando com autores como o próprio

natureza deste novo padrão no exame das possibilidades assinaladas nas experiências de interação social.

Mediante a compreensão de que a globalização é algo inevitável mas, nem por isso, está suposto que seus efeitos negativos não possam ser enfrentados mediante estratégias de resistência e reversibilidade por movimentos sociais nascidos nos países do *sul*. Ao contrário, o fato exato de que os países do *norte*, aqueles de capitalismo avançado, atingiram o seu *clímax* civilizatório – hoje em franca decadência na leitura de Santos – leva-nos à constatação que beneficia as sociedades que mediante práticas de dominação e exploração foram chamadas *terceiro* e *quarto* mundos de que nestas também tendem a se realizar inovações institucionais impossíveis acima da linha do Equador. Nesse sentido, Sousa Santos, à sua maneira reinterpretando Habermas (1994) e a tradição da teoria crítica em Horkheimer (1975) e Adorno (2000), também identifica nas ciências produzidas nos países periféricos maior potencial de transformação dada a perspectiva geopolítica, ao contrário das ciências do *norte* que tão fortemente estão imersas no sistema capitalista e não se permitem nada ser além de *ciência tradicional* no jargão horkheimeriano. Seu empreendimento teórico acerca da democracia na contemporaneidade é inseparável, pois, de sua virada epistemológica, aquela chamada teoria crítica pós-moderna¹⁸.

O *sul* aparece-lhe como guardião da *potencialidade* e *capacidade* de edificação de um novo padrão civilizatório mais solidário; sua população é sujeito por excelência de uma *transição paradigmática* que expressa a *radicalidade pós-moderna*¹⁹. O autor propõe inovações e rupturas, abrindo mão do *uno* pelo *múltiplo* em algumas das esferas mais relevantes de existência.

Boaventura de Sousa Santos. Todavia, este é um campo que ainda necessita de maior atenção e investigação.

¹⁸ Ver particularmente o capítulo 6 de Santos, 2000, intitulado “Não disparem sobre o utopista” em que o autor proporciona um ambicioso panorama de intervenções em inúmeras áreas do conhecimento, possivelmente ilustrando “um outro mundo possível”. Um destes campos é a estética, em que o *barroco* é citado como um exemplo típico de manifestação do “sul” ou periférica, em contraposição ao *renascimento* que se manifesta nos países centrais.

¹⁹ O autor parece repetir as noções de habitante do “velho mundo” sobre o “novo mundo” faltando-lhe apenas a reabilitação do mito do “bom selvagem”, contudo, visto de uma perspectiva estratégico-política, tal proposição não é incoseqüente mas traduz um projeto de fortalecimento dos “nós” da rede que unem países na periferia do mundo, mediante movimentos sociais, grupos

Diante a uma *monocultura do saber* ou de uma prevalência hegemônica do discurso científico ocidental Santos contrapõe a *ecologia dos saberes*, clamando por saberes tácitos provenientes da experiência dos diferentes povos. Em face da *monocultura do tempo linear*, em sua perspectiva um tipo específico de dominação do homem sobre outros homens e sobre a natureza ele abraça a *ecologia das temporalidades* em que novas possibilidades de percepção do tempo possam ser contempladas; contra a predominância da *monocultura da naturalização das diferenças* ou de identidades sócio-culturais estanques defende a *ecologia dos reconhecimentos* em que o objetivo final seja sim a admissão das diferenças, mas, não mais utilizando uma lógica valorativa que trata como deficiência a diferença; rechaçando a *monocultura do universal e do global* apóia a *ecologia das trans-escalas* exercitando uma cartografia *imaginativa* em um cenário que procura “*desglobalizar a globalização*” hegemônica; por fim, no que tange o predomínio do que acredita ser uma *monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista* corrobora a *ecologia das produtividades* que contemple modalidades alternativas de produção, como cooperativas (Cf. Santos: 2005).

Apoiado na sua concepção de *sociologia das ausências* (espaço de prevalência das monoculturas) e de *sociologia das emergências* (momento de explosão das potencialidades), Santos percebe nas experiências concretas o que nelas está latente ou mesmo ausente e, neste último caso, o que nasce na *ausência* como obstáculo estrutural para o nascimento de práticas sociais desejáveis ²⁰. Na *sociologia das emergências*, seu olhar direciona-se para as *potencialidades* de subversão do *status quo* contidas na realidade, nas instituições ou nas práticas dos agentes, exercitando o pensamento dialético inspirado na filosofia crítica de Ernest Bloch ²¹.

políticos e intelectuais, a fim de se constituírem em interlocutores competentes no debate que é assimétrico entre os líderes dos países centrais e aqueles dos países periféricos.

²⁰ Observa, por exemplo, que a *ausência* de um vigoroso quadro teórico-analítico produzido a partir dos países do sul visando à superação das desigualdades sociais e econômicas permite a presença hegemônica das ciências do *Norte*, nitidamente comprometidas na legitimação discursiva com a globalização excludente, incapaz de reconhecer o *alter*. Nota-se que neoliberalismo e cientificidade moderna na interpretação do sociólogo português estão de mãos dadas.

²¹ A noção de utopia na filosofia do jovem Bloch envolve a compreensão do *ser-ainda-não* ou a percepção de que embora não esteja presente na realidade no *agora*, poderá estar presente no futuro. O *agora* é, na verdade, a execução de uma série de *ser-ainda-não* (Münster, 1997). Santos

Na análise da democracia, o autor parte da premissa de que, na primeira metade do século XX, o debate girava em torno de se definir a democracia como algo desejável ou não, realizável ou não. A esta contenda, dedicam-se, dentre outros, autores como Max Weber (1993; 2000) e Joseph Schumpeter (1961). A despeito das conclusões, fato é que, como previu Tocqueville (1988), a democracia tornou-se a forma política hegemônica ocidental, restrita, como salienta Santos, ao seu formato representativo e formal.

Observa que um segundo debate tem início após a Segunda Grande Guerra, quando intelectuais, de um lado, assustam-se diante das tiranias implementadas; de outro, denunciam a farsa da *democracia burguesa*, aderindo ao credo socialista. Os primeiros, a exemplo de Barrington Moore Jr (1983), perguntam acerca das condições estruturais da instalação da democracia sem colocar em xeque o modo de produção capitalista, ao contrário, têm como premissa das experiências democráticas maduras um mercado igualmente pujante²²; o segundo grupo opõe-se à organização capitalística da produção, reconhecendo-a como o principal obstáculo à efetividade da democracia, dentre eles, os estudiosos aqui estudados, Ellen Meiksins Wood (*Op. Cit.*) e Boaventura de Sousa Santos, juntamente a Avritzer (2002c).

Santos e Avritzer propõem uma nova questão e aproximam-se da proposição de Amartya Sen (*apud* Santos & Avritzer: 41), ao afirmarem que a discussão não passa mais por “*saber se um dado país está preparado para a democracia, mas antes de partir da idéia de que qualquer país se prepara através da democracia*”. Democracia aqui é, portanto, ponto de partida. Cabe responder, sim, às questões: democracia para quê? Ou democracia para quem? Santos, portanto, procurar investigar no plano factual, com os instrumentais da sociologia das ausências e das emergências, a *qualidade* do processo democrático em sua

(2005) redefine o ponto de vista de Bloch traduzindo o conceito de *ser-ainda-não* como *Ainda-Não*. Aqui o princípio da esperança é habilitado visando conferir uma outra postura epistemológica em que o conhecimento científico “pós-moderno” seja capaz de apreender as possibilidades inscritas no real.

²² Przeworski (1994) contesta a premissa “mercadocêntrica”, evidenciado que as crises e instabilidades econômicas no Leste Europeu e também na América Latina ocorreram tanto durante quanto após a *third wave* sem deter a tendência de expansão de modos democráticos de organização política dos Estados-Nacionais no mundo.

relação com o potencial de emancipação humana atrelado a um projeto de expansão democrática optando, talvez aqui caiba o termo, pela democracia enquanto valor não universal mas, *universalizável*.

Se as chamadas democracias de *baixa intensidade*, inspiradas no modelo liberal, espalharam-se, há de se discutir, no eixo Sul, as experiências inovadoras aqui originadas de *fundamentos democráticos radicalizados*. No capitalismo global, novos arranjos institucionais enfatizam e estimulam o caráter *local* ou a forma *local* como as demandas globais são recepcionadas, produzindo uma *síntese positiva* entre fatores globais e locais. Eis que chama atenção de Santos a emergência de um novo tipo de democracia participativa e suas inovações na ampliação do atendimento às demandas de segmentos sociais plurais, *oxigenando* a democracia representativa. Sua aposta é no caráter revolucionário da ampliação dos canais de participação que superam e recriam dialeticamente as formas de regulação, onde o Estado torna-se um *novíssimo movimento social*²³. Em sua ênfase nos espaços micropolíticos que se relaciona à crise dos grandes estados nacionais - conquanto um dos sustentáculos da *radicalidade da pós-modernidade* – Santos examina os *experimentalismos democráticos* nos países do Sul e intencionalmente destaca suas positivities. Sua metodologia de análise pode acabar subestimando os não poucos obstáculos que ainda impedem o êxito dos movimentos democráticos concretos mas, em sua coerência teórica, trata-se de afirmar na contramão das abordagens da ciência política contemporânea a democracia participativa como *sine qua* para uma defesa (contrafactual) da emancipação humana.

Cabe notar que coerentemente com a proposta de elaboração de uma nova praxiologia política calcada no equilíbrio entre vontade, potencialidades e o vivido, parte-se das práticas *realmente existentes* propondo uma democracia *localizada* e

²³ Santos (2006) identifica duas formas de concepção do Estado pós década de 1970. A primeira delas é o “reformismo neoliberal” que aposta em uma via de redução dos mínimos sociais e elabora uma autocompreensão de Estado enquanto *antítese* de qualquer prática que seja minimamente eficiente. A sua proposta do Estado enquanto *novíssimo movimento social* embora careça de maior sistematicidade, enquadra-se na *negação* da reforma neoliberal. A “contra-reforma” solidária proposta por Santos envolve a reabilitação do princípio da ação comunitária *forte* dentro do Estado onde o princípio abstrato de cidadania liberal poderá enfim tornar-se *fática* mediante esta re-elaboração da relação aparato estatal e forças cívicas. Em suma: cabe à sociedade *ocupar* e *alargar* os princípios institucionais do Estado.

multicultural nos moldes dos países do sul de onde são recortadas duas experiências: o orçamento participativo, em Porto Alegre, Brasil e a experiência do Partido Comunista Hindu, na cidade de Kerala²⁴. Tais experiências evidenciam caminhos de inovação institucional com potencial de eclosão de elementos de criatividade social locais, particulares, na interação com saberes múltiplos, reforçando a tese da elaboração, pela via fática, de um novo *contratualismo social* (Santos, 1999b) a partir de novas sociabilidades.

O surpreendente localismo de Sousa Santos contrasta com as ambições epistemológicas, metodológicas e teóricas do próprio autor, algo que realça-se em nossa breve *tipologia* de democracia construída a partir de elementos contidos na obra do autor português. Todavia há uma advertência fundamental, embora não seja de todo novidade, que é a busca por incentivos que aproximem e conseqüentemente diminuam a dicotomia governantes e governados. Santos é dos autores aqui apresentados o que mais guarda proximidades com o pensamento pós-colonial, daí a profunda desconfiança com formas tradicionais de participação da democracia representativa liberal. O que não nos inspira a buscar saídas para a democracia representativa em um cenário transnacional, dado que a organicidade local, se assim podemos inferir, venha a se esgarçar profundamente em outras escalas.

Nossos autores são compreendidos no debate mais recente acerca da eclosão das *constelações pós-nacionais* e da emergência de uma sociedade em que as noções de espaço-tempo são sensivelmente modificadas. O sentimento de *fin de siècle* permeia o diagnóstico de nossos autores. Gorz chamara de *adeus ao proletariado* (1982) a visão do impressionante refluxo do movimento sindical. Fukuyama (1992) decretara precocemente o *fim da história* num hegelianismo sem dialética em face da constatação do esgotamento do chamado *socialismo real* em 1991. Versões sobre o advento de uma *pós-modernidade* mediante a denúncia da falência absoluta das metanarrativas (Lyotard, 1993) colidem com expectativas de crescente reflexividade da modernidade (Giddens, *Op. Cit.*).

²⁴ Inúmeras análises críticas são elaboradas acerca das experiências de orçamento participativo. Não é nosso objetivo discuti-las aqui.

No capítulo seguinte expomos a fabulosa opacidade e o clima de incerteza deste cenário global decorrente de mudanças aceleradas que tomaram o mundo de assalto ainda nas franjas do Estado de Bem-Estar europeu e de inúmeras ditaduras espalhadas pelo mundo. Eis que em um cenário de modificações aceleradíssimas, que mereceram a comparação a um turbilhão (Cf. Habermas, 2001), o tema da democracia persiste sob novas roupagens.

Capítulo II - Contextos pós-nacionais e desafios teóricos à democracia na *baixa modernidade*

A tipologia de divisão sócio-temporal em *fases* da modernidade bem como a denominação *baixa modernidade*, em concordância com Touraine (1998), é uma distinção da *alta modernidade*²⁵, que seria a *Era das Luzes* propriamente, e da *média modernidade*, conectada à eclosão da sociedade industrial, do *Welfare* europeu e das grandes guerras. A baixa modernidade iniciou-se com a queda do padrão *Bretton Woods* e com as profundas crises econômicas e de regulação social que passaram a marcar o período cunhado de *capitalismo tardio* ou ainda de *capitalismo maduro*. O dilema que nos importa tratar refere-se às possibilidades da democracia na *baixa modernidade*, ou na também chamada *Era das Transições*.

A política, grande paixão do século XX, na Era das Transições, perde sua energia mobilizadora e cede espaço, cada vez mais, aos desejos de uma sociedade consumista formada por *mônadas* isoladas com a profunda dificuldade de conferir sentido e a sua própria existência²⁶. Vive-se, também, um mundo fortemente unipolarizado no plano geopolítico após a queda do *socialismo realmente existente* que funcionava como um contraponto ao que interpretamos hoje como hegemonia norte-americana²⁷. Mesmo a União Européia, componente de inegável peso no plano da elaboração das políticas em cenário mundial, não

²⁵ Em Giddens, a contemporaneidade, ou momento societário (1997a) “pós-tradicional”, também pode ser denominada de “alta modernidade” (Cf. Giddens, 2002). Ressalta-se que, neste capítulo, optamos pela denominação “baixa modernidade” oferecida por Touraine (*Op. Cit.*) dada sua precisão em marcar os três momentos da modernidade.

²⁶ A despeito das análises menos pessimistas que sugerem chances de reformulação da política mesma sustentando ou não a tese de uma modernidade reflexiva. Offe (1989), de um lado, refere-se aos novos movimentos sociais, Giddens (1999), de outro, funda a sua *terceira via* na aposta numa sociedade civil organizada e competente para o exercício do bem-estar social.

²⁷ A freqüência de intervenções norte-americanas no mundo pós 11 de setembro não será aqui contabilizada. Mas, o momento mais dramático apontado por autores díspares como Mészáros (2007) ou Costa (2004a), é a da invasão do Iraque em que a única instituição verdadeiramente global, formada por mecanismos de representação claros, em que em assembléia todas as nações tenham o mesmo peso de voto, como a Organização das Nações Unidas (ONU) pouco ou nada pode fazer mesmo diante de protestos de países centrais como Alemanha e França. O não aval do Conselho de Segurança para a realização da aventura yankee rigorosamente nada representou no plano fático mesmo que a quebra constante do direito à soberania nacional abra um arriscado precedente.

conseguiu ainda institucionalizar mecanismos de formação de vontade política que pudessem pressionar os Estados Unidos da América em torno de problemas fundamentais como a questão ambiental, a exemplo da não-adesão ao tratado de Kyoto. Singer (2004), de maneira quase anedótica propõe o seguinte dilema ético de nossos tempos:

“Nosso sistema de valores desenvolveu-se numa época em que a atmosfera e os oceanos pareciam recursos ilimitados, e as responsabilidades e os danos eram de modo geral claros e bem definidos. Se alguém batesse em alguém, estava claro quem tinha feito o quê. Em nossos dias, os problemas do buraco na camada de ozônio e das mudanças climáticas trouxeram à tona uma nova e estranha espécie de assassinato. O nova-iorquino que põe desodorante nas axilas usando um aerossol que contém CFCs ajuda a matar por câncer de pele, muitos anos mais tarde, pessoas que vivem em Punta Arenas, no Chile. Quando você dirige seu carro, você pode estar liberando o dióxido de carbono que faz parte de uma fatídica cadeia causal que leva às inundações em Bangladesh. Como podemos mudar nossa ética para levar em conta essa nova situação?” (Singer, *Op. Cit.*, 26).

O *mundo em crise* (Habermas, 1999; Offe, 1984; Mészáros, 2002) é produto de três grandes *fraturas* na história do moderno sistema produtor de mercadorias. A primeira delas é a crise de caráter financeiro/energético na década de 1970, também cunhada de *crise do petróleo* fortemente associada ao definhamento do *Welfare State* europeu e causadora de grandes danos no plano econômico mundial tal como a explosão de juros sobre os empréstimos nacionais que atingiram amargamente os países periféricos como o Brasil. Esta primeira *fratura* projetou governos emblemáticos como o de Ronald Reagan nos EUA e o de Margareth Thatcher, a *dama de ferro*, na Grã-Bretanha. Ambos, através de medidas de caráter profundamente contencionista nos seus aparatos burocráticos-administrativos, aplicaram cortes significativos nas políticas sociais até então praticadas. O cenário não é mais propício para a ideologia de repúdio do Estado que legitimou/justificou o avanço do *neoliberalismo* entendido como um conjunto de medidas e governos baseados na redução de custos da máquina pública através de estratégias de privatização.

A segunda *fratura* refere-se à perda do potencial utópico das atuais gerações com a desmobilização em escala mundial do movimento operário. Autores como Gorz (1982) proclamaram o “*Adeus ao Proletariado*” diante das

metamorfoses do mundo do trabalho que provocaram, dentre outros, uma taxa inédita de dessindicalização. Não menos problemático é o retraimento mediante a institucionalização dos chamados *novos movimentos sociais* em países de capitalismo avançado que haviam sido a grande aposta de renovação da política.

A terceira grande *fratura* refere-se ao desmoronamento da União Soviética que aponta para duas questões: a primeira delas é a perda do referencial de expressivos grupos políticos que se denominavam de *esquerda*, ainda que datasse de bem antes a crítica do marxismo ocidental ao socialismo realmente existente. A queda do muro de Berlim significou o ressurgimento de uma potência cindida desde a 2ª. Grande Guerra. A segunda questão refere-se ao que de mais concreto se firmou no cenário *pós-queda* incorrendo no avanço unilateral de uma potência com pretensões de se tornar única no atual cenário geopolítico, de modo a autores como Francis Fukuyama declararem entusiasticamente o *fim da história* com o triunfo liberal.

Na tentativa de análise, ainda que preliminar, dos movimentos estruturais pós-1970, das modificações sócio-organizacionais e de percepção da organização espaço-temporal que geram novas escalas, atentamos para o debate atual acerca da chamada *nova intransparência* (*Unuebersichtlichkeit*) (Habermas, 1987). Mais uma vez, enfrentamos o embate, segundo Costa (2003; 2004a; 2004b), entre dois paradigmas interpretativos concorrentes na compreensão do tempo presente. No primeiro paradigma, temos autores como o já citado Giddens (1991; 1997a; 1999), Habermas (2001; 2003) e outros que aderem ao diagnóstico da *reflexividade*²⁸ no mundo social, corroborando argumentos em prol de uma *democracia cosmopolita* como solução viável e desejável. No segundo paradigma, há autores como Maus (2006), Giesen (2001) e o próprio Costa (*Op. Cit.*) que discutem a nulidade sociológica de conceitos como *sociedade civil global* ou *cidadania cosmopolita*, apontando para os equívocos das tentativas de universalização de padrões de vida *reflexivos* que ignoram as especificidades locais e geram a morte da

²⁸ Para Giddens (1991) reflexividade é uma característica *definidora* da modernidade que “*consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter*” (Giddens, *Op. Cit.*: 45). Portanto, a proposição de modernidade reflexiva compreende um marco civilizatório que envolve o exercício constante da crítica e do aprimoramento das instituições.

reflexividade em si, correndo o grave risco de legitimar as relações de dominação e opressão do Ocidente sobre o Oriente²⁹.

Ao se retomar o tema da sociedade civil em espaços transnacionais (Cohen, 2003; Olesen, 2005), apontamos para os inúmeros desafios e limites que, no capítulo III, aparecerão ainda mais explícitos mediante o exame dos fóruns mundiais em suas potencialidades e déficits.

2.1 – Tempo e espaço sob nova perspectiva

Refutando a crítica de Domingues (2004) de que o campo sociológico apenas recentemente procurou se deter, com mais parcimônia, em torno de esferas fundamentais da vida em sociedade asseverando que “*O tempo e o espaço, outrora temas negligenciados, tornaram-se recentemente questões centrais para certo número de teorias sociológicas.*” (*Ibid*: 65), tendemos a concordar com Stompka (1998) na percepção de que os fatores espaço/temporais constituíram, em verdade, a estruturação da disciplina desde a *old school* francesa (E. Durkheim e M. Mauss), chegando às escolas funcionais-sistêmicas e ao estabelecimento da sociologia americana.

De fato, os estudos sobre tais questões na contemporaneidade aumentaram quantitativamente com os eventos desencadeados pelas profundas modificações pós-1970, mas o *boom* sócio-temporal deve-se mais à persistência de um determinado tópico nos cânones da ciência social do que à inauguração de um novo tópico na agenda científica. Segundo Stompka (*Op. Cit*), na sociologia

²⁹ Inarredável, neste cenário, é confrontarmos a produção mesma do discurso de autocompreensão da modernidade onde tem papel estratégico a produção *pós-colonial* em sua competência multirelacional capaz de se opor a diagnósticos mecanicistas sobre os desafios da humanidade no século XXI. Costa (2006a) apresenta-nos um interessante balanço em torno do argumento da hoje inevitabilidade de se *desprovincializar* a sociologia presente na citada produção pós-colonial, que adquire espaço na academia européia. Trata-se da busca de um olhar menos etnocêntrico, que contempla as particularidades sem expressá-las tão só como particularismos (desvios de um padrão monolítico). A palavra de ordem no atual momento histórico *multicultural*, pois não pressupõe o abandono de pretensões universais e emancipatórias mas combate teses tais quais a de Huntington (1997) que, segundo o autor, tende a se aproximar de uma defesa da intolerância e da *polícia global*.

das sociedades industriais três diferentes, porém complementares, características do fator *tempo* se fazem presentes:

- 1) sincronização de ações simultâneas;
- 2) seqüenciamento de ações sucessivas;
- 3) taxa (entende-se por unidade) de ações;

Nas análises sociológicas, pois, mantiveram-se a predominância de uma noção de temporalidade *reta, unilinear*, em coerência com a auto-consciência da modernidade³⁰. Assim, o *time boom* sociológico que acarretou a proliferação de uma *sociologia do tempo* contemporânea não decorre de avanços desenvolvidos na conceituação das ciências físicas incluindo aí a ruptura paradigmática, como indicaria Thomas Kuhn, de um tempo mecânico de Newton para as referências multicausais e nebulosas do complexo quântico. Embora uma flexibilização das relações tempo-espço de caráter epistemológico já estivesse iniciada desde princípios do século XX com as ciências físicas, tal recepção dá-se muito singularmente na teoria sistêmica-funcional parsoniana, sem se espriar, contudo, por toda a disciplina.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (1997) discutiu o *mal estar civilizacional* em sua análise acerca do fenômeno da globalização. Destacou o fenômeno de *aceleração* espaço-temporal, geradora do que, inspirados em Giddens (1991), chamamos provisoriamente de uma *fantasmagoria institucional*³¹. O *espaço-tempo* subjugado diretamente a novos mandatários, num processo perene e radical de racionalização a serviço do *grande capital*. Expressões pouco precisas como *aldeia global* (Cf. MacLuhan, 1964) vem denotar a impotência, latente em todo

³⁰ O tema das temporalidades na análise das chamadas sociedades *elementares* ou *tradicionais* estava relacionado à representação de tempo mais regulada pelos ciclos naturais.

³¹ Giddens (1991: 27) afirma que na modernidade o *lugar* torna-se cada vez mais *fantasmagórico* justamente por conta das re-configurações espaço-temporais. Como diria o sociólogo inglês: “os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles” (Idem). Nestes termos, na *baixa modernidade*, mediante as novas demandas que permeiam as instituições, demandas estas transnacionais, decidimos *alargar* o conceito de Giddens: as *instituições* tornam-se também *fantasmagóricas, fugidias*, encobertas por uma bruma de requisições aparentemente sem *rostro* e tampouco *nacionalidade*. Pretendemos aprofundar este *insight* em um segundo momento.

este estudo, das formas consagradas como tipicamente modernas de organização sócio-organizacional diante das poderosas redes transnacionais empresariais que flexibilizam tecnologicamente o espaço.

Giddens, reportando-se a Weber, apresenta a *secularização* ou *racionalização* do mundo como força motriz da modernidade quando se deu a revolução causada pela quantificação do tempo. A partir daí, a modernidade se espalha velozmente por extensões territoriais nunca vistas, e com graus de intensidade que modificam “*algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana*” (Giddens, *Op. Cit.*: 14). Este *modo de vida*, como classifica Giddens, é o modo por excelência das *descontinuidades*. Sem a cultura do *eterno ontem*, representada pela tradição, a modernidade, exatamente como apreende Berman (1986), na apreensão fáustica do tempo goetheano, é o *espírito que tudo nega*.

A aceleração dá-se, para Giddens, em aspectos nevrálgicos da modernidade compreendidos pelos seguintes conceitos: *encaixe/desencaixe/reencaixe*, *risco*, *fichas simbólicas*, *sistemas peritos*. Tais aspectos da modernidade são *acelerados*, permitindo que o *ritmo de mudança do espírito que tudo nega* seja intensificado, ao menos seletivamente, por todo o globo. A modernidade é, portanto, sobretudo *multidimensional*. Rompendo com qualquer *monismo* explicativo, o autor aponta simultaneamente para a dinamização da modernidade, sua constante descontinuidade, a separação e a recombinação da relação *espaço-temporal* e para o *desencaixe* dos sistemas sociais. O movimento da modernidade, com o *zoneamento do tempo* em divisões precisas corre em paralelo ao também *zoneamento geográfico* do mundo. Tempo-espaço *homogeneizado* permite uma plasticidade que inexistia nos componentes societários pré-modernos, de matrizes mais rígidas e inegociáveis que tinham como marco regulatório uma natureza não manipulada (ou pouco manipulada) pelos humanos. Na modernidade, formas organizacionais como os Estados-Nacionais superpõem-se às práticas tradicionais e locais que, embora não deixando de existir, vêem-se subsumidas a imperativos e princípios organizativos que ultrapassam suas fronteiras.

A *operação de desencaixe* é, precisamente, o fenômeno de quantificação, dilatação-contenção contínuas, o “*deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço*”, possibilitando o deslocamento de pessoas e instituições pelo globo numa prática de reelaboração de trajetórias e rotas de vida mais bem sucedida ou menos.

Utilizando-se de Simmel (Cf. Moraes Filho, 1983) e de Marx, Giddens compreende a necessidade de formas sociais de mediação que permitam tais deslocamentos. As *fichas simbólicas*, cujo exemplo maior é o do dinheiro, possibilitam um *meio* que diante de uma sociedade de *estranhos*³² garante trocas (e entendimento mútuo) em diferentes pontos do globo. Trata-se, pois, de *meios de comunicação circulante* (Parsons *apud* Giddens, 1991: 31). Outro grande *meio* para a intensificação dos *desencaixes* e *reencaixes* é a proliferação, com a complexificação da divisão social do trabalho, de *sistemas peritos*: “*sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes social e material em que vivemos hoje*” (*Ibid*: 35).

Vale ressaltar que ambos os marcos necessitam, para se tornarem eficazes socialmente, do elemento mediador de *confiança* visto que, usualmente, trabalham na contra-mão de interações *face-a-face*³³. Sem o agente humano *comum* depositando sua confiança seja nas *fichas simbólicas* seja nos *sistemas peritos*, nem um nem outro conseguiriam atenuar os *riscos* modernos ocasionados pelo fato de não mais vivermos em comunidades *controláveis* tais como as de solidariedade tradicional.

O geógrafo americano David Harvey (1998), em suas pesquisas acerca das inflexões espaço-temporais no capitalismo, chamou de *era do efêmero* aquela que

³² “Estranho” aqui, como ressalta Giddens, não é aquele no sentido tradicional, o “totalmente outro” ou “exótico”. Mas, estamos, nas sociedades urbanas, sob o signo da “desatenção civil”, conceito que procura descrever os contatos cotidianos, de alguma maneira, “compromissos com rosto” (Giddens, 1991: 84) tais como os transeuntes na calçada e em outros espaços públicos mas que são ainda assim “estranhos”. O “estranho” aqui é simplesmente sinônimo de “não íntimo”.

³³ Giddens identifica uma dualidade de relações: as *facework commitments* e as *faceless commitments*. Numa, a interação dá-se inclusive na “desatenção”. Na outra modalidade de interação, resta-nos apenas um tipo de fé, alicerçada sobre o “currículo oculto” da crença na ciência, por exemplo, em que há também a necessidade de atualização, ou reforço da “confiança” através dos pontos de “acesso” face-a-face.

é produto do aumento de velocidade provinda da substituição de um modo próprio de organização da produção, o fordismo, por um exponencial robustecimento tecnológico que aprofundou os processos de compressão espaço-temporais já iniciados no período de eclosão do iluminismo³⁴. No Pós-1970, a comunicação via satélite gerou a possibilidade inédita de termos uma sensação de simultaneidade jamais vista:

“Os sistemas de comunicação por satélite implantados a partir do início da década de 70 tornaram o custo unitário e o tempo da comunicação invariantes com relação à distância. Custa o mesmo a comunicação com uma distância de 800 quilômetros e de 8000 via satélite.” (*Ibid*: 264).

As inovações no campo informacional e a sofisticação no aparato de transportes geram possibilidades até então jamais vistas e que não ocorrem impunemente. Harvey identifica tais *milagres* com necessidades objetivas da *era das transições*. Com a queda do padrão *Bretton Woods* (*Ibid*.: 267) e o cenário de crise econômica que gerou uma inflação alta de dois dígitos para padrões europeus, atingindo a periferia do capitalismo de maneira não menos brutal, há a exigência de reformulação radical das estruturas produtivas. A tecnologia gerada e praticada pelo complexo industrial militar une-se à busca por aumento de velocidade de *giro* do capital.

A *economia política da pós-modernidade* expressa-se em duas frentes: um setor produtivo flexível e um setor financeiro autônomo. Para Harvey, diante da depreciação do valor das moedas nacionais é premissa para o capital a busca por *novas fronteiras*, gérmen da profunda financeirização das economias mundiais que marcam a década de 1990. Num cenário de capital móvel e com as evidentes tecnologias de informação, Harvey argumenta que não há paradoxo no surgimento simultâneo do localismo produtivo (*Ibid*: 266), isto é, grandes corporações buscando identidades *locais*, daí assistirmos na contemporaneidade à competição

³⁴ Ver, sobre esta questão, as interessantes ilustrações em Harvey, 1998, 220-221, em que tecnologias de transportes extremamente sofisticadas reduzem enormemente o *tempo* e a sensação de *distância* (espaço) entre diferentes pontos do mundo. A título de comparação, num gráfico, saltamos em pouco menos de 150 anos das prosaicas carruagens e carroças, que atingiam 16 km por hora até os jatos comerciais que podem ultrapassar os 1000 km/h.

entre cidades e regiões e, conseqüentemente, à adaptação cultural das mesmas visando atender aos requisitos das mega-corporações.

A descrição de Harvey realizada com ênfase no viés econômico não o impede de enveredar em análises culturais decorrentes desta compressão espaço-temporal que afeta, também, nossas maneiras de agir/sentir desde o campo gastronômico até a música. Utilizando o conceito de *simulacro*, caro ao filósofo francês Jean Baudrillard, Harvey atrela ao enredo da globalização o significado de uma profunda inautenticidade. A *disneyficação*, em que é possível se comer qualquer tipo de especialidade gastronômica sem sair do país, bastando ir a algum *espaço temático* (*shopping centers*, parques de diversão), é a marca de um tipo de sociabilidade moderna marcada pela velocidade e superficialidade. Também a transnacionalização de determinados pressupostos estéticos-musicais que se tornam padrão *sem realmente ter sido*, coaduna-se uma vida em simulacro cuja definição é: “*um estado de réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida*” (*Ibid.*: 261). Não se trata de algo absolutamente novo, mas o *modo* de manifestação desta *sobrecarga sensorial* é sim radicalmente nova e jamais seria impulsionada se não fossem pelas compressões espaço-temporais.

Santos (2006), tal qual Harvey, não possui uma teoria sistemática acerca das novas configurações espaço-temporais da *era das transições*. Todavia, seguindo uma trilha similar a de Harvey, identifica mudanças atinentes ao esforço interpretativo e heurístico do tempo presente. Há um novo *espaço-tempo* na leitura do sociólogo português criado pelas inovações tecnológicas do mundo pós-1970. Santos aponta para um diferencial: o espaço virtual que o autor denomina *redópolis* (Santos: *Op. Cit.*: 307). A *hipernovidade* tem, para o autor, um caráter estruturalmente dúbio. Santos não compartilha da euforia capaz de identificar no ciberespaço ganhos de sociabilidade, tampouco rejeita os novos meios de informação. Atenta para as plataformas pré-montadas e hierarquizadas que obstaculizam o otimismo exagerado de que se trataria esta nova esfera comunicacional uma *esfera pública digital* em si mesma. Mas, a seu ver, há

possibilidades de democratização da informação mediante tais instrumentos como o poder de simultaneidade da comunicação até então desconhecido ³⁵.

Também, de forma similar a Harvey, Santos identifica um novo movimento urbano que é o das *ciudades globais* que existem em número ainda restrito. Estas cidades, cujos maiores exemplos são Nova York, Londres, São Paulo, dentre outras, são uma simbiose somente possível pela velocidade ampliada de giro do capital alicerçada pelos avanços da micro-eletrônica. São transformações locais em âmbito global, ou seja, modificações de sociabilidade motivadas por questões de origem transnacional: cidades que *não dormem*, conectadas e concentrando espacialmente, por serem pontos estratégicos, as sedes financeiras e administrativas das grandes empresas transnacionais.

Por fim, a homogeneização proposta por uma *globalização hegemônica* é diagnóstico compartilhado por Santos e Harvey ao se referirem a uma política *mediatizada* pelo *marketing*, gerador de uma profunda homogeneização de gostos e atitudes que revela numa tendência a redução da esfera pública à opinião pública que, diferentemente da primeira, não é marcada pelos debates entre diferentes tendo em vista consensos a influenciar a agenda governamental mas, por *barulhos* tão espetaculares como frágeis na proposição de ações conseqüentes na vida pública.

De maneira sumária, pudemos demonstrar que as modificações pós-1970 são alvo da preocupação de analistas que observam as novas sociabilidades criadas - ou recriadas como nos propõe Giddens - diante da aceleração da compressão das relações espaço-temporais. Urge, contudo, enfrentar, como propõe Santos, as desigualdades e diferenças inerentes a tal processo nas recepções locais. A *modernização reflexiva* pode ser generalizada? Quais são suas bases? Estas são exportáveis? Isto é desejável? Qual democracia está sendo fortalecida? Qual se fragiliza?

³⁵ Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, tal cultura hegemônica está fundada no padrão civilizatório dos países do norte, razão pela qual sugere uma revolução paradigmática nas ciências sociais mesmas (Santos, 2000; 2005; 2006).

Para autores como Santos, “*está voltada ao fracasso a luta que não tiver presente que o estado nacional está a ser, ele próprio, transnacionalizado*” (Santos, 2006: 316). O diagnóstico aponta para a *inevitabilidade* da globalização, seja ela hegemônica ou contra-hegemônica. As polêmicas não são minimizadas. Aderindo a crítica ao *novo senso comum*, enveredamos na próxima seção deste capítulo.

2.2 – Embates de paradigmas: entre a reflexividade e o neomedievalismo

A tese da *modernização reflexiva* parece hegemônica na sociologia contemporânea como forma de apreensão dos tempos atuais. Tem sua origem nas primeiras formulações do sociólogo britânico Anthony Giddens que derivaram em suas obras mais recentes, fundamentadas no que denominara *teoria da estruturação*, esforço de síntese entre as clássicas dicotomias *indivíduo X sociedade* ou *estrutura X ação*. A idéia central, não tão inédita, é a de que indivíduos (agência) fazem a estrutura (sociedade, normas) ao mesmo tempo em que a estrutura subjaz às ações destes mesmos indivíduos.

Vale recordar que o clássico Georg Simmel (Cf. Moraes Filho, 1983) em sua teoria da *sociação* jamais distinguiu ação e estrutura. Seu suposto é o das interações humanas que recusam o emprego da idéia de sociedade como um *fetice*. Os indivíduos *estão* em sociedade como a sociedade *está* nos indivíduos, sendo impossível, ainda que analiticamente, antagonizar tais momentos. Não por acaso, Simmel elegeu o conceito de *vivência* como a melhor tradução do objeto de estudo da sociologia. Contemporaneamente, Norbert Elias pôde avaliar tal concepção ao se preocupar, também, com as interações entre os indivíduos que possibilitam os *acontecimentos sociais* para os quais devemos, como sociólogos, atentar. A noção de *habitus* também está presente em Norbert Elias, embora ganhe especial reforço com a tese bourdiesiana em seu empreendimento teórico em prol da síntese entre *agência* e *estrutura*. Dito de outro modo, as tradições francesa e anglo-saxãs permitem que tal dicotomia constitua o saber sociológico em distinção à matriz alemã que rejeitou o problema mesmo suscitado pela dualidade, até sua recepção norte-americana, quando foi ressignificada de modo a

também ter seus autores classificados em *individualistas* ou *holistas metodológicos*. Giddens, partícipe da tradição anglo-saxã, traz a idéia de *rotinização* para reconciliar as dicotomias nas quais acredita por princípio. Busca dar conta, em alguma medida, da estrutura como processo, portanto, como interação entre indivíduos ou entre formas de interação. Mais uma vez, a noção de *forma* remonta a Georg Simmel e à tradição alemã na qual a cisão indivíduo e sociedade nunca se fez presente (Cf. Miglievich Ribeiro, s.d.).

Há de se observar ainda que, segundo Costa (2004b), há um momento de inflexão marcado pela adesão política de Giddens, nos anos 1990, ao projeto político da chamada *terceira via*, ideologia de fundo do *novo trabalhismo inglês* do primeiro-ministro Tony Blair, o que fomentou, da parte dos pares na academia, desconfianças mais marcantes do que simpatias com a rápida popularidade que ganhou uma análise sociológica.

“De um lado, eles (aqui, refere-se também ao sociólogo alemão Ulrich Beck) se tornam a materialização viva da condição na modernidade tardia, conforme figurada em seus próprios escritos, e cuja marca particular é exatamente a auto-reflexão, entendida nos termos da sociedade que se vê confrontada com seus limites. Ao mesmo tempo, o prestígio público crescente de ambos é acompanhado com reserva pelos colegas de ofício.” (Costa, *Op. Cit.*: 73, os parênteses são meus)

A despeito das críticas, cabe situar a teoria da *modernização reflexiva* como uma tentativa de elaboração de respostas a demandas decorrentes da crítica advinda do pós-estruturalismo³⁶ que resultou, dentre outras, nas análises críticas e plurivocais à onipotência da ciência abalada em seus critérios antes incontestáveis de legitimidade, como se vê com a inclusão dos reclames pós-coloniais em repúdio a uma razão monolítica, *branca*, ocidental e imperialista. Em paralelo, importa ratificar sua correlação com a já mencionada reconfiguração das relações espaço-temporais (Giddens, 2000).

³⁶ Não é a toa que este “movimento” tenha por solo a França de Michel Foucault e do intelectual franco-argelino Jacques Derrida. A luta da independência da Argélia, a qual tem em outro francês, Pierre Bourdieu, um espectador bastante próximo, abre chagas na autocompreensão francesa de como e para quem se deve fazer ciência.

Ao primeiro desafio Giddens é direto: as críticas da ciência, elaboradas no contexto pós-1970, são produções *intrínsecas* da própria modernidade. Não existiria uma *pós-modernidade*, em verdade: “(...) *estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes.*”(Giddens, 1991: 13). O movimento *pós-moderno*, em convergência à perda generalizada das chamadas *energias utópicas* expressa na impotência das *grandes narrativas*, é, contudo, incapaz de se ver a si mesmo como também uma *grande narrativa* ainda que sobre novas bases, aquelas que aplaudem, como diz Miglievich Ribeiro (1998), o *novo irracionalismo*, o *anti-fundacionalismo*, a desconstrução e a *intuição interpretativa*.

Os cânones pós-modernos em sua ênfase na descentralização teórica deixam pouco evidente o que para Giddens está presente mais do que nunca na alta modernidade, a saber, o caráter de auto-monitoramento da ciência, ou seja, seu caráter reflexivo: “*Há um sentido fundamental na qual a reflexividade é uma característica definidora da ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente ‘se mantém em contato’ com as bases do que fazem como parte integrante do fazer.*” (*Ibid*: 43). A auto-crítica ou auto-confrontação, advinda de questionamentos de caráter político para Giddens, é bem vinda tratando-se de algo rotineiro no processo de radicalização da modernidade. Lembrando Habermas, desde a queda da percepção tradicional e transcendental do mundo circundante, primeiramente a filosofia, em acordo com a tendência secularizante, tornara-se a porta-voz da crítica racional que se fortalecia no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX (Habermas, 1987) ³⁷.

As mudanças de teor objetivo devem ser compreendidas, também, em acordo com a tese da *modernização reflexiva*. Nesta, o capitalismo, o industrialismo e a modernidade são referenciais interligados, porém diferenciados

³⁷ O movimento pós-moderno afasta-se do “novo iluminismo” de Habermas precisamente na constatação do “reencantamento do mundo”. Para os pós-modernos, a modernidade revelou-se, em sua pretensão de desvelamento de uma verdade universal pautada na racionalidade humana, uma ilusão. Céticos, otimistas ou moderados, como os pós-modernos podem ser compreendidos, trazem em comum a suspeição de todo critério de validade. Inexistindo a “verdade”, resta a heterogeneidade dos jogos de linguagem que permite a ênfase nas emoções, sentimentos, intuição, reflexão, cosmologia, mágica, mito, religiosidade, experiência mística com centralidade inédita no discurso intelectual. Miglievich Ribeiro, 1998: 123.

(Cf. Giddens, 1991). O capitalismo é, concordando com o referencial clássico marxista, o *modo de produção*, valendo aqui os conceitos também clássicos a este relacionados (classes, mercadorias, possuidores, expropriados etc.). Já o industrialismo como formação social concreta baseia-se num tipo específico de organização do moderno sistema produtor de mercadorias que espalha sua tecnologia organizacional a fim de regular outros círculos sociais (Ibid: p.61-62). O autor adverte que a modernidade é a autocompreensão do capitalismo, uma espécie de *éter* social no qual discursos e estilos de vida são legitimados, criando *macro-sujeitos* como movimentos políticos, culturais e outros. A chamada sociedade capitalista, com esta profunda e singular interpenetração de tecnologias materiais e não-materiais, é apenas *um tipo específico de sociedade moderna*.

Sob o signo da *dinamicidade*, a modernidade também busca novos marcos institucionais: 1) coordenação administrativa, cujo momento privilegiado é a da formação dos Estados-Nacionais; 2) condições de *vigilância*, ou a formação de um aparato coercitivo e de violência coordenados por uma lógica impessoalizada e alimentada por um grande fluxo racionalizado de informações; 3) controle dos meios de violência. Sua marca está nas inéditas formas de solidariedade e de regulação social (Giddens, *Op. Cit.*:62-63) como respostas ao *desenraizamento* inevitável (*Ibid.*: 68): o distanciamento espaço-temporal; os mecanismos de desencaixe; a reflexividade.

A reflexividade é, talvez, um dos mais interessantes traços da modernidade que nos interessa de modo especial por ampliar uma característica ontológica do humano, a elaboração reflexiva, e definir a ruptura efetuada por Giddens entre uma primeira e uma *segunda modernidade*, a denominada *modernização reflexiva*.

Atento às respostas para as demandas por novos mecanismos de solidariedade Giddens (1997b) enfatiza que as instituições aderem à via reflexiva, moldando-se à agência humana que se molda, de seu lado, também às instituições modernas. A modernidade não se desfaz completamente da tradição, ao contrário, convive com ela. As instituições imersas na reflexividade podem detectá-las e orientar a confrontação entre antigas e novas experiências.

Para Giddens (1991), a globalização está profundamente atrelada à reflexividade. A intensificação das relações em escala mundial aponta-nos para a relativização severa de noções tais como de soberania que deixa de existir como conceito absoluto, mas deve ser interpretado como um conceito *relacional*. A crescente proliferação da cultura capitalista passa a ser confundida com idêntica exportação de idéias e instituições dos países centrais para os recônditos do globo. Este processo de espraiamento da *reflexividade*, não totalmente diluidora da opacidade atinente ao espírito da época, inventa suas próprias tradições, como destaca Hobsbawm (1984), visando, dentre outras finalidades, a rotinização de procedimentos. Noutros termos, como aprecia Giddens (*Op. Cit.*), a tradição envolve tanto memória quanto repetição. Assim, a segunda modernidade supõe a formação de uma *quase-tradição* ou sua radicalização no formato do *fundamentalismo*. A *quase-tradição* decorre da *destradiconalização* ou de uma profunda ressignificação e re-funcionalização da tradição *ordinária*. Em realidades pós-tradicionais, as tradições movimentam-se em universos discursivos plurais e recriam suas bases de legitimação e justificação. São, enfim, *museus vivos* (*Ibid.*: 125). Esta nova perspectiva diante da tradição confirma um mundo potencialmente destrancendentalizado.

Mas Giddens também se mostra atento à obscuridade do *fundamentalismo*, o *dark side* da sociedade pós-tradicional, depósito de particularismos, em oposição às particularidades. Tradições são rearticuladas no fundamentalismo a fim de responder a tendência a uma centralização imposta pela globalização hegemônica: “A sociedade pós-tradicional é bastante diferente. É inerentemente globalizadora, mas também reflete a intensificação da globalização. Na ordem pós-tradicional, o pluralismo cultural, quer isto envolva tradições criadas ou persistentes, não pode mais assumir a forma de centros de poder enraizado.” (*Ibid.*: 128). O próprio Habermas (2001), em sua ênfase no discurso racional, parte da crítica da primeira geração de Frankfurt à razão instrumental para postular novos referenciais destrancendentalizados (1987), tais como aqueles sustentados na ação comunicativa. Segundo Costa (2003; 2004a; 2004b) e Giesen (2001) a rejeição das novas identidades criadas abrem a possibilidade real para as

danosas aventuras militares sob o pretexto de defesa dos direitos humanos (universais).

A modernização reflexiva para Giddens em seus desafios exige a ruptura com os marcos institucionais fundados no Estado-Nação e a consolidação de uma *democracia cosmopolita*³⁸. Afinal, “*divisas são linhas precisas no mapa*” (Giddens, 1999: 142), preceitos organizativos, portanto. Faz-se necessário um novo patamar cognitivo, tecnológico e cultural comum a acompanhar a globalização das relações de mercado. Eis que a *democracia cosmopolita* requer *nações cosmopolitas*, um Estado-Nação de novo tipo em que “*tem que ter agora um sentido diferente do que tinha em gerações anteriores*” (*Ibid.*: 146) abrindo espaço para “*uma construção mais aberta e reflexiva da identidade nacional*” (*Id: Ibid.*). Na prática, urge um novo consenso internacional.

“O mundo já não está dividido entre dois blocos de poder militarizados. As fronteiras entre as nações foram quase em toda parte fixadas e reconhecidas por consenso internacional. Numa era da informação, o território não importa tanto aos Estados-nações quanto no passado. Conhecimento e capacidade competitiva contam muito mais que recursos naturais, e a soberania tornou-se mais vaga ou múltipla.” (*Ibid.*: 152).

Os argumentos “*étnicos, religiosos, patrióticos que criam limites intransponíveis e impossibilitam qualquer forma de entendimento*” (Habermas, 1995:7) devem ser superados. Segundo Costa (2003; 2004a) e Giesen (2001). Habermas parece aderir, em seu diagnóstico de época (*Zeitdiagnose*), ao paradigma da inevitabilidade da *modernização reflexiva*. De fato, em “*Facticidade e Validade*”³⁹ (1997), nas “*Constelações Pós-Nacionais*” (2001) e na “*Era das*

³⁸ Optamos pela proposição de “democracia cosmopolita” encontrada na “Terceira Via” e não utilizamos a proposta anterior de “democracia dialógica” (Cf. Giddens, 1996) por esta envolver quase a reinvenção da metanarrativa do contrato social no século XXI, englobando desde as esferas dos relacionamentos pessoais até os Estados organizados em torno de influxos comunicacionais globais. O gigantismo da proposta negligencia, ainda mais que na *Terceira Via*, a institucionalização desta arrojado aparato, alvo de nosso debate neste capítulo.

³⁹ Usamos a versão brasileira (1997b) na qual o tradutor traduziu “*Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und demokratische Rechtstaats*” como “Direito e democracia: entre

transições” (2003), Habermas realiza um *juridical turn* no qual o direito é um *medium* neutro no processo de organização societária, possibilitador de uma institucionalização segura de princípios ético-discursivos que fundamentam a democracia contemporânea.

“O princípio do discurso só pode assumir a figura de um princípio de democracia, se estiver interligado com o médium do direito, formando um sistema de direitos que coloca a autonomia pública numa relação de pressuposição recíproca.” (Habermas, 1997b: 165).

O caráter dual do direito, que tanto envolve a via comunicacional plena no processo de legitimação de suas normas (validade), quanto a via *positivada* (facticidade), elemento que assegura a coercitividade e a observância das leis que foram anteriormente consensuadas, fazendo com que sejam cumpridas, tem como pano de fundo uma base de legitimação comum, compartilhada e universalizável, contida na noção de direitos humanos fundamentais. Sem a exigência intransigente desta base normativa não há, para Habermas, qualquer possibilidade de edificação de normas e práticas societárias legítimas dado que apenas se assegurados tais direitos fundamentais é possível observar a *liberdade comunicativa*, elemento fundamental de sua ética do discurso.

Os direitos fundamentais são aqueles responsáveis pelo estabelecimento mínimo de parâmetros de uma práxis discursiva comum e simétrica. São, portanto, direitos que resguardam o *singular-universal*, promovendo a autonomia política dos sujeitos (Habermas, 1995). Como constata o autor:

“(...) esses direitos fundamentais garantem a autonomia privada de sujeitos jurídicos somente na medida em que esses sujeitos se reconhecem mutuamente em seu papel de destinatários de leis, erigindo destarte um status que lhes possibilita a pretensão de obter direitos e de fazê-los valer reciprocamente.” (Habermas, 1997b: 159).

facticidade e validade” ainda que os analistas e comentadores da obra habermasiana refiram-se a esta pela tradução direta do título original alemão “Facticidade e Validade”.

O direito e a decisão dos sujeitos em fazê-los efetivos simultaneamente para si mesmo e para os outros faz nascer o *singular-coletivo*. Foi apenas na percepção do outro como igual a mim que se pôde falar na emergência de um ideário nacional e mesmo da soberania nacional. As proposições de igualdade e liberdade – direitos fundamentais - são fontes dos demais direitos: “*não existe nenhum direito legítimo sem esses direitos*” (Ibid: 162).

Habermas mostra-se impaciente com os debates que enfatizam as particularidades, os quais, segundo ele, só podem redundar em “*idiotices étnicas em geral*” (Habermas, 1995: 6). Em sua perspectiva, tais particularidades são, de fato, parâmetros pseudo-naturalísticos, descendentes do romantismo, decorrentes de determinadas demandas históricas. As idéias de povo e nação, portanto, nada possuem de *natural*⁴⁰. Crê no constante aumento do *éter reflexivo* da modernidade tardia que tende a evidenciar, a seu ver, a obsolescência de tais conceitos. Habermas salienta a autocompreensão surgida graças à eclosão dos Estados-Nacionais e à sedimentação do Estado de Direito quando surgiram as regulações positivas e normativas materializadas nas constituições federais. Observa que, na maioria dos casos, “(as) *constituições históricas referentes aos direitos fundamentais podem ser interpretados como modos contextuais de ler o mesmo sistema de direitos.*” (Habermas, 1997b: 166, grifo do autor, parênteses são meus), mas expõe os desafios globais contemporâneos que não mais podem ser enfrentados com a *noção semi-mitológica* e frágil na atualidade dos Estados-Nacionais.

Habermas dedica-se a defender que uma *metalingüística* constitucional é plausível dado que a base discursiva e de validação das orientações de conduta podem ser as mesmas para todas as nações que já tenham aderido a uma organização constitucional. O *patriotismo constitucional* (Habermas, 2002a: 135) servira para conferir a unidade política necessária que resguardasse o sujeito privado de direitos ante a multiplicidade de apelos culturais, preparando-o, enfim, para o futuro exercício cotidiano de uma *democracia cosmopolita* através da implementação de inéditos mecanismos de interação pós-nacionais. Importa, na

⁴⁰ Ver particularmente o ensaio “O que é um povo?” em Habermas, 2001.

leitura contra-fática habermasiana, que a potencialidade exista. Compartilhando com Giddens alguns pontos de vista, Habermas discorre acerca da globalização:

“Utilizo o conceito ‘globalização’ para a descrição de um processo, não de um estado final. Ele caracteriza a quantidade cada vez maior e a intensificação das relações de troca, de comunicação e de trânsito para além das fronteiras nacionais. Assim como no século XIX o trem, o barco a vapor e o telégrafo intensificaram o trânsito de bens e das pessoas como a troca de informações, assim hoje em dia a tecnologia dos satélites, a navegação aérea e a comunicação digital criam novamente redes mais amplas e densas.” (Habermas, 2001: 84).

Em sua leitura, Offe (1999) observa a taxionomia *coletivismo* e *individualismo* como útil nas análises que tentam apreender as modificações ocorridas no mundo das ciências sociais. No coletivismo metodológico, parte-se da noção de que os homens, submetidos às condições estruturais, experimentam as transformações históricas mais passivamente do que imaginam, quer se percebendo as mudanças sociais como produto de leis históricas quer em se caráter mais fortemente contingencial. No individualismo metodológico, aposta-se na agência humana, asseverando-se o homem como responsável pelo seu próprio destino e real demiurgo da trajetória humana. Notamos que tal foco não implica forçosamente o completo arbítrio do indivíduo, mas tende a fortalecer a idéia de que, na modernidade, a possibilidade da individuação permitiu uma maior flexibilidade nas formas de interações humanas, tornando a ação humana em suas motivações intersubjetivas mais atraentes para o estudo em seus desdobramentos históricos, certamente, cujas conexões de *causação adequada* somente podem ser explicadas *a posteriori*. Mais recentemente, autores contemporâneos nas ciências sociais, citados por Alexander (1987), reivindicam *perspectivas-síntese* que não se reduzam de maneira excludente às opções individualista ou coletivista metodológicas. Nesse sentido, a globalização não pode ser entendida como produto unilateralmente quer da estrutura social quer da agência humana, cabendo-nos como analistas o esforço hercúleo de sua *desnaturalização*. Diante das atuais tendências, cabe tomar as medidas

necessárias que visem ao enfrentamento desta *nova intransparência* (Habermas, 1987) em prol de uma *vida não fracassada*⁴¹.

A taxionomia entre as abordagens pautadas na estrutura social e na agência humana pode se realizar também a partir de outras duas variáveis, adaptadas aqui a partir da análise de Sérgio Costa (2004b) sobre um dos teóricos da reflexividade, Ulrich Beck. Podemos classificar as perspectivas acerca da mudança social na dimensão empírico-descritiva - que visa a dar conta dos movimentos gerais da globalização em seus contornos fáticos – e na dimensão normativa (propositiva) que busca pensar o que pode vir a se tornar a globalização em termos contrafáticos.

A reflexividade, como um dos mais interessantes traços da modernidade, agudiza-se na *segunda modernidade*, eis que alguns teóricos a designaram *modernização reflexiva*. Mas, tal paradigma não é pouco criticado. De um lado, seus críticos vêm prevalecer uma noção de acontecimentos históricos que parece fugir da alçada humana com um forte conteúdo de inexorabilidade, paradoxalmente, o inverso da reflexividade humana mesma. De outro lado, tal modernização parece ganhar uma dimensão excessivamente normativa cujo aparato instrumental analítico descritivo é tido como impróprio ou frágil.

Klaus-Gerd Giesen (2001), na análise da globalização, constata, a partir de fenômenos empíricos pinçados comparativamente confrontados com a bibliografia da segunda modernidade, a *insuficiência* explicativa das teorias que associam a globalização ao fenômeno democratizante. Para ele, o paradigma da *modernização reflexiva* oculta a ideologia da *terceira via* como único meio possível de formação da vontade política contemporânea, numa intencional minimização do papel do Estado e das políticas públicas. Sua crítica dirige-se não apenas a Giddens mas também a Habermas que também adere, segundo Giesen, a este *corpus* analítico ao defender a transnacionalização de uma práxis que envolva

⁴¹ Habermas toma para si a noção de “*vida fracassada*” proposta por Theodor Adorno. A busca por uma “vida não fracassada” está na reabilitação dos fluxos emancipatórios modernos, dado que para Adorno (*apud* Honneth, 2006), o capitalismo tardio é *per se* “uma forma de vida fracassada”.

algo próximo a um *poder cosmopolita*⁴². Giesen pondera que as posturas pró-*segunda modernidade* incorrem em propostas que somente asseguram a continuidade, de maneira irretocável, das profundas disparidades entre *sul-norte*. Em seu eurocentrismo, Habermas endossaria uma *democracia cosmopolita* com alto déficit sociológico visto que o novo formato político não possui suas bases em Estados de Direito suficientemente sedimentados a ponto de se poder anunciar canais internacionais de representação e participação democráticos. Para Giesen, a miopia habermasiana não o permite reconhecer que o Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, ou o Banco Mundial são edificadas de maneira não equânime, cumprindo, se tanto, agendas distintas (Giesen, *Op. Cit.*: 89). Mesmo as ONGs transnacionais mostram-se insuficientes em qualquer influência na maneira de se conduzir a política mundial. Giesen não nega a formação de uma *sociedade civil transnacional*, mas questiona a possibilidade desta se constituir em fonte do *direito cosmopolita* (*Ibid.*:91).

Utilizando o quadro conceitual de Habermas segundo o qual a tensão entre sistema (economia-mercado e política-Estado) e *mundo da vida* (cultura e identidade não moderados pelo dinheiro ou por outra espécie de coerção) marca a *modernidade tardia*, onde se acentuam, com o avanço da razão instrumental, a colonização sistêmica do *mundo da vida* e conseqüente perda da energia de comunicação emancipatória, Giesen descrê que abandonar o Estado-Nação em nome de uma *esfera pública global* seja viável. O próprio direito internacional tradicional propõe a defesa da soberania nacional como um mecanismo de proteção “dos Estados fracos contra os Estados fortes” (*Ibid.*: 92). Em nome da maior reflexividade da modernidade tardia e da defesa dos direitos humanos, corremos, sim, o risco de esfacelá-los visto que o discurso humanitário pode desembocar em práticas igualmente desumanas. Eis que, segundo Giesen, Habermas, com seu arcabouço teórico, buscara legitimar o bombardeio da

⁴² Na nossa perspectiva a crítica a Habermas no campo do cosmopolitismo pode ser lida e apresentada em separado ao debate da democracia procedural que será apresentada no último capítulo. Em verdade acreditamos que a proposição habermasiana pode ser extremamente interessante se a tivermos aos Estados-Nacionais em primeiro plano dada a profunda assimetria internacional que, mesmo havendo a existência fática de *constituições* estas não podem mitigar as diferentes posições geopolíticas originárias de diferentes aparatos bélicos, de produção, culturais, etc..

Iugoslávia no ano de 1999 pelos países membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em momento ao qual a ONU pronunciara-se contrária, dado violações claras ao direito internacional: “*Encontramo-nos num dilema, forçados a agir como se já existisse um direito cosmopolita (...), enquanto é precisamente isso que temos de promover*” (Habermas apud Giesen, *Op. Cit.:* 92)⁴³.

Ainda, a tônica da crítica de Giesen, centra-se na manutenção neo-colonial de mecanismos econômicos, do centro em direção à periferia, dissimulado pelo discurso do papel redentor de uma *democracia cosmopolita*. No espaço da *racionalização da racionalização* (*Ibid.:* 94) ou da *segunda modernidade*, na qual Giddens e Habermas vêem avanços, Giesen diagnostica o retrocesso para uma ordem mundial *neomedieval* descrita como aquela em que “*diversos níveis de atores se entrecruzam sem hierarquia ou responsabilidade claramente definidas*” (*Id. Ibid.*).

Por fim, uma das críticas mais severas às teses da *segunda modernidade* está na percepção desta como uma fatalidade em face da qual só nos resta abstermo-nos de propor novos projetos de sociedade. O entendimento da globalização como um estágio a se atingir necessariamente tende a lembrar as ideologias evolucionistas e seu grau de determinismo que justificaram eventos tais como a marcha para o socialismo, como se a globalização e seus desdobramentos independessem da vontade humana. Pondera Giesen:

“Se o ‘novo’⁴⁴ Habermas encontrar aliados em número suficiente, talvez devamos nos resignar a viver uma época em que os intelectuais de todas as classes e de todas as cores abduquem, uns após os outros, perante as exigências do mais forte: após a

⁴³ O trecho refere-se a intervenção de Habermas publicada no jornal *Die Zeit* em 29 de abril de 1999, intitulada “*Bestialität und Humanität*”. Não é sem exagero que sobre este episódio autores, como o próprio Giesen, tenham declarado ser Habermas o “coveiro do direito internacional” além de outros, como Antje Vollmer, citado pelo mesmo Giesen, ter lamentado a “morte da teoria crítica”.

⁴⁴ Segundo Giesen é possível detectar uma virada significativa na postura intelectual de Habermas. Para o autor, os “escritos pós-nacionais” representam esta guinada de um Habermas que, anteriormente, exigia o cumprimento das promessas não entregues da modernidade, para um Habermas resignado, prostrado e entreguista, quase um vassalo de novas dinâmicas semi-imperialistas presentes na geopolítica contemporânea.

era da Razão – que foi também a era da crítica da desrazão – eis-nos em plena era da abdicação.” (*Ibid.*: 96).

Maus (2006) é também enfática na crítica à chamada *democracia cosmopolita* pois, a seu ver, o declínio do Estado-Nacional significa nada menos que o declínio da idéia de democracia. Partindo da noção republicana de Kant para defender as fronteiras do Estado-Nacional, deliberacionista como Habermas e defensora do ideário nacional como “*plebiscité de tous les jours*” (plebiscito de todos os dias) (*Ibid.*: 468), é crítica em face da noção de *monopólio da violência* (Estado) em escala global, supondo tratar-se de uma perigosa arrogância a dos grupos que defendem algo parecido. Ainda, não compreende que, mesmo com tamanha massificação dos novos meios informacionais, possa no momento existir algo como uma esfera deliberativa global:

“Petições ou protestos urbanos de massa tem ao menos a chance de colocar um ponto de debate na agenda política. Não é óbvio, entretanto, onde o caráter coercitivo de transmissão de informação para um parlamento mundial poderia se sustentar: enquanto mensagens emperram os escritórios dos parlamentos nacionais, bilhetes eletrônicos para um parlamento mundial seriam mais fáceis de ignorar – para não mencionar a sobrecarga de informações a qual, por si só, poderia atrapalhar uma petição global enquanto direito.”⁴⁵ (*Ibid.*: 473 – A tradução é minha)

Maus reconhece que a noção de *povo é pré-política*, embora tal noção ressurgja, com algum paroxismo, com fôlego na contemporaneidade, ignorando a aparente inevitabilidade da *modernização reflexiva* e da globalização. Ao mesmo tempo, está atenta aos que para ela são os indesejáveis *etnonacionalismos* que, se podem ser resistências legítimas a um projeto de civilização que também soube negar a *civilidade* em sua ânsia de dominação, trazem, por sua vez, uma pretensão de autenticidade justificadora de novos *etnocentrismos*, como constata mediante a inclusão do direito da autodeterminação dos povos (*Ibid.*: 475). Desta feita, é cética em relação a qualquer viabilidade de uma *esfera pública global*, em

⁴⁵ “Mass petition or mass street protests have at least a chance of putting an issue on the political agenda. It is not obvious, however, where the coercive character of transmitting information to a world parliament would lie: while message clog the offices of a national parliament, electronic missives to a world parliament would be easier to ignore – not to mention the information overload which, in itself, a global right of petition would obviate.” (*Texto Original*).

sua análise, equivalente à “*eliminação da esfera pública em si mesma*” (*Ibid.*: 477. Tradução minha), logo, também em face da pretensa *democracia cosmopolita*. Aposta suas *fichas* na reabilitação da crítica ainda que nos “modestos” limites dos Estados-Nacionais para que, então, reabilitadas as esferas públicas nacionais e, complementarmente, consolidados os direitos internacionais, seja possível enfrentar a dificuldade já assinalada por Habermas de compatibilização entre direitos fundamentais e soberania nacional.

Todavia, uma das críticas mais contundentes aos déficits empíricos de uma pretensa modernização reflexiva homogeneizante é a do brasileiro, radicado em Berlim, Sérgio Costa. O autor transita pelos tortuosos caminhos dos temas *pós-nacionais* desde trabalhos anteriores (2002); contudo, é nos últimos três anos que constrói com mais solidez sua crítica ao paradigma da *segunda modernidade*, e conseqüentemente sua crítica ao cosmopolitismo, na interlocução com a chamada bibliografia pós-colonial, sobretudo autores da Índia (Shalini Randeria, Dipesh Chakrabarty, Homi Bhabha, dentre outros). Segundo Costa (2003, 2004a, 2004b), o paradigma da modernização reflexiva carece exageradamente de:

- 1) Consistência teórica por representar o que interpretamos como a *síntese negativa* tanto do trabalho de Giddens quanto de Habermas, se nos ativermos aos momentos de aposta na pós-nacionalidade enquanto solução defensável;
- 2) Solidez empírica pois supõe que desenvolvimentos ocorridos nos países centrais, portanto em parcela ainda desprezível do mundo, possam ser padronizáveis. Desconsideram o que há de *contingente* nestes desenvolvimentos;
- 3) Validez propositiva (ou normativa) pois representa a reprodução irrefletida de ideologias neo-evolucionistas sem sua contrapartida empírica cuja semi-nulidade não permitem aspirar soluções que envolvam todo o globo. Objetivamente, como analisa Costa, *superioridade* em tecnologia, economia ou no aparato bélico não implica *superioridade normativa* (Cf. 2003: 26).

Para Costa, Giddens e Ulrich Beck enveredam, tal qual na crítica de Maus (Op. Cit.), numa seara que ressuscita o raciocínio teleológico, traduzido numa prática que toma o mundo como em um instantâneo *preto-e-branco*. No paradigma da *segunda modernidade*, não há espaço para nuances, particularidades e diferenças culturais. Recorrendo aos cânones da divisão interna do trabalho científico alemão, vê que os autores confundem o diagnóstico de época (*Zeitdiagnose*) com a formulação sistemática e generalizante da teoria social (*Sozialtheorie*). Opera-se, assim, de forma dominante na sociologia da *segunda modernidade* a negação de que o “uso sistematizado das informações” é pressuposto “para chegar a generalizações que não dizem respeito a um caso particular, mas a movimentos mais amplos.” (Costa, 2004b: 74).

Parafraseando Apel, Moreira e Oliveira (2004), pode-se dizer que Costa utiliza *Giddens contra Giddens*, havendo, pois, dois *Giddens*, como também notara Giesen em relação a Habermas. O primeiro, sociólogo rigoroso, que ressalta o exame acurado das *diferentes dinâmicas sociais*. Ao sociólogo, em consonância com o primeiro Giddens, cabe identificar *persistências* e *disparidades* sociais, constatando, pois, a dinâmica própria aos eventos e configurações estruturais (Cf. Giddens, 1984), tarefas amplamente ignoradas nas teses da *modernização reflexiva* do segundo Giddens.

Costa (2003), neste espírito, enfrenta a tentativa de formação de um consenso acerca de uma *democracia cosmopolita*. Para ele, o pretense cosmopolitismo disfarça a abertura de métodos de dominação travestidos de discursos humanitários ou um “*wishful thinking*”⁴⁶ (*Ibid*: 19). A gestação de uma esfera pública mundial exigiria pressupostos de validade discursiva compartilhados, algo até hoje não constatado. O argumento de Costa é preciso: embora ocorra um maior fluxo migratório, em patamares mundiais, o insulamento cultural é cada vez mais freqüente mediante, ironicamente, a sofisticação de

⁴⁶ A expressão da língua inglesa “*wishful thinking*”, quando empregada, confere um conteúdo desqualifica qualquer proposição pois significa algo que se situa meramente no plano dos desejos (*wish*), ou seja, trata-se de um pensamento que distanciado da realidade não teria, por si só, qualquer probabilidade de realizar-se justamente por conta de seu afastamento do mundo real. É meramente um, em uma tradução forçosa, “pensamento desejoso”.

tecnologias de informação. Com a diminuição relativa de tempo-espço, a sensação de *memória* torna-se algo constantemente palpável e recorrente dificultando, ao menos parcialmente, um assimilacionismo promotor de tal grau de consenso em plano mundial. Acerca de uma *sociedade civil global*, Costa é enfático:

“No lugar de uma sociedade civil global, as mobilizações transnacionais de atores não estatais conformam uma *gama variada de redes temáticas fragmentadas*. Os problemas aí discutidos não convergem para o estabelecimento de uma comunicação global, envolvendo um público mundial. São tratados, ao contrário, em espaços comunicativos transnacionais segmentados, aos quais só tem acesso aquela elite de militantes internacionalizada.” (Costa, 2003: 24).

Uma das maiores evidências desta intrincada relação transnacional é retomada a partir da proposta de Bourdieu e Wacquant (1998) em “*Sur les ruses de la raison impérialiste*”, qual seja, a centralidade do argumento concentra-se nas *artimanhas (ruses)* do novo imperialismo no cotidiano de nossa vida. Para Costa (2004a), que estudou as redes transnacionais anti-racistas, algo similar ocorre no ataque a este problema: é comum ver grupos jovens de ativistas negros utilizarem, como expressões artísticas ditas autóctones, o *breakdancing* ou o *hip hop*. Assim como é a idealização em torno de uma imaginária *mãe África negra* uniforme⁴⁷.

Ressalta-se que os críticos da modernização reflexiva reconhecem, indubitavelmente, as mudanças ocorridas nos últimos anos, inclusive as acelerações espaço-temporais. Contudo, recomendam cautela, sobretudo, no campo normativo. Se não podemos falar sem reservas de uma *sociedade civil global*, isto pode ser correlacionado também ao fato de que o espraiamento das relações de mercado no globo não bastam em tal intento. Habermas (1984a) já observara que o surgimento de uma esfera pública crítica necessitava de algo além de impulsos sistêmicos e que mesmo, podemos supor, as redes

⁴⁷ Não há equívoco na redefinição das expressões culturais mas, na negação de que se trata, sim, de redefinições e, portanto, elaborações novas. A idéia de um *essencialismo estratégico* - paroxismo útil para demonstrar que a luta de identidades étnicas é, antes de mais nada, um construto político-ideológico que serve a determinados fins e não a outros – perpassou o debate travado no GT “Emancipação, Cidadania e Reconhecimento” durante XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) em Recife, entre os dias 29 de maio e 01 de junho de 2007, coordenado por Adelia Miglievich (UENF), Emil Sobbotka (PUC-RS) e Eliane Veras (UFPE), tendo como debatedores Sérgio Luiz Pereira da Silva (UENF) e Marta Zorzal (UFES).

transnacionais de solidariedade não são ainda capazes de fornecer saídas uma vez que deficientes na elaboração de alternativas reais diante da globalização real. Trata-se, pois, de um cosmopolitismo falacioso que reproduz mecanismos sistêmicos e não dão margem para o surgimento de uma criatividade social suficientemente fortalecida.

2.3 – (Im)possibilidades (in)desejáveis: configurações de uma sociedade civil global

Jean Cohen (2003) convida-nos a discutir a idéia de sociedade civil sob a égide da globalização. A autora busca afastar a *nuvem de fumaça* que parece pairar sobre o conceito envolvendo-a numa *nova intransparência* (Habermas, 1987).

A autora recorre ao desenvolvimento histórico da noção de sociedade civil enfatizando as inflexões temporais do conceito que remontam ao século XIX, com uma apreensão clássica, e ao século XX, quando o conceito ganhou maior complexidade. No último século, situa-se a síntese realizada por ela e por Andrew Arato no início da década de 1990, antecipando a emergência do tema da *sociedade civil mundial* no debate teórico nas ciências sociais que data do início do século XXI.

Cohen postula a pertinência do conceito de sociedade civil global. Àqueles que não conseguem conceber esta estrutura distanciada dos Estados-Nacionais, alerta: “(...) *mas este pressuposto não é inerente ao modelo; simplesmente expressa a forma histórica de sociedade civil que estávamos estudando naquela época.*” (*Ibid*: 433). Portanto, para ela, o conceito é suficientemente *elástico* para acomodar as atuais conformações históricas, embora a autora reconheça que o nascimento das sociedades civis nacionais envolvam uma relação *contígua* com os Estados-Nacionais de tal forma que os processos de diferenciação *funcional* e *substantiva* entre mercado e Estado só poderiam ser salvaguardados a partir de mecanismos muito próprios em que as constituições nacionais são a grande via de

institucionalização desta diferença primordial, como a que supõe a separação entre público e privado ⁴⁸.

Na consolidação da sociedade civil, em quaisquer das escalas (local, regional, nacional e global), temos três parâmetros fundamentais: a *pluralidade*, a *privacidade* e a *publicidade*. Estes parâmetros são na verdade pressupostos aprioristicamente determinados para o processo de sedimentação da sociedade civil, pois, envolvem o substrato jurídico, direitos subjetivos, garantidores do livre pensar e da auto-representação dos indivíduos (*privacidade*), a ampla circulação de informações (*publicidade*) e as prerrogativas de que o espaço público, que é em si *plurivocal* tenha as garantias institucionais de que estas inúmeras facetas, agonísticas ou não, tenham representação (*pluralidade*)⁴⁹. Somente diante a garantia destes pressupostos é que tornar-se-á possível a diferenciação sistêmica (complexificação, sedimentação e delimitação clara) e a institucionalização da sociedade civil que se dá ante outros dois subsistemas igualmente determinados (política e economia).

Os três subsistemas demarcadores da modernidade em Cohen são a sociedade *política* (Estado, administração, política), a sociedade *econômica* (mercado), e a sociedade *civil*⁵⁰. Nestes termos em Cohen temos diferentes *mediuns* que visam aprofundar ainda mais esta diferenciação, em que a sociedade política utiliza o *medium* poder, a sociedade econômica cujo *medium* é o dinheiro e a sociedade civil atrelada à interação comunicativa é a *pedra-de-toque* de sua divergência funcional e substantiva, em face dos subsistemas anteriores. Somente na institucionalização dos três pressupostos anteriores, pluralidade, privacidade e publicidade, torna-se possível a autonomização da sociedade civil para a autora.

⁴⁸ Cabe notar que Cohen se reconhece como uma intérprete da teoria habermasiana cuja obra é apontada inúmeras vezes como referência, indo desde a “Mudança estrutural da esfera pública” até as mais recentes incursões de Habermas no campo do direito.

⁴⁹ É notável o quão prenhe de conseqüências parece ser o modelo proposto pelo sociólogo inglês Thomas H. Marshall (1967) que propôs, em uma concepção tripartite e neo-evolucionista tipos idéias que visavam compreender a formação da cidadania moderna. Cohen utiliza este método desdobrando-o para as suas preocupações de delimitação do espaço e da autonomia relativa da sociedade civil, embora não faça qualquer referência direta.

⁵⁰ “Entendo a sociedade civil como uma esfera de interação social diferenciada da economia e do Estado, composta de três parâmetros analiticamente distintos: *pluralidade*, *publicidade* e *privacidade*.” (Cohen, *Op. Cit.*: 423).

A interação destes três subsistemas garantem-nos tanto a diversidade reivindicada pelos *novos movimentos sociais* da década de 1960/1970 (*Ibid.*: 434) quanto a livre circulação de informações (*Ibid.*: 424) e, por fim, a as garantias civis (*Id. Ibid.*), respectivamente, a fim de que a sociedade civil viesse a atuar efetivamente como *correia de transmissão* societária para as mudanças e avanços exigidos em diferentes momentos históricos.

Segundo Cohen, os eventos desencadeados pelas modificações pós-1970 no cenário mundial implicam a necessidade de se repensar o modelo da sociedade civil para além das fronteiras dos Estados-Nacionais. Justamente por ter aderido a uma análise de globalização *fraca*⁵¹ (*Ibid.*: 423), definida por ela como o período da substituição dos *‘governantes do território’* pelos *‘mentores de velocidade’* (*Ibid.*: 420), Cohen não deve ser inserida no rol dos adeptos da *segunda modernidade* pois as mudanças estruturais não descortinaram elementos para apostarmos em uma torrente de reflexividade pelo globo. Todavia em nossa perspectiva existem *afinidades* com os discursos apresentados no tópico anterior. O que faz com que possamos incluí-la nesta lista é a sua disposição a apresentar a *sociedade civil global* como um processo inexorável efeito da dilatação dos três subsistemas institucionais descritos (pluralidade; privacidade; publicidade) em um cenário de interação *cruzada* em que global, nacional e local interagem de forma incontestes.

A autora propõe um efeito *boomerang* entre o local e o global que forma uma interessante dinâmica transnacional de solidariedade, em que grupos transnacionais apóiam movimentos locais ou nacionais com repercussões para todos. Ainda assim, estão longe de terem uma eficácia política capaz de realizar mudanças substantivas e, também, encontram-se, muitas vezes, em sua forma *rudimentar* não sendo absolutamente relevantes. São prenúncio, como ironicamente indica Sérgio Costa (2004b), mas não passam de promessas ainda

⁵¹ A autora parte do princípio de que é possível encontrar dois tipos possíveis de análises acerca do fenômeno da globalização. O primeiro é do tipo *forte*, onde os Estados-Nacionais são tidos cada vez mais como instâncias absolutamente precarizadas e irrelevantes. A outra posição analítica, a qual Cohen se associa, é a de que os Estados-Nacionais e o conceito de *soberania* são ainda dotados de relevância fática e funcionam como *“referente decisivo para os atores civis”* (Cohen, *Op. Cit.*: 423).

longe de cumprirem uma *modernização reflexiva*. Os exemplos citados pela autora como possíveis exemplos de interação pós-nacional eficazes, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Organização Mundial do Comércio (OMC) mais são lembrados aqui como operando enormemente numa lógica sistêmica e gerencial de maneira que se tornam incapazes de funcionarem realmente como parâmetros de elaboração de alternativas para os déficits democráticos diagnosticados pela autora.

Fortemente influenciada pelo desabrochar das novas tecnologias, Cohen postula a formação de *redes* (*Op. Cit.:* 435) suficientemente neutras e capazes de abrigar tanto elementos civis quanto incivis (como grupos terroristas). As novas tecnologias implicam uma poderosa simultaneidade de informações, mas, ao contrário do que a autora conclui, não teria, a nosso ver, como desdobramento necessário a formação de uma opinião pública mundial autônoma. O exemplo citado pela autora de que mesmo potências como os EUA não poderiam se recusar a se dobrar ante uma opinião pública mundial não encontram eco numa análise, a exemplo da invasão ao Iraque ou do desrespeito ao tratado de Kyoto. As novas formas de ação coletiva são ainda frágeis em demasia.

Cohen recai em contradições em seus argumentos. Ora compreende a falência dos Estados-Nacionais como algo incontornável, ora admite que seja ainda muito precoce colocarmos as instituições nacionais na *lata de lixo da história* (*Ibid:* 423). Por fim, melancolicamente enseja:

“É preciso forjar uma sociedade política global e regional e faz-se necessário torná-la forte no âmbito nacional, mesmo enquanto a soberania dos Estados esteja sendo parcialmente desagregada e mesmo que os atores da sociedade civil logrem impor a aceitação de princípios de direitos humanos, a preocupação com as questões ecológicas e assuntos semelhantes a todos os atores políticos.” (*Ibid.:* 452).

Thomas Olesen (2005), cientista social dinamarquês, segue caminho oposto ao de sua colega norte-americana. Ainda no espírito que renega as proposições totalizantes pela *modernização reflexiva* expostos na seção anterior, Olesen desconstrói qualquer validade do conceito de *sociedade civil global*

sugerindo o conceito de *espaços públicos transnacionais* (*Transnational Public Spaces* ou *Transnational Publics*), doravante EPT, em substituição do primeiro. O autor não desconsidera totalmente as modificações ocorridas no cenário sócio-político mundial, mas busca situá-las com maior moderação.

Costa (2004a) já fora provocativo ao questionar acerca da existência de um *mundo da vida global* que pudesse justificar a tese de uma *esfera pública global* em contextos pós-nacionais. Olesen é não menos cáustico ao indagar dos teóricos da *sociedade civil global* se há um *Estado global* que nos garanta parâmetros institucionais que permitam esta mesma sociedade civil transitar em seus subsistemas, como diria Cohen (*Op. Cit.*), de *pluralidade, publicidade e privacidade*. Parece-nos desnecessário exaustivo estudo empírico para que constatemos que não há nada sequer *similar* a um Estado global hoje.

Para Olesen, o conceito de *sociedade civil global* é, pois, inútil analiticamente pois se torna tão abrangente quanto pouco explicativo uma vez que envolve questões físicas, sociais, políticas, geográficas e culturais em grandes distâncias (Olsen, *Op. Cit.*: 420). Uma falha não menos grave por ele apontada, possivelmente em concordância com Costa (2004a) e Bourdieu & Wacquant (1995), é o caráter nacional de muitos movimentos que são, paradoxalmente, caracterizados como pertencentes a esta pretensa *sociedade civil global*. A proposta de Olesen é clara: “*Se a globalização continuará teoricamente a ser um eixo útil na pesquisa de movimentos sociais, deverá ser por conta de nos convidar a observar diversos níveis espaciais de análise ao mesmo tempo*”⁵² (*Ibid*: 435, a tradução é minha). Neste esforço, sua análise das EPT e também dos movimentos sociais em escala global sugerem-nos ganhos consistentes.

Primeiramente, o autor ressalta a necessidade de se atentar para a complexa relação entre *local, nacional e global* visto que estas não desaparecem, ao contrário. É a síntese destas três dimensões que gera a pluralidade dos EPTs. A questão passa agora a ser a *reinvenção* de dois conceitos de inegável importância para as ciências sociais: *esfera pública* e *redes*, de modo a mais do

⁵² “*If globalization is to continue as a theoretically useful axis of research on social movements, it should because it invites us to look at many spatial levels of analysis at the same time.*” (texto original).

que tomar como um *dado*, problematizar aquela que se denominou genericamente *sociedade civil global*.

Podemos, com base no argumento de Olesen, afirmar que o conceito de sociedade civil global seja *pseudo-sociológico*, mais uma *aspiração* e uma expectativa normativa do que algo fático. Não se nega que há *possibilidades* e *emergências* nos atuais arranjos impulsionados pelas constelações pós-nacionais. Boaventura de Sousa Santos (1999) chama-nos atenção para o fato de que a *teoria crítica* não deve se resumir meramente à análise do que *existe* visto que esta é uma forma de *cegueira*, derivando na proposição de conseqüências generalizadoras e homogeneizadoras que partem exclusivamente da adesão a um único ponto de vista, aquele que prega a hegemonia da sociedade de mercado, *ocultando* relações de poder e *empobrecendo* a profunda diversidade do real que subsiste, ainda que em seu caráter difuso e contra-hegemônico. Contudo, conceitos entendidos como ferramentas pelas quais podemos, como artesãos intelectuais, propiciar inteligibilidade às complexas *teias* da realidade, podem ser mais exitosos ou menos. Não por outro motivo, adotamos a perspectiva olensiana e substituímos a ênfase na *sociedade civil global* pela idéia de *públicos transnacionais*, um conceito que nos parece mais flexível.

Habermas (1984a), em sua tese de livre docência, discorreu acerca do surgimento dos círculos de leitura (da imprensa escrita, sobretudo) que permitiram as primeiras formas de elaboração de uma opinião pública política crítica nos inícios da modernidade, paralelamente ao desenvolvimento do mercado, quando se marca a reivindicação por justificações – legitimações – do poder antes aceito como natural e inquestionável. Na chamada esfera pública, irrompe a interação comunicativa como *médium* obrigatório e o convencimento, no lugar da coerção, torna-se o mote principal. Atenta ao público por excelência de tais interações que, historicamente, formava-se por homens letrados e proprietários, Nancy Fraser (*apud Olesen, 2005*) discute a formação de *contra-públicos* (*counterpublics*), círculos de fomento crítico *subalternos* que transitam, de maneira heterogênea, nos arredores da esfera pública *oficial*. São os *contra-públicos* que permitem, em contextos de luta por reconhecimento, os espaços de

elaboração simbólica de grupos que não encontram mobilidade no espaço oficial, dado que a esfera pública é absolutamente seletiva. Dos contra-públicos, eclodem os movimentos feministas, negros e de *minorias* nos países centrais. Os *contra-públicos* são, em suma, os momentos de emergência de *modus vivendi* subalternos.

Olesen apóia-se na elaboração teórica da esfera pública contida em Nancy Fraser a fim de propor seus *Espaços Públicos Transnacionais* (EPTs), visto que estes são *momentos* de síntese transnacional, necessariamente plurais, em que ora há a predominância de determinados agentes hegemônicos, derivada da correlação de forças do período, ora há a insurgência de determinados grupos emergentes. Os EPTs são conceitos mais sensíveis na revelação das relações de dominação entre grupos e indivíduos em luta na esfera pública, isto é mais úteis analiticamente na apreensão do “*que está acontecendo com a sociedade civil*” (Olesen, *Op. Cit.*: 419. A tradução é minha)⁵³. Contudo, Olesen nos adverte que o conceito de EPT não busca suplantiar as esferas públicas nacionais ou que negue o chamado patriotismo constitucional. Ao contrário, a correlação de forças das EPTs, profundamente instável, depende diretamente dos movimentos contidos na esferas públicas nacionais fazendo com que ocasionalmente os movimentos transnacionais incidam sobre a formação da vontade política dos espaços locais e nacionais. Há a inversão aqui da onipotência da *sociedade civil global* de Cohen pois o EPT é um conceito *intencionalmente difuso*, até pelo fato dos movimentos sociais exercerem diferentes papéis *ao sabor* da conjuntura (*Ibid*: 421). Binarismos como *pobres e ricos, subdesenvolvidos e desenvolvidos* ou *sul e norte* ofuscam a riqueza do fenômeno e apagam a dinâmica incontestável e por vezes até mesmo frustrantemente incontrolável da ação social e, por conseguinte, da política transnacional. Por fim, observa Olesen: “*Públicos transnacionais, em outras palavras, são decisivamente definidos pela sua luta com autoridades em níveis nacionais e internacionais*” (*Ibid*.: 424. A tradução é minha)⁵⁴.

⁵³ “*What is happening to civil society*”. Texto original.

⁵⁴ “*Transnational publics, in other words, are crucially defined by their engagement with authorities at national and international levels*”. Texto Original.

Na tarefa de remodelar o conceito de rede⁵⁵, Olesen leva-nos a uma dialética das relações que busca ser mais fiel à complexidade da realidade mesma. Para o autor, há interações diretas e indiretas nas redes, há espaço e necessidade de relações face-a-face (diretas) quanto para relações mediadas pelas novas tecnologias informacionais (indiretas). Na elaboração de três tipos ideais de interações em um mundo em rede, propõe-nos os três gráficos abaixo:

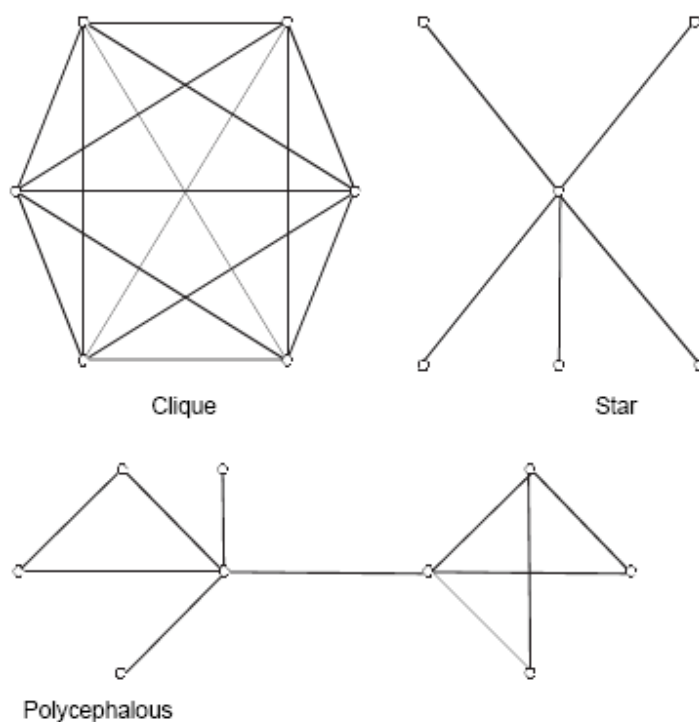


Figure 1 Network Types

Figura 1 In: Olesen, 2005: 426.

No primeiro tipo de interações em rede temos o modelo *clique* em que se nota que todos os *nós* (*nodes*) estão profundamente interligados, não havendo grandes distâncias entre os pontos dado que todos podem ser interpretados como

⁵⁵ Olesen não define objetivamente o conceito mas, nos dá pistas em que os “nós”, e as intrincadas inter-relações entre os mesmos, podem vir a constituir relações diretas ou indiretas, desenvolvidas sobre uma infra-estrutura mais ou menos complexa entre os próprios nós, derivando relações centralizadas ou descentralizadas, etc.. O conceito de rede em Olesen é profundamente relacional portanto.

intimamente conectados. Esta é a noção que poderíamos chamar de *tradicional* na proposta de Olesen que dá conta das *relações horizontais* (simétricas) que caracterizariam as redes em oposição às hierarquias. Mas, a realidade não é tão simples e o tipo *tradicional* de rede não esgota as possibilidades de interações. Há momentos de *centralização* de agentes, ou dominância, de modo que há *nós* com um número maior de interconexões do que outros. O modelo *clique* não consegue abarcar a diversidade defendida pelos dois outros modelos propostos: o modelo *estrela* (*star*) e o modelo *policéfalo* (*polycephalus*).

O modelo *estrela* sugere-nos que há pontos sem conexão, isolados, ou então conectados apenas ao ponto central. No entanto, mesmo este modelo é ainda *insuficiente* para nos servir de parâmetro explicativo para os EPTs. O modelo *policéfalo*, que pode ser compreendido como uma junção de várias estrelas, é analiticamente o mais eficaz pois compreende o *distanciamento* entre pontos, indicando-nos que há pontos de interconexão *centrais*, desmentindo o mito da descentralização da redes. E, o mais importante: não nos oculta que há relações desiguais de poder mesmo entre os mais libertários movimentos sociais do século XXI, uns mais influentes do que outros, sendo inexequível que todos sejam igualmente movimentos-chaves no processo ⁵⁶.

Olesen relativiza também o poderio da *internet* pois, para o autor, as relações face-a-face são ainda fundamentais de modo que mesmo a Internet necessita, para tornar determinado movimento social ressonante, de interações em âmbito local e nacional para, então, adquirir uma visibilidade transnacional, o que faz com que compreendamos que mesmo ONGs como o *Greenpeace*, em atuação local, acabe por adquirir contornos culturais locais em suas sedes nacionalizadas. Além disso, há de se relativizar a diferença, no que se chamou competência crítica, entre a *internet* e as *mass media* pois ambas interagem, contribuindo para a sublimação do potencial de inovação informacional do espaço virtual diante da dominância dos mais sedimentados meios de formação da opinião pública.

⁵⁶ Olesen é um estudioso do fenômeno transnacional do zapatismo (2004) em que buscou compreender o que faz determinados momentos serem mais ou menos relevantes, a partir de critérios de visibilidade e de ressonância.

Os EPTs são *espaços sociais precários de interação* em que os agentes (de indivíduos a grupos e movimentos sociais) interagem nem sempre buscando o mesmo foco ou, ainda quando perseguindo metas comuns, não necessariamente alcançando-as. São espaços, *físicos*, pois não prescindem de interações face-a-face. São desiguais dadas profundas dificuldades estruturais existentes nas tentativas de criação de redes mundiais. São, também, espaços *não-físicos* de circulação e troca de informações. Este conceito, mais do que o de *sociedade civil global*, tende a abarcar de maneira exemplar a complexidade de dois momentos das EPTs: O Fórum Econômico Mundial e o Fórum Social Mundial que apresentamos a seguir na continuidade de nossa reflexão sobre o debate democrático em experiências tipicamente pós-nacionais.

Capítulo III - De Davos a Porto Alegre – dois fóruns mundiais no ano de 2005. *O mundo como fábrica de engano*

Como pudemos ver no capítulo anterior, o espraiamento das relações de mercado no globo e as novas tecnologias de informação não bastam, porém, para se falar numa *sociedade civil global*. Vários dos autores já citados alertaram-nos para o excessivo otimismo da antevisão de uma *democracia cosmopolita* quando ainda são reproduzidos os mesmos antigos mecanismos sistêmicos que não dão margem para o surgimento de uma criatividade social suficientemente fortalecida.

A *sociedade em redes* tal como se apresente no mundo globalizado não despreza os nós, isto é, seus pontos centrais de irradiação de poder. Nem todos os fios conectam-se com a mesma velocidade aos nós centrais da rede, assim como, alguns o fazem através de mediações, outros nós. Fato é que as redes, podendo ser de mais de um tipo, não expressam sempre relações horizontais ou simétricas mas reproduzem, à sua maneira, formas de dominação entre grupos de interesse, movimentos sociais, Estados⁵⁷.

Efetivamente a modernidade em sua face contemporânea, tal como buscamos descrever, é matizada por questões que não nos autorizam a um diagnóstico único. As nuances, particularidades e diferenças culturais não desapareceram nela diante da eclosão da chamada globalização, ao contrário, acentuaram-se relativamente ainda que de modo distinto daquele quando um lado do mundo sequer concebia a existência do outro. Uma sociedade civil global sem

⁵⁷ É natural que o leitor ressinta-se aqui da ausência de referências à obra do sociólogo espanhol Manuel Castells e de seu incensado “Sociedade em Rede” (1999). Todavia esta ausência é, em nossa perspectiva, defensável por envolver os seguintes pontos: a) a “sociedade em rede” de Castells aborda sociedades com alto padrão tecnológico, premissa que não pode ser compartilhada por todo globo; b) a dependência da “informação” com *input* incontornável para a retro-alimentação das redes, informação esta distribuída desigualmente em nossa leitura; c) a assimilação do paradigma “informacional” de Castells envolve assumirmos a passagem de um paradigma de produção para outro (do industrial para o informacional), algo precoce mesmo em nossos tempos e, finalmente; d) a profunda hierarquização e reprodução de relações de dominação, o que há de decisivo para a sociologia política contemporânea, não merece o destaque que presenciamos em Olesen (2005). Em verdade destacamos que para Castells as redes seriam identificadas, dentre outras características, pelo seu grau de *flexibilidade* interna, algo que, como veremos aplicando o paradigma de redes re-significado por Thomas Olesen, não é factível ao analisarmos, ao menos, o que diz respeito aos movimentos transnacionais. Não basta que os “nós” na rede tenham um mesmo “código de comunicação” compartilhado para termos a realização inovações sociais.

a visibilidade de um *mundo da vida global* que pudesse justificar a tese de uma *esfera pública global* em contextos pós-nacionais, tal como argumentou Costa (2004a), está inviabilizada. A gestação de uma esfera pública mundial requer pressupostos de validade discursiva compartilhados. O maior fluxo migratório em níveis mundiais, a sofisticação de tecnologias de informação, a diminuição relativa de tempo-espaço não foram suficientes para minimizar o insulamento cultural cada vez mais forte hoje.

Além disso, conforme apontado por Beneduzi (2007), as sociedades, na experiência de um processo constante de aceleração da sensação do tempo vivido, criam paradoxalmente, a idéia recorrente de um *eterno passado*. Trata-se de uma eternidade marcada pela possibilidade de apreender do momento que passa as centelhas de um tempo imemorial. A necessidade da preservação ressurgem com o medo de se perder as experiências que passam com grande velocidade, mediante a tentativa de deixar traços, vestígios que possam manter vivas as sensações passadas. Falamos aqui da nostalgia do tempo que passa, dificultando, ao menos parcialmente, uma integração no plano mundial que suscite uma sociedade de cidadãos modernos, cômicos de seus direitos e deveres comuns, fundamentados na racionalidade moderna – ou *sociedade civil global* – que se comunique com um tipo de Estado que garanta à sociedade parâmetros institucionais de orientação de condutas, a saber, um *Estado global*.

Na insuficiência analítica do conceito de *sociedade civil global*, Olesen (2005) propôs-nos não a negação da idéia de esfera pública mas a afirmação da noção de esferas públicas no plural ou *espaços públicos transnacionais* (*Transnational Public Spaces* ou *Transnational Publics*), os EPTs, os quais nos permitem atentar para a complexa relação entre *local*, *nacional* e *global*. Mais do que isso, como notou Nancy Fraser (*apud Olesen*, 2005), as esferas públicas plurais asseguram a percepção da formação de *contra-públicos*, isto é, dos círculos críticos *subalternos* que transitam, de maneira heterogênea, nos arredores da esfera pública *oficial*. Como já vimos, são os *contra-públicos* que permitem, em contextos de luta por reconhecimento, os espaços de elaboração simbólica daqueles grupos que não encontram visibilidade no espaço oficial.

Nosso objetivo, neste capítulo, é discutir dois fóruns mundiais, quais sejam, o Fórum Econômico Mundial (FEM) e o Fórum Social Mundial (FSM), nascido para contestar o primeiro no ano de 2001. Iremos abordá-los na sua versão de 2005, um ano paradigmático, em que a experiência do FSM, em seu formato concentrado e central, foi substancialmente repensada, algo que veremos adiante. Pretendemos mostrar que a opção por realizar a última edição centralizada, a de 2007, converge com nossa crítica, explicitada no capítulo anterior acerca da fragilidade de uma democracia cosmopolita e mesmo da chamada *sociedade civil global* e encontra suas raízes no processo de estabelecimento do fórum, algo reproduzido e encontrável na paradigmática experiência de 2005. Ainda que outros fatores tenham contribuído para o desfecho do FSM, cremos que a alternativa encontrada de fomento a fóruns regionais vem mais ao encontro do que viemos defendendo como os *espaços públicos transnacionais*, desde que ancoradas em proposições normativas suficientemente inovadoras, ponto que reforçaremos no último capítulo onde serão apresentadas quatro interessantes possibilidades que lidam com a complexidade das sociedades contemporâneas e com a crítica ao modelo de democracia representativa liberal.

Em outro sentido, não deixamos de notar a existência do Fórum Social, nas distintas modelagens, como um contraponto a outra esfera pública mundial, aquela exibida no Fórum Econômico Mundial. Também nesta atentamos para sua não homogeneidade mas tendemos a observar que este corresponde à esfera pública *oficial* ou sequer teria havido a deliberação dos círculos críticos *subalternos* se constituírem numa segunda esfera pública. Há de ressaltar que as performances, podem, por vezes, se confundir. Na análise deste fenômeno, também, está o sentido de nosso estudo.

3.1 – Diferentes histórias. Diferentes destinos? – antecedentes e breve histórico de dois fóruns mundiais

O Fórum Econômico Mundial teve seu marco inicial no ano de 1971 numa primeira reunião organizada por Klaus Schwab ⁵⁸, hoje atuante como Diretor Executivo do FEM. Esta primeira reunião ocorrida na cidade de Davos, Suíça, contou com a presença de um grupo diversificado de executivos europeus. Tal reunião passou a se repetir anualmente, expandindo a participação dos homens de negócios representantes de diferentes áreas e nacionalidades nos debates que ultrapassavam as questões de aplicações e investimentos, chegando a temas de interesse global tais como do meio ambiente e da fome. Curiosamente, pois, há quase 40 anos, um espaço público não-estatal e transnacional reúne lideranças do globo debatendo temas de conseqüências para além das fronteiras nacionais, antes, portanto, da erupção do tema da *sociedade civil global*.

Milton Santos (1997), em análise anterior à existência do FSM, ressalta que um dos papéis desempenhados por esta imponente reunião de *homens de negócios* era, em parceria com organismos multilaterais, definir o *World Competitiveness Index*, um índice de competitividade entre países mais ou menos competitivos que, em última instância, mereceriam recursos dos investidores internacionais. Carvalho (2005) vê, portanto, o FEM como um grande *think tank*⁵⁹ na concepção de arranjos de ponta na economia mundial. O FEM define-se, por sua vez, como “*uma organização internacional independente incorporada como uma fundação sem fins lucrativos suíça*” que se propõe a defender os interesses do crescimento e progresso econômicos no suposto de que tais interesses são indissociáveis da promoção do desenvolvimento social. Transmutado, no ano de 1976, numa *organização* não governamental cujos filiados são pessoas físicas e pessoas jurídicas (empresas e grandes corporações), a ONG possui seu Conselho (*Foundation Board*), definidor dos estatutos, composto por 21 membros com

⁵⁸ Klaus Schwab (1938-), de nacionalidade alemã, doutorou-se em engenharia mecânica e em economia. Atuou como professor na Universidade de Genebra do ano de 1972 ao de 2002, recebendo ao longo de sua carreira seis títulos de doutor honorário em diversas universidades dentre elas *London School Of Economics*.

⁵⁹ O termo *think tank* é utilizado para designar agrupamentos e institutos de pesquisa não acadêmicos especializados em gerar conhecimentos aplicados a políticas públicas e de gestão em inúmeras áreas, de economia até assuntos militares, surgidos mormente após a Segunda Grande Guerra (Cf. Nakamura, 2007), embora que na primeira metade do século XX tivéssemos já *think tanks* atuando nos EUA. O FEM, portanto, pode ser compreendido como um *think tank* em sua operação cotidiana, para além do *evento* anual de Davos.

assentos renovados a cada de 3 anos. Em seguida, na hierarquia, há a Equipe de Liderança (*Leadership Team*) subdividida hierarquicamente nos postos de Diretor Executivo; Diretores Administrativos; Diretores Seniores; Diretores e Diretores Associados.

Fato é que o relativo silêncio com que o FEM se reunia foi *quebrado* quando da criação do *novo espaço público*, seu antagonista, o Fórum Social Mundial, pretendendo incluir as vozes excluídas no primeiro fórum, a dos não-beneficiados - muito ao contrário - com a dita globalização econômica. No embate dos fóruns que, desde 2001, passaram a acontecer concomitantemente em partes distantes do planeta, os movimentos anti-globalização (Leite, 2003) ou de luta por uma globalização anti-hegemônica (Santos, 2005), precedentes à existência do FSM, permitiram ao oponente, o Fórum Econômico Mundial, ganhar visibilidade midiática.

A partir da década de 1990, o Fórum adquiriu ainda mais fôlego com o mundo não mais marcado pela “guerra fria”⁶⁰. Destacados chefes de Estado como Nelson Mandela, Bill Clinton, Yasser Arafat, dentre outros, marcam ou marcaram presença nas reuniões anuais do Fórum. Na reunião anual de 1999, Kofi Annan, Secretário Geral de ONU, reivindicou um *mercado global* dotado de uma *face humana*. Nesta direção, em 2002, foram doados 500 milhões de dólares canadenses ao Fundo de Desenvolvimento do Continente Africano, e, também, 50 milhões de dólares americanos pela Fundação Gates para a prevenção da AIDS, dentre os quais, 20 milhões especificamente para programas direcionados às mulheres africanas. Dentre outras realizações, deu-se, no ano de 2003, a criação de um grande acordo comercial entre os Estados Unidos da América e o Oriente Médio, do qual participaram “*mais de 50 dos maiores líderes de negócios da região*”⁶¹. Além da promoção do grande encontro anual realizado no mês de

⁶⁰ Sobre estas mudanças de rota pós-queda do socialismo real ver especialmente o primeiro capítulo desta dissertação.

⁶¹ www.weforum.org/site/homepublic.nsf/Content/Our+Organization55Cleadership+Team#Ged%20Day (acessado em 29/10/2005).

janeiro ordinariamente na cidade de Davos ⁶², coordena eventos de menor dimensão no correr do ano realizados em regiões consideradas estratégicas ⁶³.

Segundo dados do *Wall Street Journal* (2005), no ano de 2003, podiam-se contar mais de mil grandes corporações mundiais como *membros institucionais* do FEM. Esta característica irá demarcar o *perfil* do público, incluso aí a sua distribuição nas variáveis gênero, faixa etária e ocupação. O FEM mescla, de forma não homogênea, discussão de negócios com a composição de uma *agenda global*. Por um lado, propõe-se o aumento de taxações globais sobre operações financeiras. Ocupando apenas cinco dias do ano, no FEM, circulam além do majoritário grupo dos *homens de negócio* que podem ser identificados como megaempresários, também, chefes de Estado e, mais recentemente, com a visibilidade da mídia, nomes do *showbusiness*, sobretudo anglo-saxão. Tal como diagnosticaria o antropólogo Victor Turner (s.d.), o FEM pode ser concebido como momento auge de *dramas* sociais, dada sua força de síntese e seu caráter ritualizado.

Tornou-se, no ano de 1979, a primeira organização não-governamental a iniciar parcerias comerciais com a República Popular da China. Também ganhou visibilidade na mediação no conflito entre Grécia e Turquia em 1988 e, no ano de 1989, promoveu reuniões entre o Primeiro Ministro da Alemanha Oriental e o Chanceler da Alemanha Ocidental, contribuindo, na leitura de seus entusiastas e partícipes, no processo de reunificação das Alemanhas que derivaria na *queda do muro*.

Mais pragmaticamente, o Fórum Econômico Mundial afirma-se como arregimentador de lideranças mundiais em diferentes graus e modalidades. Não por acaso, Schwab criara, no ano de 1998, *The Schwab Foundation for Social Entrepreneurship*, instituição sem fins lucrativos visando ao acompanhamento de

⁶² No ano de 2002, excepcionalmente, houve uma edição realizada na cidade de New York, de 31 de janeiro a 04 de fevereiro, em solidariedade à cidade mediante os eventos trágicos ocorridos em 11 de setembro. Há ainda outras poucas edições do encontro anual que ocorreram fora da Suíça ao longo dos seus quase quarenta anos de existência.

⁶³ No ano de 2005, até o mês de novembro, realizaram-se pequenas reuniões na Ucrânia, África, Palestina, Rússia e Índia. No ano de 2006 foram programadas reuniões regionais, ou edições continentais do FEM, na cidade de São Paulo (FEM América Latina), Sharm El Sheikh (FEM Oriente Médio), África do Sul (FEM África) e Tokyo (FEM Ásia Leste).

empreendedores sociais ao redor do mundo e, em 2004, criou-se o *Fórum Jovens Líderes Globais (The Fórum of Young Global Leaders)* com a presença de mais de mil nomes de lideranças mundiais com idade inferior a 40 anos ⁶⁴.

Já o histórico do FSM não consegue ser reconstruído sem alguma dificuldade a não ser a partir do reconhecimento de sua primeira edição ocorrida em 2001 na cidade de Porto Alegre. O seu início *não oficial* é alvo de controvérsia. Whitaker (2005), Leite (*Op. Cit.*) e Teivanein (2003) irão remontar, como mais ou menos segurança, aos eventos ocorridos em Seattle, EUA. Em 30 de novembro de 1999, um protesto aberto em que participaram 50 mil pessoas realizou-se contra a reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC) naquela cidade. Leite afirma que este acontecimento deve ser visto como o grande evento catalisador do que veio a ser o FSM, visto que ocorreram após este protesto vários outros em diversos pontos do mundo dentre eles o de Gênova, Itália, no ano de 2001, onde foi morto pela polícia o jovem ativista Carlo Giuliani de 23 anos por ocasião de uma das reuniões do G8, algo que causou profunda comoção na época.

Todavia, com os diferentes autores e documentos relativos que compõem o FSM, tais como a sua *Carta de Princípios*, podemos afirmar com segurança que a primeira grande reunião, disto que depois viria a ter outras edições, ocorre em 2001. Montada a partir das proposições de Francisco Whitaker⁶⁵ e Oded Grajew⁶⁶ que tomaram conhecimento de reuniões outras na Europa, auto-denominadas

⁶⁴ Dado curioso é que a cantora brasileira Daniela Mercury figurava entre elas até o ano de 2006, o que nos permite observar a força do *showbusiness* e a ênfase na atração de ícones populares como o caso da artista de prestígio internacional como divulgadora do ritmos da Bahia de ascendência afro.

⁶⁵ Membro do Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, filiado também ao Partido dos Trabalhadores, legenda a qual o elegeu vereador da cidade de São Paulo no governo Erundina. Whitaker teve longa história de atuação como militante de diferentes movimentos da juventude católica brasileira. Na verdade, parcela notável de sua militância sempre esteve em paralelo a Igreja Católica assessorando a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em planejamento pastoral na década de 1960 e, posteriormente, trabalhando no Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD). No Comitê de Organização do FSM ocupa cadeira como representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP) também ligada a Igreja Católica.

⁶⁶ Oded Grajew é engenheiro, formado pela escola politécnica da USP. Foi o fundador da Grow, empresa de brinquedos brasileira, de onde saiu no ano de 1993. Também foi ex-presidente da Abrinq e atualmente é presidente do instituto *Ethos*, entidade que agrupa empresas brasileiras cujas bases se dão em torno da chamada "responsabilidade social".

anti-Davos, das quais tomavam parte estudantes, profissionais e militantes em busca de alternativas ao FEM. A Whitaker e Grajew adicionamos Bernard Cassen - diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e presidente da ATTAC⁶⁷ da França - que abraçou o projeto.

A escolha da cidade de Porto Alegre para acolher o primeiro FSM deu-se por conta da cidade ter se tornado uma *janela para o mundo* quando nela se deu de forma pioneira a experiência do orçamento participativo no Governo Municipal então assumido pelo Partido dos Trabalhadores entre os anos de 1989 e 2004. Tal experiência, a despeito das avaliações dos resultados⁶⁸, trazia de volta alguns pressupostos da chamada democracia participativa no que esta guardava *potencialidades* de uma maior ocupação, ou de uma maior dinâmica, da *sociedade civil* no *Estado* (Cf. Santos: 2002a).

A segunda reunião do FSM ocorreu no ano de 2002, também em Porto Alegre, quando já se tinha consolidada a perspectiva de que o FSM era o contrapeso ao FEM. Na mesma cidade, em 2003, realizou-se mais uma vez o encontro anual do Fórum. No ano seguinte, passou-se a se buscar outra sede. Boaventura de Sousa Santos observa que os esforços pela busca de outros locais também se deram a partir da perda sofrida pelo Partido dos Trabalhadores da Prefeitura e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que inviabilizou parte do apoio logístico e financeiro deste grandioso empreendimento. Em 2004, o FSM foi realizado em Mumbai, na Índia. Em 2005, retornou a Porto Alegre, mesmo que a prefeitura daquela cidade naquele momento estivesse comandada pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)⁶⁹. Mas, já estava acordado que

⁶⁷ A ATTAC (Association pour la Taxe Tobin pour l'Aide aux Citoyens – Associação para a Taxação das Transações Financeiras para a ajuda dos Cidadãos) foi criada oficialmente na França em 03 de junho de 1998. Embora tenha sido criada neste Estado-Nacional a Associação possui sedes espalhadas por diferentes países tendo por meta o enfrentamento da liberdade sem peais dos mercados financeiros.

⁶⁸ Hoje, nas análises das ciências sociais brasileiras, o verdadeiro alcance desta experiência é visto por um viés altamente crítico em que se questiona, dentre outros pontos, a real *qualidade* da participação da população no orçamento participativo gaúcho.

⁶⁹ Neste sentido não coletamos informações de forma assistemática, mas, dos relatos que escutamos no momento pós-FSM 2005 foram apresentadas inúmeras avaliações negativas de colegas militantes de Campos dos Goytacazes, RJ, que lá estiveram no que tange a infra-estrutura e a segurança do evento. Ainda relato disponível pelo sítio “Midia Independente”, que não pode ser alcunhado com “órgão da imprensa burguesa”, disponível em

aquela seria a última edição concentrada e centralizada por conta das críticas à efetiva representatividade do FSM, dada à sub-participação de outros continentes. No ano de 2006, pois, optou-se por uma dinâmica *policêntrica* na qual seriam promovidas reuniões em cada continente no mesmo período visando a se atingir uma maior diversidade de participação. Ocorreram, então, as edições do FSM em Caracas (Venezuela), Bamako (Mali) e Karachi (Paquistão) ⁷⁰. Mas, em 2007, o acordo de 2005 foi descumprido, voltando-se à idéia de um fórum mundial que se deu na cidade de Nairobi, no Quênia. Fato é que o evento em Nairobi sofreu as mais duras críticas, sobretudo, dadas as dificuldades de infra-estrutura ⁷¹.

O evento em Nairobi soou ainda como a mais séria advertência quanto aos riscos da aposta nas grandes reuniões centralizadas. As palavras de Grajew (2007) podem ser elucidativas: “*Para nós, ir para a África representou um enorme desafio pelas precárias estruturas materiais e organizativas e pela fragilidade da sociedade civil naquele continente.*”. A séria auto-crítica realizada em 2007 vai ao encontro das teses de Giesen (2001) e de Costa (2003, 2004a e 2004b) que, no capítulo II desta dissertação, foram mapeadas, a saber, a fragilidade do paradigma da *modernidade reflexiva* e, portanto, como apontaria um terceiro autor, Olesen (2005), também das dificuldades de uma *sociedade civil global*. Ullrich Fichtner (2007), correspondente do jornal alemão *Der Spiegel*, descreveu em tom quase anedótico as dificuldades encontradas pelos inscritos no FSM em Nairobi, desde os assaltos sofridos pelos participantes nos dias do evento até a dificuldade de reunir as pessoas para a realização de *workshops* que aconteceriam simultaneamente. É emblemática a descrição de Ficher (*Ibid.*): “*Um grupo marcha*

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/306140.shtml>, relata estupros e assaltos ocorridos no acampamento da juventude. Esta possível retaliação da prefeitura de Porto Alegre, sob comando do PMDB, ao último FSM ocorrido naquela cidade ainda é motivo para maiores investigações, todavia, é notório que a edição de 2006 tenha ocorrido no formato descentralizado e a de 2007 tenha sido sediada em Nairobi, Quênia.

⁷⁰ O FSM em Karachi foi adiado ocorrendo meses depois em virtude de um grande terremoto no Paquistão no mês de outubro de 2005.

⁷¹ Contudo, deve-se ressaltar que, se o FSM no Brasil impedia a presença de participantes não latino-americanos pelas dificuldades de deslocamento, em Mumbai e em Nairobi, pôde-se ter, certamente, a massiva presença dos asiáticos ou africanos. Santos (2005) chamou atenção para o fato, por exemplo, de que nas edições gaúchas dos fóruns as línguas oficiais eram quatro: português, inglês, espanhol e francês, enquanto, na edição de Mumbai, foram 13 (treze) línguas ou dialetos oficiais: hindi, marathi, tamil, bengali, coreano, malaio, bahasa, indonésio, thai, japonês, inglês, francês e espanhol.

ao lado, protestando contra a discriminação contra gays e lésbicas, seguido quase que imediatamente por um grupo de quenianos exigindo aos gritos água e comida gratuitas na conferência”.

Para além do aspecto pitoresco da reportagem, importa mais uma vez constatar a inexistência de um *mundo da vida global* a reproduzir mecanismos de comunicação não-coercitiva entre vivências plurais. Também, soma-se a já comentada ausência de uma história similar nos distintos Estados-Nações que convirja na conformação de uma esfera pública mundial de cidadãos deliberantes em toda a superfície do globo. As demandas por dignidade – igualdade – utilizando os termos de Sergio Costa (*Op. Cit*) não estão da mesma forma solucionadas em todos os países a fim de que as reivindicações por autenticidade – liberdade - façam o mesmo sentido para grupos que se percebem como diferentes e, o que é mais grave, desprovidos das competências para o exercício da *fala ideal* de que nos fala Habermas (1984b; 1997a; 2002b). A complementaridade entre as lutas por justiça distributiva e justiça cultural é desejável (Cf. Fraser, 2000) e não se trata de questioná-la. No entanto, a esfera pública é constituída no combate entre os temas (e grupos) a definir os itens da pauta do debate, razão pela qual a exclusão ou subestimação de um grupo ou de uma ou mais reivindicações definem de que esfera pública falamos, ou seja, como observou Cohen (2003), do grau e da intensidade da pluralidade, publicidade e privacidade naquela dada esfera pública que deixa de ser apenas contra-fática para se tornar mais real nas distintas experiências de cidadania.

Se a decisão, até o presente momento, pela suspensão dos encontros mundiais com periodicidade anual em favor de um calendário de protestos e mobilizações a coincidir com a realização do FEM revela-nos, na perspectiva aqui adotada, problemas operacionais que não se desligam de impasses teórico-políticos, cujas novas soluções apresentadas denotam não o *fracasso* mas a vitalidade da experiência do Fórum Social Mundial. Afinal, o FSM se autocompreende como um *processo* que busca ser radicalmente inclusivo atraindo a presença de pessoas de todas as origens, etnias, níveis de renda e de instrução,

ideologias e interesses nos debates acerca das grandes questões sociais que afetam em escala global populações inteiras.

Teivanein (*Op. Cit.*), Whitaker (*Op. Cit.*) e Leite (*Op. Cit.*) parecem concordar que por isso mesmo o FSM deva ser apresentado como o grande antagonista do FEM, sendo uma resposta *de esquerda* a Davos, ou ainda, como diz Boaventura Sousa Santos (2005; 2006), pode ser visto como uma alternativa ao *neoliberalismo*. Não há uma interpretação única do que seja o FSM, mas, genericamente, podemos afirmar que o FSM é um espaço transnacional de *oposição* tanto às agências multilaterais quanto ao ideário acompanhado por elas. Teivanein (*Ibid.*) questiona se o FSM é um *ator* ou uma *arena*, Whitaker (*Ibid.*), no mesmo caminho, pergunta se o FSM é um *movimento* ou um *espaço*, Boaventura Sousa Santos (2005: 11), nega que seja um evento ou uma *mera* sucessão de eventos. Esclarece que também não é uma ONG ou uma Confederação de ONGs, ainda que estas contribuam fortemente para a existência do Fórum. Recusa o título de *movimento dos movimentos* ao FSM pela rejeição à emergência hoje de um novo *sujeito histórico*. É observável que o Fórum não tenciona creditar a um ator social específico o protagonismo no processo de transformação social nem possui uma única ideologia claramente definida. Em sua Carta de Princípios ⁷² (*apud* Santos, 2005), o FSM define-se como “*um espaço plural, diversificado, não-confessional, não governamental, não partidário*” ⁷³. Portanto, não é um partido, nem uma *internacional de partidos*, embora se possa notar a participação, ainda que minoritária, de militantes e ativistas de inúmeros partidos de todo o mundo. Na inexistência de uma única resposta, apóiam, porém, Leite (*Op. Cit.*) que o adjetiva como “*a maior inovação política dos últimos tempos*”.

⁷² A *Carta de Princípios* é um dos documentos seminais de fundação do FSM, datada de 2001, e aprovada tanto pelo Comitê Organizador do Fórum Social Mundial quanto pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, contém 14 parágrafos que traduzem as diretrizes gerais para o funcionamento do FSM e também trazem elementos importantes para a auto-compreensão do mesmo.

⁷³ Santos (2005) e Teivanein (2003) identificaram ironicamente o número significativo de filiados do Partido dos Trabalhadores que eram membros do Comitê Internacional e do Comitê Organizador do FSM trazendo a visível identidade do FSM ao PT.

Tantas definições pela *negativa* evidenciam a simultaneidade de múltiplos e diferenciados processos coletivos construídos nas interações sociais que dão existência ao FSM. Na defesa radicalizada da diversidade sócio-política e cultural, o FSM recusa-se a ter qualquer caráter deliberativo que remeta à idéia de um consenso. Seguindo a trilha proposta por Olesen (2005), pode-se interpretar o Fórum Social Mundial como um *momento*, que traduz o sentimento e as demandas por descentralização típica da *era das transições*.

“Ninguém estará, portanto, autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de todos(as) os(as) seus/suas participantes. Os(As) participantes não serão chamados(as) a tomar decisões, por voto ou aclamação, como conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que os(as) engajem a todos(as) ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum. Não se constitui, portanto, em instância de poder, a ser disputado pelos(as) participantes de seus encontros nem pretende constituir-se em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.”. (Santos, 2005.: 157).

Mais uma vez, pode-se recorrer a Olesen (*Op. Cit.*) na compreensão do FSM como uma das formas de manifestação do fenômeno novo das EPTs (Espaços Públicos Transnacionais). Talvez, mais sugestivo seja nos referir a este conceito conquanto um aglomerado hierarquizado de *redes* tendo assimilado a crítica do sociólogo dinamarquês quanto ao fato de que as mesmas supõem a existência de nós que são, necessariamente, dotados de maior importância que outros nós. Deve-se, pois, retomar a tese de Fraser acerca da idéia de círculos críticos subalternos, que denota a necessidade de compreendermos o surgimento, dados os nós mais centrais que outros, de sociabilidades e estratégias subalternas dos “contra-públicos”. Mediante as dinâmicas desencadeadas pelos processos internos organizativos do próprio FSM, temos aqui tanto os *públicos* quanto os *contra-públicos*, traduzindo a abissal dificuldade de se pensar a organização social como uma *sociedade civil global*. Enfim, definimos o FSM como:

- 1) Um *processo* essencialmente dinâmico de construção/desconstrução de redes que se apresentam ora em configurações alternadamente *locais, nacionais e transnacionais*;
- 2) Um Espaço Público Transnacional plural dados os diversos influxos comunicativos provenientes de diferentes esferas institucionalizadas ou não;

As *diferenças* entre o FSM e o FEM serão ainda mais realçadas na experiência de 2005 no que diz respeito a sua própria composição e organização interna de ambos. No próximo tópico, busca-se realizar uma descrição preliminar das experiências de 2005 no que diz respeito ao perfil dos participantes e às opções propositivas dos fóruns.

3.2 - “Fala quem pode, obedece quem tem juízo”: quem detém o discurso em Davos no ano de 2005?

O FEM do ano de 2005, ocorrido entre os dias 26 e 29 de janeiro na cidade de Davos, uma pequena estação de esqui localizada na Suíça com pouco menos de 11000 habitantes (Wikipédia, 2007), contou com uma estratégia particular para os padrões do evento. No dia 26 de janeiro de 2005, portanto na abertura do evento, aproximadamente 700 líderes⁷⁴ foram convidados a discutir e apresentar seus pontos de vista em pequenos grupos de trabalho, de 10 pessoas, em torno de 12 “desafios chave”⁷⁵ (*key challenges*) já previamente recomendados pela organização do evento. Cabe a ressalva de que dentre estes 12 desafios chave seriam eleitas 6 prioridades. A grande importância da *Global Town Hall* (Prefeitura Global) seria justamente subsidiar todos os debates que iriam ocorrer nos outros

⁷⁴ O número **total** de participantes, em termos de estimativa, disponibilizado pelo próprio FEM era de **2250** “líderes” (WEF, 2005a). Os 700 líderes que participaram da *Global Town Hall* são provenientes deste *total* de 2250.

⁷⁵ Foram colocados como os 12 “desafios chave” nesta ordem no documento *Tough choices: a guide to the issues* (WEF, 2005b): China, Mudanças Climáticas, Globalização Justa, Europa, Economia Global, Governança Global, Islã, Oriente Médio, Pobreza, Liderança dos Estados Unidos, Armas de Destruição em Massa, Comércio Mundial. Este documento foi entregue aos 12 líderes mundiais visando trazer informações breves acerca de cada tema e também indicar quais seriam as “questões espinhosas” (*tough choices*) em torno de cada um deles.

dias do FEM, com a previsão de serem devidamente desmembrados em 90 (noventa) seções de discussões durante *todo* o evento. A definição das *prioridades* dos debates seria, portanto, tarefa coletiva.

A escolha das seis grandes prioridades a serem debatidas por todo o evento deveriam ser amparados por determinados valores, quais sejam, “integridade, compaixão, equidade, tolerância, abnegação e administração”⁷⁶ (WEF, 2005c: 1). Além deste parâmetro normativo a *Global Town Hall* contaria também com o auxílio de tecnologia: todos os comentários, feitos pelos 10 participantes de cada um dos grupos de trabalho, seriam sumarizados e apresentados para toda a audiência ali presente. Depois deste *brainstorm*⁷⁷ os participantes simplesmente votariam diretamente utilizando um sistema eletrônico similar aos teclados de micro-computadores domésticos nas suas seis prioridades.

O grande tema chave do evento era “*tomando a responsabilidade ante temas agudos*” (*taking responsibility for tough choice*) e a *Global Town Hall* objetivava materializar esta noção de responsabilidade compartilhada entre os líderes mundiais evocando uma prática de *participação direta* na elaboração e condução do FEM no ano de 2005, preocupação que permeia a *Global Town Hall* como vimos. Dos doze “desafios chave” os cerca de 700 líderes mundiais elegeram os seguintes que viriam a conferir a tônica do evento, quais sejam:

- Pobreza: 64,4%;
- Globalização Justa: 54,9%;
- Mudanças Climáticas: 51,2 %;
- Educação: 43,9%;
- Oriente Médio: 43,7 %;
- Governança Global: 43,2%;

⁷⁶ “*integrity, compassion, equity, tolerance, selflessness and stewardship*” – Texto Original.

⁷⁷ A expressão “*brainstorm*” é aqui utilizada em seu sentido que foi popularizado por trabalhadores da área de publicidade e propaganda: uma “tempestade de idéias” visando obter soluções para problemas.

Em consulta ao relatório da *Global Town Hall*, observa-se que os líderes globais referem-se à pobreza como *eticamente inaceitável* de modo que sua superação é *prioritária* visto que *fundamental para todo o resto*. O combate mesmo da pobreza relaciona-se a uma *globalização justa* capaz de ofertar um novo e mais veloz *meio de melhorar o estado do mundo* através da *distribuição de riqueza*. Os discursos, pois, não poderiam ser mais politicamente corretos. Também, pode-se identificar no relatório que *a Educação é* (considerada) *a chave para o sucesso de países pobres* ou o meio para o enfrentamento da pobreza e em prol de uma globalização justa. No que concerne ao impacto forte e negativo das mudanças climáticas globais sobre a qualidade de vida mundial, também a educação é apontada como *meio* para a reversibilidade do processo. Nota-se, pois, que parte das grandes questões que figuraram no FEM também são fundamentais na perspectiva de boa parte dos movimentos e grupos envolvidos no Fórum Social Mundial, ainda quando apresentadas com outras palavras.

Merecem destaque especial os dois últimos tópicos eleitos prioritários no FEM de 2005 cuja interpretação destoa em alguma medida daquela presente do FSM. O primeiro deles refere-se à *ameaça* advinda do Oriente Médio. A região é entendida como promotora de riscos de segurança para o *mundo*. Em *defesa* de sua população qualificada como *pobre, deseducada e oprimida* sujeita – tanto quanto os povos centrais – ao terrorismo, há a demanda do combate ao mesmo pelos *governos democráticos* do Ocidente, combate que é inseparável do enfrentamento da situação de pobreza crônica, *meio* para o desmantelamento de redes terroristas. Parece haver um consenso, ao fim e ao cabo, de que é a globalização a melhor maneira de *melhorar o estado do mundo* em alusão à missão (*statement*) do FEM: comprometidos com a melhoria do estado do mundo - *committed to improving the state of the world*.

O último dos seis tópicos, não menos importante, nos debates do FEM relaciona-se à *governança global*, apontada como o caminho de consolidação de uma *liderança global*, em distinção a um *governo mundial*. Entendida como uma aposta na baixa institucionalização dos mecanismos políticos.

Sousa Santos (2006), ao discutir as origens e a carga semântica contida no conceito *governança* indica que este deve ser pensado sob um duplo significado político. Há uma significação do termo *governança* sob o imperativo do mercado mas também a noção carrega um significado contra-hegemônico ao *status quo*, o que nos sugere, pois, se tratar de um conceito em si mesmo *neutro*. Dependendo dos grupos e projetos que venham a assimilar o conceito de *governança* este pode pender para ambos os lados. De um modo ou de outro, a idéia de *governança* supõe a de *soft power*, isto é, a baixa institucionalização dos mecanismos políticos. Segundo Costa (2004b) importa identificá-la a um momento de inflexão marcado pelo projeto político cunhado por *terceira via*⁷⁸ e sua ênfase na participação e no empreendedorismo cidadão bem como no assim chamado *terceiro setor*. A *governança* como método de *decision-making* multi-lateral e adaptativo serve, também, melhor ao ideário da *democracia cosmopolita* defendida, como vimos no capítulo 2, pelos teóricos da *modernização reflexiva*.

A análise conceitual permite-nos notar, pois, que no relatório da *Global Town Hall*, dá-se uma opção clara pelo paradigma da reflexividade, legitimando a noção de *sociedade civil global: "liderança global, não governo mundial"* ("*Global leadership, not world government.*"). Mas, na prática, a sociedade civil presente no FEM parece subsumida ao mundo dos grandes negócios com um público de executivos. A rede na qual se aposta é a do mercado que devidamente incentivado e ampliado deveria poder enfrentar adequadamente desde as mudanças climáticas globais até a pobreza no mundo. Detemo-nos, portanto, nos perfis dos participantes da *Global Town Hall*:

⁷⁸ A terceira via é aqui apresentada enquanto projeto político identificado com o novo trabalhismo inglês representado pela década (1997 – 2007) de permanência do primeiro ministro britânico Tony Blair neste cargo. Evidente que o projeto de uma *terceira via*, tal qual pavimentada por Anthony Giddens (1999) não se deu sem inúmeras dubiedades, que dentre outras, desponta para a aproximação desastrosa de Blair com o neoconservadorismo de George W. Bush na sangrenta aventura iraquiana e seu conseqüente afastamento da Europa enquanto centro geopolítico, algo que não é exatamente uma grande novidade quando falamos de Inglaterra. A dubiedade aqui é a aposta de um dos pais da terceira via, o próprio Giddens, que neste arcabouço a apresentava como determinante da ação de um tipo de "paz perpétua" cosmopolita em acordo com os novos tempos. Possivelmente a única paz perpétua promovida por EUA e Inglaterra aqui encontrável não é a do cosmopolitismo e sim a dos cemitérios de Bagdá e arredores.

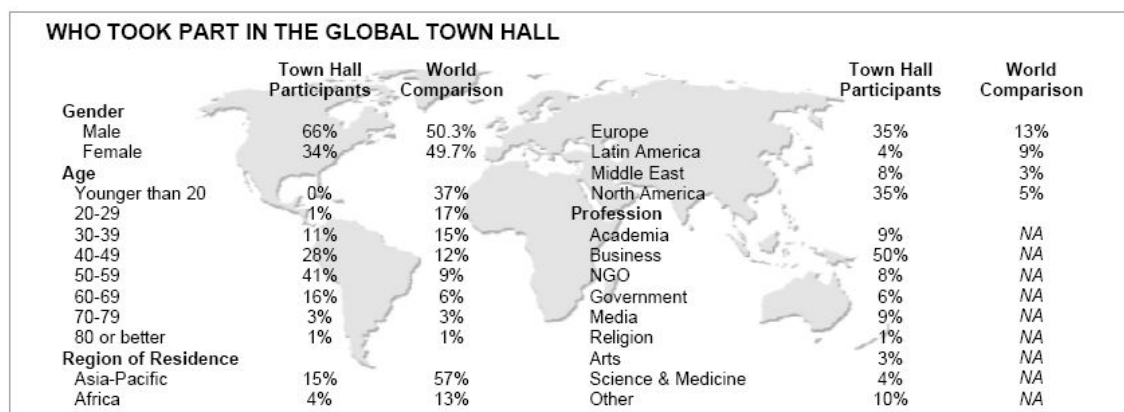


Figura 2 Composição da *Global Town Hall* no FEM 2005 (extraído de WEF: 2005b)

Se observarmos basicamente as três variáveis, *local de origem*, *gênero* e *faixa etária*, verificamos que há uma profunda desigualdade de representação de estratos vistos como historicamente aliados de participação no espaço público tradicional ou, como diz, Fraser (*Apud Olesen, 2005*), de *contra-públicos*. Ainda, conforme Olesen (*Op. Cit.*) não vislumbramos, na composição societária apresentada, brechas para a composição de momentos alternativos de participação que possibilitem a aparição e articulação de grupos subalternos neste *Espaço Público Transnacional*.

Quanto ao *local de origem*, nota-se que 69% dos participantes são provenientes do *norte* e não do *sul* como classificaria Boaventura de Sousa Santos. Esta é uma distribuição absolutamente desigual e grave pois a “*agenda setting*” de todo o evento foi determinado por esta audiência que manifesta a *sobre-participação* dos países centrais sobre o *resto*, parafraseando Hall (1992), que tem a *sub-representação* de apenas 31%.

Também é flagrante a má distribuição quanto ao gênero, reproduzindo a dominação da formação patriarcal de pensamento que adquire contornos semi-universais (Therborn, 2006). Por fim, temos a clara prevalência de partícipes com mais de 50 anos (60%). A situação torna-se ainda mais grave se trouxermos para esta esfera a soma de homens e mulheres com mais de 40 anos quando chegamos à soma de 88%, o que faz com que a juventude também esteja em condições de desigualdade de participação.

No que tange à inserção profissional, ressalta-se uma relativa heterogeneidade de grupos participantes, ainda que a maioria defina-se como proveniente maciçamente do *business*. Contudo, para os responsáveis pela classificação, os grupos de negócios aqui são tanto os da esfera *privada* (empresários representando sociedades anônimas) quanto os grupos de líderes ou representantes de governos de maneira geral. Há ainda as personalidades do *showbusiness*, além de lideranças religiosas, nomes de relevância nas ciências e nas artes, dentre outros. Indivíduos, portanto, que angariaram prestígio e reconhecimento internacionais como empreendedores de seus talentos, capazes de revertê-los em dinheiro. Estes são os líderes da *sociedade civil global* que, nos dias do fórum, experimentam interações que resultam numa pauta de ações para a *solução* dos maiores problemas que afligem o Planeta Terra.

Tal proposta de governança global parece fazer subsumir o problema político contemporâneo sobre as possibilidades da democracia. A institucionalização da vontade política, nestes termos, é precária como, aliás, são os EPTs, *espaços sociais precários de interação* em que os agentes (de indivíduos a grupos e movimentos sociais) interagem numa excessiva aposta no mercado enquanto agente civilizador, se falarmos objetivamente do FEM, em uma plethora de temáticas tão extremada que envolvem desde o derretimento de calotas polares até problemas de corrupção na periferia do capitalismo repetindo, incessantemente, fórmulas consagradas encontradas em paradigmas de gestão da *res pública* que na verdade a *aleija*, a *mutila*. A contradição é extrema pois ignora que o mercado, enquanto instância fundamental do espraiamento da modernidade, não sendo regulado é na verdade *gerador* de parcela não desprezível dos problemas chave identificados enquanto prioritários por estes *líderes* que jamais buscaram consenso de seus liderados. É, assim, tão ou mais grave se pensarmos nesta aposta, injustificável afora dos dogmas propostos por seguidores de F. Von Hayek, no mercado após as desastrosas experiências que foram alcunhadas de *Estado-Mínimo*.

Seja como for, estes EPT's, como vimos no caso do FEM e veremos mais de perto a experiência do FSM de 2005, são espaços, *físicos*, pois não

prescindem de interações face-a-face e, simultaneamente, espaços *não-físicos* de circulação e troca de informações. Desiguais dadas profundas dificuldades estruturais existentes nas tentativas de criação das redes mundiais, a despeito da carga semântica que os permeie.

3.3 – O Fórum Social Mundial de 2005 e as dificuldades de inovação política

O Fórum Social Mundial, que ocorreu entre os dias 26 e 31 de janeiro em sua edição de 2005, manteve como tema central o *slogan* que o acompanha desde sua primeira edição *a busca por um outro mundo possível*. Neste Fórum, pode-se observar ao longo dos anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)⁷⁹, a sustentação da tendência do aumento da participação de ativistas, como podemos ver abaixo:

Tabela 1 – Estimativa do número total de participantes do FSM de 2001 a 2005

| Grandes Números - 2001 a 2005 | |
|-------------------------------|---------------|
| Ano - Cidade - País | Nº de pessoas |
| 2001 - Porto Alegre - Brasil | 20.000 |
| 2002 - Porto Alegre - Brasil | 50.000 |
| 2003 - Porto Alegre - Brasil | 100.000 |
| 2004 - Mumbai - Índia | 115.000 |
| 2005 - Porto Alegre - Brasil | 155.000 |

Fonte: Estimativas do Comitê Organizador e do Acampamento da Juventude.

Reivindica-se, no FSM, a *multidiversidade de vozes*, destacando-se o caráter propositalmente *aberto* do Fórum Social Mundial. A edição de 2005 não é um encontro pensado para poucos. O que faz com que tenhamos como proponentes desde partidos de esquerda e de centro-esquerda, sindicatos, passando pelos *novos* movimentos sociais, até ONGs, grupos religiosos, intelectuais e ativistas em causas transnacionais que são identificados como

⁷⁹ O IBASE utilizou-se tanto de dados fornecidos pelo escritório central de São Paulo do FSM quanto de uma abordagem direta realizada nos dias do evento na qual se definiu uma amostra aleatória. Tratam-se, portanto, de estimativas. É possível obter maiores detalhes da metodologia utilizada para a elaboração deste perfil em Ibase, 2005.

representantes da chamada *sociedade civil planetária*, conforme se pode ver abaixo:

Quanto à Origem Geográfica:

Tabela 2 – Estimativa da proporção de participantes por origem geográfica no FSM de 2005

| Participantes (59,5% do total) por Origem geográfica | | |
|--|---------------|--------------|
| Continente/Origem nacional | Nº de pessoas | % |
| Total de Participantes | 92.281 | 100,0 |
| Brasil | 73.856 | 80,0 |
| Resto do Mundo | 18.425 | 20,0 |
| América Latina (sem Brasil) | 8.083 | 8,8 |
| Europa | 4.154 | 4,5 |
| EUA/Canadá | 2.376 | 2,6 |
| Ásia | 2.266 | 2,5 |
| África | 1.474 | 1,6 |
| Oceania | 72 | 0,1 |

Fonte: Comitê Organizador do FSM 2005 - Escritório São Paulo.

Percebemos claramente a presença, quantitativamente, de uma maioria da periferia do capitalismo (Tabela 2) que expressa, na interpretação do FSM como um *contra-público* (globalização anti-hegemônica) a reprodução de uma dominação presente no plano geopolítico invertida aqui em seus pólos. A dominância do sul, neste caso, como Boaventura de Sousa Santos avalia, significaria ou deveria significar algo *qualitativamente* diferente.

Da distribuição analisada, temos a clara dominância de um Estado-Nacional sobre outros: o Brasil representa nada menos do que 80% das nacionalidades ali apresentadas. Torna-se ainda mais gritante tal expressividade de participação se observarmos que os demais países da América Latina se fazem representar em apenas 8,8 %, o que coloca o Brasil no cenário do continente com uma super-representação. Ver o Brasil com tão substantiva preponderância sobre outras nacionalidades implica a constatação de um espaço público majoritariamente

nacional, a contradizer sua pretensão de se identificar como possível expressão emancipatória de grupos subalternos para além das fronteiras nacionais.

Quanto à faixa etária:

Tabela 3 – Estimativa de idade dos participantes do FSM no ano de 2005

| Presença por Idade | | | | | |
|--------------------|-------|-------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------|
| Idade | Total | Participantes Brasileiros(as) | Particip. Latino Americanos(as) | Participantes de outros países | Acampados(as) |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| 14-24 anos | 42,2 | 37,4 | 24,0 | 19,3 | 63,4 |
| 25-34 anos | 28,6 | 26,5 | 36,8 | 34,0 | 29,5 |
| 35-44 anos | 15,0 | 18,6 | 21,2 | 21,1 | 4,0 |
| 45-54 anos | 10,2 | 12,8 | 12,6 | 15,7 | 2,4 |
| 55 anos ou mais | 4,0 | 4,7 | 5,3 | 9,8 | 0,7 |

Fonte: Ibase - Pesquisa FSM 2005.

Mais uma vez, é curioso apontar para a inversão em face do FEM, também ocorrida no campo *origem geográfica*, agora reeditada no campo *geracional* com a prevalência massiva de jovens. Dentre eles, entre idade de 14 a 24 anos, o contingente é de 42,2%. Se realizarmos a soma com o grupo de faixa etária entre 25 e 34 anos, atingiremos a maioria de 70,8%.

Para explicar a dominância dos jovens, Hermes Zanetti (2001), longe de tentar buscar alguma relação intrínseca entre politização e juventude, preferiu constatar, em seu longo trabalho descritivo com base em dados quantitativos, simplesmente o fato de que: *parcela* da juventude e aspirações progressistas atraem-se em determinadas circunstâncias, sobretudo, pode-se inferir, aquelas que traduzem desafios tais como viagens e acampamentos, um ambiente de festividade e novidades. O FSM, sustentamos, é uma destas grandes circunstâncias, que justamente por seu caráter ritualístico e midiático é dotado de uma poderosa imagética, atrativa àquela quantidade de jovens.

Quanto à distribuição por **Gênero**

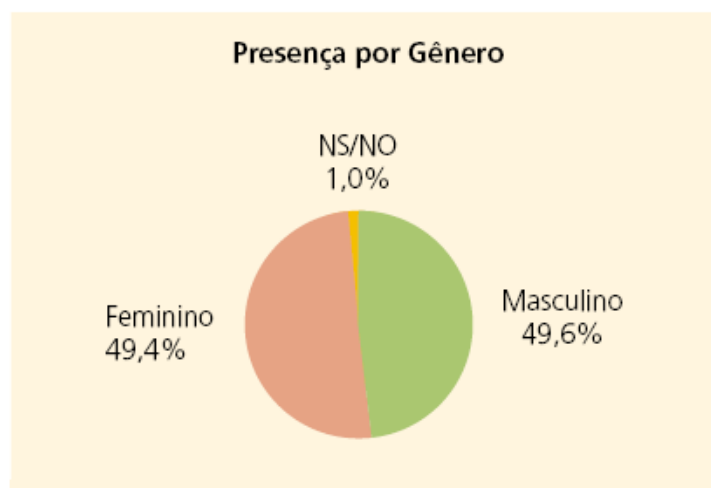


Figura 2 (Ibase, 2005)

No campo *gênero*, vemos praticamente um empate o que, contudo, já sugere uma inovação visto que na experiência do FEM há a clara dominância do gênero masculino. No espaço público transnacional caracterizado como *anti-público convencional*, pela inclusão das vozes de grupos excluídos, a tendência, pois, é crescer o quantitativo feminino.

Quanto à **profissão/ocupação**

Tabela 4 – Proporção estimada da relação entre participantes e ocupação profissional no FSM no ano de 2005

| Presença por Ocupação | |
|---|--------------|
| Ocupação | % |
| Total | 100,0 |
| Estudante | 40,8 |
| Funcionário/a público/a | 17,5 |
| Empregado/a de ONG/ entidade da sociedade civil/ partido político/sindicato | 11,5 |
| Empregado/a de empresa privada | 8,9 |
| Autônomo/a | 8,4 |
| Outra | 12,9 |

Fonte: Ibase - Pesquisa FSM 2005

O expressivo contingente de jovens já identificado em tabela anterior explica a presença do grande número de estudantes, 40,8%, em contraste com os bem sucedidos executivos de Davos. Em se tratando, como já se afirmou, de um fórum alternativo àquele identificado com o poder hegemônico, no FSM é crescente o número daqueles que não participam do mercado de trabalho, mesmo que estando em plena idade laboral, e tampouco neste contingente encontram-se ocupantes de postos econômicos-chave, algo mais uma vez derivado pela baixa faixa etária (ver tabela 4).

O reconhecimento das dessemelhanças entre o FSM e o FEM não devem ocultar as similitudes. Em ambos, há o predomínio de um determinado grupo geograficamente delimitado sobre outros – ainda que distintos num e noutro fórum – o que nos permite questionar com mais ênfase como ambos podem se proclamar *mundiais*, fazendo coro ao que nesta dissertação observamos como o equívoco da *sociedade civil global* ou da *democracia cosmopolita*.

Também em ambos os fóruns, nas suas respectivas edições de 2005, buscaram incrementar as formas de interação do público. O ineditismo no Fórum Social Mundial deu-se pela busca de uma metodologia de participação inventiva e sofisticada que podemos dividir em duas etapas sucedâneas. A primeira delas envolveu uma *consulta temática*, organizada pelo Conselho Internacional do Fórum, quando foram distribuídos questionários para que os partícipes registrassem suas demandas por temas. Na carta de 19 de maio de 2004 ⁸⁰ em

⁸⁰ Disponível em http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=cartainicial_port.

preparação ao FSM do ano seguinte, enviada pelo Conselho, já era clara a preocupação com uma maior objetivação dos debates e das propostas bem como das modalidades de participação. Cabe ressaltar que, segundo o documento *Stratetigic Insight* (WEF, 2005ab), também a dinâmica da *Global Town Hall* em Davos preocupava-se em cobrir este déficit propositivo, portanto, objetivar falas e debates.

Destes questionários, distribuídos na edição de 2005 do FSM, foram elaboradas sínteses que funcionaram como *guias temáticos* para todo o evento. As 11 temáticas mais enfatizadas em acordo com a consulta feita através dos questionários foram: 1) Afirmando e defendendo os bens comuns da terra e dos povos - Como alternativa à mercantilização e ao controle das transacionais; 2) Artes e criação: construindo as culturas de resistências dos povos; 3) Comunicação: prática contra-hegemônicas, direitos e alternativas; 4) Defendendo as diversidades, a pluralidade e as identidades; 5) Direitos humanos e dignidade para um mundo justo e igualitário 6) Economias soberanas por e para os povos - Contra o capitalismo neoliberal; 7) Ética, cosmovisão e espiritualidades - Resistências e desafios para um mundo novo; 8) Lutas sociais e alternativas democráticas - Contra a dominação neoliberal; 9) Paz, desmilitarização e luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida; 10) Pensamento próprio, reapropriação e socialização dos saberes, conhecimentos e tecnologias; 11) Rumo à construção de uma ordem democrática internacional e a integração dos povos. Tais temáticas foram, em seguida, reorganizadas em três eixos transversais: 1) 1. Emancipação social e dimensão política das lutas; 2) Luta contra o capitalismo patriarcal; 3. Luta contra o racismo.

Os eixos transversais às onze áreas temáticas, elaborados de maneira coletiva, conformaram o Fórum. Ainda, em acordo com a carta de maio de 2004, todas as atividades fundamentais do fórum, as conferências, painéis, testemunhos e *mesas de diálogo e controvérsias*, deveriam capturar este *background* profundamente diverso.

Um dos instrumentos que auxiliou, na edição de 2005, a construção das propostas no FSM foi o *Mural de Propostas* (<http://www.memoria-viva.org/fsm05/>). Neste, foram reunidas precisamente trezentas e cinco propostas que atendiam às onze áreas temáticas pré-definidas, incluindo, desta vez, uma décima segunda categoria com o agrupamento das propostas que não couberam nas classificações anteriores. O *Mural de Propostas* recebia diretamente as propostas que advinham dos movimentos sociais, sindicatos, partidos, ONGs, grupos e até mesmo dos indivíduos na busca de “*um outro mundo possível*”. A maneira de participar poderia se dar de duas maneiras: *fisicamente*, durante o evento, ou *virtualmente*, pela *Internet*. As 305 propostas para “*um outro mundo possível*” foram assim distribuídas:

- 1 – Afirmando e defendendo os bens comuns da terra e dos povos – Como alternativa à mercantilização e ao controle das transnacionais; → 28 propostas (+ ou – 9.18%);
- 2 – Arte e criação: construindo as culturas de resistências dos povos; → 11 propostas (+ ou – 3.60%);
- 3 – Comunicação: práticas contra-hegemônicas, direitos e alternativas; → 30 propostas (+ ou – 9.83%);
- 4 – Defendendo as diversidades, a pluralidade e as identidades; 37 propostas (+ ou – 12,13 %);
- 5 – Direitos humanos e dignidade para um mundo justo e igualitário; 42 propostas (+ ou – 13,77 %);
- 6 – Economias soberanas por e para os povos – contra o capitalismo neoliberal; 35 propostas (+ ou – 11,47%);
- 7 – Ética, cosmovisões (cosmovisão) e espiritualidades – resistências e desafios para um mundo novo (novo mundo); 18 propostas (+ ou – 5,90%);
- 8 - Lutas sociais e alternativas democráticas – Contra a dominação neoliberal; 31 propostas (+ ou – 10,16 %);

9 – Paz e desmilitarização - Luta contra guerra, o livre comércio e a dívida; (também encontrado: (Paz, desmilitarização e luta contra guerra, o livre comércio e a dívida); 23 propostas (+ ou – 7,54%);

10 – Pensamento próprio (autônomo), reapropriação e socialização de saberes (do conhecimento) e (das) tecnologias; 19 propostas (+ ou – 6,22%);

11 – Rumo à construção de uma ordem democrática internacional e integração dos povos; 19 propostas (+ ou – 6.22%);

12 –Sem Espaço 13 propostas (+ ou – 4.26%);

Em representação gráfica temos a seguinte imagem:

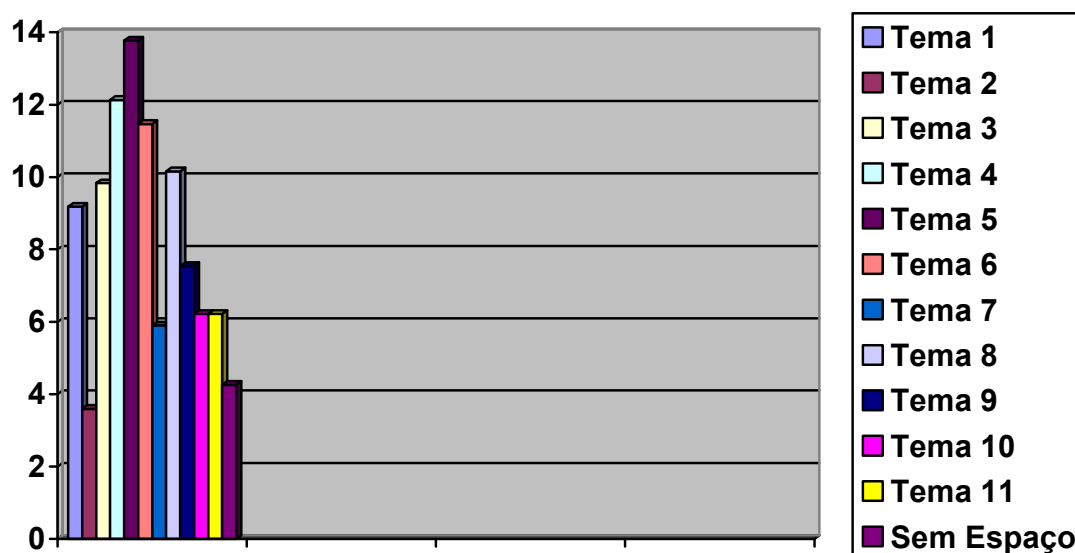


Figura 3 – Percentual de propostas em cada tema, coletadas no “Mural de Propostas”, referentes ao FSM no ano de 2005

Não há, dentre estas temáticas um número de propostas que sobressaia sobre as outras de maneira evidente. Prevalece a *pulverização* e a diversidade. Mas a maior diversidade não significa necessariamente que o FSM seja sinônimo de que *todos* tenham as mesmas oportunidades de participação no *espaço público*.

Até mesmo no fator lingüístico, podemos detectar obstáculos à comunicação simétrica. No *Mural de Propostas*, quatro línguas aparecem (inglês,

francês, espanhol e português), diferentemente do FEM onde o inglês é o único idioma de todas as conversações expressando uma exclusão simbólica óbvia. Mas, no FSM, não se pode afirmar que não haja também esta exclusão. Na edição de 2005 estudada, a predominância da língua portuguesa era notável, confirmando, uma vez mais, a maior participação brasileira em detrimento do *resto do mundo*. Como já observamos anteriormente, sequer a América Hispânica teve uma equidade de participação como os brasileiros. Novamente, esta pesquisa problematiza a idéia dos fóruns como materializações de uma pretensa sociedade civil global.

Em outra perspectiva, o aumento de usuários *per capita* das tecnologias de informação (TICs) não atingiu ainda, na realidade mundial e mesmo na brasileira, níveis de inclusão social que nos autorize a dizer que a interação virtual é garantia de uma democracia direta e cosmopolita. O acesso à informação pela internet não é equitativo. Mesmo que o fosse, ainda assim, poderíamos questionar - como já feito anteriormente - se na mobilização por uma nova sociedade possível não depende ainda principalmente das relações face-a-face em âmbito local para, então, adquirir uma visibilidade transnacional como que nos fala Olesen (*Op. Cit.*). Também é de Olesen (*Ibid.*) o alerta sobre a excessiva crença na internet com um meio de comunicação em si mesmo anti-hegemônico em face das *mass media* a representar, neste suposto, o *status quo*. Devemos entender, como Olesen (*Ibidem.*), tal proposição como simplista. Mais uma vez, retoma-se à questão das redes enfaticamente criticada pelo autor que desmistifica a noção de *equidade* e de horizontalidade que estariam *naturalmente* subjacentes às mesmas. O problema, já observado, situa-se na constatação de que há os *nós* que compõem a rede, mais bem estruturados, contando com um número maior de contatos (outros *nós*) e mais recursos, inclusive financeiros, do que outros numa mesma rede.

Olesen (*Op. Cit.*) faz-nos perceber que as propostas do FSM com maiores chances de concretização são aquelas de âmbito local uma vez encontrando *estruturas objetivas* que lhes permitam isto. A diversidade, louvável, das 305

propostas do FSM não oferece possibilidade de entendermos nesta a geração de mecanismos que funcionem de fato em escala mundial.

Em outros termos, nem no FEM nem no FSM, em suas respectivas edições de 2005, encontramos *meios de institucionalização da vontade política* que fossem ao encontro da real crise da democracia contemporânea que aponta para o déficit institucional desta nos quesitos regulação e participação. Todavia, cabe-nos aqui uma interessante trilha para pensarmos a partir dos fóruns. A perspectiva de se relacionar desenvolvimento econômico e desenvolvimento social sobressai em ambos os Fóruns mas, cada qual à sua maneira, não traduz esforços que contrariem a tendência contemporânea do chamado *soft power* em tempos de crise de representação democrática.

Aqui, estão contidas opções normativas que importam estudar se desejamos nos aproximar de uma compreensão do fenômeno da democracia na contemporaneidade. As idéias têm força objetiva e objetivante e não surgem gratuitamente. O que de comum encontramos nos fóruns é justamente a polissemia do conceito de democracia que os sustentam. Até mesmo para se falar em *democracia cosmopolita* parece-nos necessária a revisão dos embaraços das instituições democráticas em tempos de crise do Estado e de eleição, mais ou menos arbitrária, da sociedade civil como instância de coordenação social. Foi preciso construirmos o debate sobre a democracia cosmopolita e sobre a eficácia desta confrontando com os casos do FEM e do FSM em suas edições de 2005 para notarmos a urgência de se revisitar as teses clássicas atualizadas nas ciências sociais contemporâneas que antecedem – embora não se desliguem – do apelo da globalização. Falamos das teses acerca das formações sociais mesmas: política e economia; também cidadania e emancipação, igualdade e liberdade. No capítulo que segue, o olhar acurado sobre estas determinantes questões não resolvidas, que permitem o paradoxo e a inércia dos Fóruns Mundiais, a saber, seu caráter particularista e sua fragilidade na proposição de consensos e opções normativas que avalizem ou confirmem direcionamento às políticas públicas, nos fazem operar um retorno à teoria social e suas possíveis respostas.

3.4 – O Estado-Nacional como protagonista da coordenação moral de consensos democráticos

Como nos diz Nogueira (2005), é no âmbito do projeto democrático que as questões concernentes à sociedade civil ganham relevância. Fora deste, a ideia de sociedade civil mantém-se condenada a um sentido muito estreito e limitado em comparação às suas reais potencialidades como expressão de formas de exercício da auto-determinação humana.

Observamos, porém, que pensar a auto-determinação exige-nos, desde já, uma adesão a princípios normativos que implicam ou na perspectiva de que os interesses puramente particularistas dão conta da liberdade ou pela ação política, isto é, na *liberdade para*, a liberdade positiva (em contraste à *liberdade de*). Assim, poderemos ao nos aproximar do universo mais rico e mais generoso dos interesses gerais, exercitar uma das formas da democracia: a minimalista ou maximalista.

Abre-se o debate sobre o Estado como um agente fundamental, dentre outros, ou não da coordenação social. Vozes mais progressistas ou mais conservadoras, não poucas vezes, aliam-se – ainda que num aparente paradoxo – numa condenação ao Estado e numa exaltação à sociedade civil dele dissociada. De um lado, desconsidera-se o *espaço político* para “*dar livre curso a uma hipotética natureza virtuosa da sociedade civil*” (*Ibid.*: 102), como se fosse possível ativismo civil se não nos remetermos em sua relação dialética com o Estado.

De acordo com Nogueira, algo também identificável em Costa (2003; 2004b), Giesen (2001), Maus (2006), concordamos que “*não há por que banalizar ou desprezar a rudeza cética dos realistas (quanto a) uma ordem internacional equilibrada, por mais imprecisa que seja essa qualificação*” (*Ibid.*: 113). O autor também desconfia da propalada substituição do sistema de Estado por um único *Estado Mundial* e, sobretudo, da capacidade de governar esse sistema e de fazer com que a excessiva fragmentação possa metamorfosear-se em uma inédita lógica de cooperação.

Uma sociedade civil (mundial ou não) *despolitizada* – e aqui lembramos Gramsci:

“não se dispõe como um espaço de organização das subjetividades, no qual pode ocorrer a elevação política dos interesses econômico-corporativos ou, em outros termos, a ‘catarse’, a passagem dos interesses do plano ‘egoístico-passional’ para o plano ‘ético-político’, com a estrutura sendo elaborada em superestrutura na consciência dos homens” (Gramsci *apud* Nogueira, *Op. Cit.*,: 102)

Politizar a sociedade civil requer aproximá-la do Estado, algo que os autores especificamente do capítulo primeiro em maior ou menor grau asseveraram, excetuando a via revolucionária proposta por Wood. Sem laços orgânicos com o Estado, a sociedade civil não consegue aparecer como fórum de luta por hegemonia, isto é, pela possibilidade de construir uma nova forma de consenso e de consentimento institucionalizado.

Os fóruns mundiais examinados em suas respectivas edições de 2005 aparecem, de um lado, como instância de prevalência dos interesses derivados das injunções das organizações multilaterais e das corporações transnacionais; de outro, como espaço fragmentado, multifacetado, despojado de centros organizacionais, disseminador de éticas alternativas, incapaz, pelo que buscamos evidenciar, de gerar sujeitos e proposições capazes de se universalizar, contribuindo para o desgaste político e para a fragilidade da coordenação moral de consensos democráticos.

Não apenas *inexiste* instância a reunir as condições necessárias para exigir que os diversos interesses particularistas integrem uma comunidade política e conformem uma comunidade política para igualizá-los e equilibrá-los como *predomina* o discurso de que tal prática é indesejável.

A nosso ver, o discurso em prol da sociedade civil global e da democracia cosmopolita ignora o que é candente no debate acerca das democracias contemporâneas como frisaram autores de distintas filiações teórico-políticas aqui expressas nas vozes de Ellen Wood, Claus Offe, Jürgen Habermas e Boaventura de Souza Santos: os temas da participação e regulação.

Nogueira (*Op. Cit.*) reconhece que a nova dialética do global e do local não se acomoda com facilidade na política nacional e só pode resolver-se adequadamente num contexto normativo transnacional, mas, não é nada simples estabelecer um modo de agir transnacional e, sobretudo, uma *forma* de fazer com que a ação produza resultados e organize os povos do mundo em novas bases. A globalização após ter *desconstruído* o Estado, exigirá uma nova valorização do institucional, do político e do estatal que não virá dos movimentos sociais e de seu espontaneísmo.

“Uma eventual sociedade civil mundial somente poderá objetivar-se com Estados fortes e instituições capacitadas para organizar demandas particulares (individuais, grupais, locais, nacionais) em termos gerais. Avanços para além dos Estados-nação sempre irão requerer a consideração rigorosa das realidades nacionais como centros de vida política e democrática (...) campos concretos do agir coletivo” (*Ibid.*: 113)

A separação entre Estado e sociedade civil, até hoje, mostrou que interesses particulares deixados a si mesmos digladiam-se uns com os outros sem perspectiva de construção de consensos mínimos. Mas, tal fato não se deve a uma suposta natureza humana marcada pelo individualismo aquisitivo, porém, a falhas políticas concretas aliadas a erros dos partidos democráticos. A chamada colonização sistêmica do *mundo da vida* dá-se por um movimento histórico de difusão da ideologia do não-pertencimento a comunidades maiores, de auto-suficiência e *solidão*. Habermas (2007) sabe, possivelmente enquanto um *mea culpa* por ocasião do 50º aniversário do Tratado de Roma que é a origem “oficial” da União Européia, que mesmo uma *democracia pós-nacional* consistentemente pensada e organizada manterá ativos os sistemas político-estatais e as comunidades políticas nacionais requeridas pelo exercício democrático e pela dinâmica da *auto-compreensão ético-política dos cidadãos*.

Há desafios nesta proposta de delicada solução: como superar, como nota Nogueira (*Op. Cit.*), a antítese entre soberania nacional e hegemonismo continental sem base popular? Ora, a globalização tão propalada ainda se

restringe à *descrição* de um cenário econômico e tecnológico. Apenas quando povos se perceberem igualmente globais é que poderemos pensar na efetiva construção de uma democracia cosmopolita. Como já dissemos, sem um mundo da vida global, há pouca faticidade nesta abordagem.

Estamos aqui no campo arenoso das disputas normativas. Arenoso simplesmente pelo fato de que as ciências sociais, conforme Hirschman (1981), nascem enquanto uma esfera *oposta* à moralidade tradicional. O discurso científico moderno, sobretudo no campo das humanidades é inspirado em uma necessária crença positivista na objetividade de seu saber e na busca por apresentar a *vida como ela é*, em um ímpeto rodrigueano diríamos, como resumida pela genialidade de Maquiavel com seu realismo político. Contudo é igualmente moderna a separação entre cabeça, razão (fria) e coração, moral (cálido).

Hirschman (*Op. Cit.*) nos conclama a compreender que a mútua exclusão entre reflexão moral e entendimento analítico seja meramente contingente. É assim, mas, não necessariamente *precisa* ser assim. No campo da ciência econômica, outro campo científico analisado pelo autor, determinadas “leis”, com pretensões de assepsia e objetividade, são na verdade opções normativas determinadoras do comportamento humano⁸¹, algo que é detectado por Giddens (1991), para o qual as ciências sociais situam-se em uma *dupla hermenêutica*. Além de “descreverem” o real também são utilizadas pela sociedade para sua autocompreensão em um *continuum* de ação ininterrupta.

Na luta por legitimação/justificação, nada mais oportuno do que a polissemia da democracia, campo discursivo em disputa. Os pesquisadores da democracia também elaboram discursos. Interessa-nos, certamente, somar às suas reflexões em nossa modesta medida e, sobretudo, nos cercar destas

⁸¹ É exemplar a lembrança do paradoxo de Mandeville que dizia, com ares solenes de assepsia que “(...)vícios privados produziam benefícios públicos, pela via do estímulo do comércio de luxo.” (Hirschman, 1981: 26). A grande questão é que os “vícios privados” poderiam, na verdade, ser indutores de outros fenômenos nada virtuosos na esfera macro e micro-econômica, como o fenômeno inflacionário e também da queda de níveis de confiança, que são importantes para o funcionamento dos mercados. Nestes termos, alega Hirschman, as ciências econômicas “descobrem” a moral. Porque não também as ciências sociais não poderiam ser além de *descritivas* igualmente *prescritivas*?

ferramentas para o entendimento da pluralidade de vozes na chamada democracia contemporânea.

Considerações Finais

Nossa revisão do estado do debate acerca da democracia em contextos pós-nacionais fez-nos expor as teses de alguns autores com vistas a identificarmos seus dilemas centrais. Nessa perspectiva, *democracia* é – também para o intento desta dissertação - apreendida como marco regulatório de relações societárias, opção normativa, pois, que se desenvolve a partir de uma miríade de valores e noções de *boa vida* (Cf. Taylor, 1997) e como poderoso mecanismo de *reencaixe* coletivo em que formas de solidariedade são reelaboradas e reproduzidas na *modernidade realmente existente*. Assim, sentimentos e idéias como *cidadania*, *Estado*, *nação* e, aqui incluímos, *democracia*, são respostas em formato de *reencaixe* aos processos de *desencaixe* coletivos e individuais inerentes ao estabelecimento da modernidade em si. Os marcos institucionais da modernidade, a exemplo do *Estado-Nação*, constituem parâmetros regulatórios a conferir, dentre outras coisas, novos modos de coesão social e critérios de previsibilidade necessários à fruição da vida em sociedade que reduza os *riscos* e fomenta novas formas de *segurança ontológica* para indivíduos e grupos.

Ellen Wood (2003) ao reabilitar o projeto socialista marxista e ao afastar a democracia liberal enquanto realização desejável e passível de solucionar suas próprias promessas de realização do indivíduo, ao promover a igualdade forma em detrimento da desigualdade econômica, busca reavivar as energias revolucionárias para o tempo presente. A sua reivindicação, em nossa perspectiva apropriada no enfrentamento da *irrelevância da política* (Cf. Oliveira, *Op. Cit.*), envolve a ousada *repolitização da economia* ou, retirá-la da esfera da maximização da acumulação, pensando nas conseqüências cívicas da riqueza socialmente produzida. Este ponto, particularmente, em um mundo que viveu, mas não mais, o Welfare State, guarda relevância *per se*, na construção Estados-Nacionais que atendam às suas múltiplas e complexas demandas.

Claus Offe (1989) nos oferta, em proporções mais modestas, a sua proposta de trazer os movimentos sociais, dado o seu frescor emancipatório, para

dentro dos parlamentos, buscando conferir uma nova dinamicidade à democracia representativa liberal, deteriorada por seu veículo maior, justamente o mercado político. Não afastando democracia e capitalismo, como Wood, mas apostando em vias de renovação dos correntes processos decisórios, Offe em verdade busca dirimir a dicotomia *governantes* e *governados*, tratada como cláusula pétrea na política moderna na forma de um renovado *novo partido político* além de conferir a viabilidade para as demandas dos próprios movimentos sociais.

Jürgen Habermas (2002a), em sua crítica dupla efetuada ao republicanismo arendtiano e ao liberalismo lockeano, propõe o seu procedimentalismo que enseja uma síntese das duas correntes que critica, trazendo para a sua proposição os quesitos de participação não dissociados de institucinalidade propiciada pelo *medium* direito (Cf. Habermas, 1997b). Habermas propriamente visa aprofundar a necessidade de legitimação na modernidade das instituições ao trazer a sociedade civil de frente para o Estado, diminuindo as fronteiras entre cidadãos e política cotidiana. O procedimentalismo habermasiano encontra no direito positivo sua dose exata de coercitividade atrelada à flexibilidade de uma ética dialógica que pode ser aplicável fartamente ao Estado-Nação e não em detrimento deste, discordando pois do Habermas (Cf. Habermas, 2001) em sua leitura cosmopolita.

Sousa Santos (2002a), um entusiasta das experiências de participação praticadas ao sul do mundo, reivindica, em anexo a Offe, Wood e Habermas, a *quebra* da rígida dicotomia existente entre governantes e governados. A sua nova praxiologia política é conectada à sua obra crítica como um todo, não podendo ser pensada como um mero anexo caprichoso. Desta forma a valorização do espaço *micro*, o *local*, enquadra-se perfeitamente em uma outra escala de atuação política que não seja transnacional. O sociólogo português, crítico e desconfiado de uma noção de *homem* (e mulher) que seja única, busca a valorização de experiências vividas intersubjetivamente que tomem os espaços tradicionais da política retransfigurando-as gerando um *continuum* virtuoso.

Tendo em vista o estudo realizado, cabem alguns possíveis encaminhamentos. Um deles diz respeito ao duplo *destino* que é dado hoje aos Estados-Nacionais: um *entulho* ou uma estratégia ainda desejável? Ulrich Beck

(2003), juntamente a Giddens e ao próprio Habermas, aproxima-se da proposição de uma práxis cosmopolita e argumenta em torno da urgência de nos afastarmos dos *conceitos zumbis*: “É esse tipo de sociologia reflexiva, além da aplicação metodológica da sociologia à sociologia, que pode vir a ser fecundo para a crítica do conceito zumbi” (Beck, *Op. Cit.*: 16). Dentre os conceitos *mortos-vivos*, destaca-se, em sua crítica, o *Estado-Nação*. O diagnóstico da modernidade reflexiva está, portanto, longe de ser consensual.

Não é condenável a proposição cosmopolita que se alicerça na aspiração kantiana da busca por uma *paz perpétua*. O problema é se subestimar – o que Kant jamais fez - a importância dos Estados-Nacionais (Repúblicas), num mundo *pós-11 de setembro*. Borradori (2004) indaga-nos acerca dos *valores* e mesmo pressupostos jurídicos que poderiam sustentar os acordos a partir de então, quando se admite que a idéia mesma de *res pública* não é universalmente reconhecida. De que cosmopolitismo falamos? De qual cidadania mundial? O que são acordos diplomáticos?

“Teria a lei internacional clássica se tornado obsoleta diante das novas ameaças subnacionais e transnacionais? Quem é soberano sobre quem? É oportuno avaliar a globalização por meio das noções de cosmopolitismo e de cidadania mundial? Será a noção política e filosófica de diálogo tão crucial para a toda estratégia diplomática, uma ferramenta universal de comunicação? Ou será o diálogo uma prática cultural específica, *que às vezes poderia simplesmente se mostrar inadequada*? E, final, sobre que condições o diálogo é uma opção viável?” (Borradori, *Op. Cit.*: p.8-9. Os grifos são nossos)

O *diálogo* (a diplomacia) como *medium* legítimo de resolução de conflitos que, ainda na Grécia antiga, ganhava notoriedade entre aqueles que se percebiam como integrantes da *polis*, mostra-se inadequado em realidades cujos antagonistas não se percebem mutuamente como iguais, e não são objetivamente. Tal estranhamento abriu brechas para a ocupação militar em regimes *não alinhados*, como o caso do Afeganistão ou do Iraque. Nada até hoje pode atestar que a relativização da soberania local por parte de potências econômicas globais tenha edificado uma ordem internacional mais justa. Há, pois,

um incômodo *desencaixe* – para se utilizar o termo de Giddens, contra o próprio, aliás – entre as propostas cosmopolitas contemporâneas e a realidade de uma globalização excludente. Como procuramos evidenciar no capítulo segundo, há uma confusão que mistura a aceleração espaço-temporal, o espraiamento da cultura material capitalista/ocidental - constatações inegáveis como salientam David Harvey (1998), Milton Santos (1997) e Boaventura de Sousa Santos (2006) em face das novas tecnologias - e uma homogeneização simbólica que é tanto indesejável quanto inexequível⁸². A *terceira onda* de democratização que supunha por todo o mundo uma maior homogeneidade de aspirações indicou até hoje um significativo aumento de eleições formais e alguma rotação de elites nos regimes democráticos, nada mais que isso. Dito de outro modo, ainda é pouco crível qualquer referência a uma cultura democrática global.

Não se realizou, portanto, uma homogeneização *cognitiva* capaz de gerar o que se ambicionou chamar de *esfera pública global* ou *sociedade civil mundial*, inexistindo para sustentá-la um *celeiro cultural* ou *mundo da vida* global (Costa, 2002). As propostas elaboradas por Giddens (1997; 1999) e Habermas (2001) em torno do *cosmopolitismo* carecem de sustentação sociológico-empírica, como foi demonstrado, além de Costa (2003; 2004a; 2004b), por Thomas Olesen (2005) e Klaus Gerd Giesen (2001). No plano normativo, é ainda mais nefasto, podendo auxiliar a compor o argumento de Borradori (*Op. Cit.*) em seu questionamento severo das convenções internacionais que ainda permitem mesmo que bastante fragilmente – o que implica a necessidade de seu fortalecimento e não de sua extinção - a defesa dos Estados mais fracos ante os mais fortes.

Buscamos tematizar os dois fóruns mundiais no ano de 2005 entendendo-os como Espaços Públicos Transnacionais (Olesen, 2005). Em acordo com o sociólogo dinamarquês Thomas Olesen, as EPT's em nada são espaços abstratos formados por redes equânimes permeadas pela voluntariedade universal. Ao

⁸² Miglievich Ribeiro (1995) traz Simmel em sua denúncia da tragédia da cultura, revelando que o crescimento exponencial da cultura material não traduz necessariamente em idêntica elevação da chamada cultura subjetiva. Podemos dizer que, ainda que a “justiça distributiva” se realizasse na globalização, nem por isso, a forma de “vivência” dos bens distribuídos seria homogênea. O tema, trazido de Simmel para compreender o “genericamente humano” transmutado em “masculino”, é mote hoje de debates nas questões da justiça cultural e do universalismo vs. comunitarismo cuja autora dá seguimento em novos estudos.

contrário, as EPT's reproduzem, notadamente, as relações existentes *fora* destas, sendo profundamente hierarquizadas e com desigual distribuição de poder.

O FEM é objeto de crítica já há muito, como nos mostra Milton Santos (1997), como fórum dedicado aos debates corporativos, realidade que não se modificara no ano de 2005. Houve, contudo, uma transmutação relativa do direcionamento *mercadocêntrico* com a eclosão do FSM, fazendo deste seu pólo antagônico. Cabe frisar que o Fórum Social Mundial indiretamente foi responsável por algumas alterações no formato do fórum de Davos tal como uma maior presença de personalidades midiáticas, de um lado, e de um percentual antes inexistente de representantes do chamado *terceiro setor*, de outro. Todavia, o FEM ainda é um grupo fechado, com regras claras de filiação que se fixam no poder econômico de seus membros. Não por acaso, há clara dominância de grupos do *norte* sobre os do *sul* do mundo.

O FSM que mereceu dentre outras alcunhas a de “*a maior inovação política dos últimos tempos*” (Leite, 2003), por sua vez, encontra-se também na incômoda situação de reprodução de relações de dominação que se situam além-Fórum, a despeito de seu discurso politicamente progressista. Quando realiza inversão na posição dos atores nas relações de dominação esta não traz conseqüências para além daquela experiência. O equilíbrio na presença dos gêneros não oculta a disparidade em torno da origem geográfica e econômica. O que deveria ser *mundial* acabou sendo, na edição de 2005, um *fórum brasileiro*. Levando-se em conta predomínios geracionais, deve-se acrescentar que os participantes, em sua maioria jovens, marcaram o fórum como um espaço da juventude, sobretudo. Ao contrário de sua própria auto-percepção, como atestam as pretensões presentes em sua *Carta de Princípios* (Cf. Santos, 2005), nossa pesquisa não pôde atestar a identidade do FSM como um *processo global*. Nas não poucas distinções, o FEM e o FSM não se constituem como articulações políticas capazes de propor projetos de sociedade.

No ano de 2005, o FEM centrou seus esforços em torno da idéia de *liderança* global, diferentemente de *governo* global. Elegeram os desafios-chave do planeta e sobre estes debateram. Aparentemente, as mais importantes

decisões quer sobre financiamentos ou acerca da pobreza mundial já estavam tomadas a despeito da sociabilidade gerada durante os dias do FEM. No FSM, as impressionantes e diversas 305 propostas elaboradas por militantes e movimentos sociais, apresentadas quase que de maneira *direta*, dispersaram-se na impossibilidade e, neste caso, na recusa, de consensos que pudessem metamorfosear-se em ação em prol de “um outro mundo possível”. Estas dificuldades de sedimentação institucional (FSM) de um lado e da ausência de legitimidade do outro (FEM), aproximam-se do pano de fundo desta dissertação, que é a crise da política contemporânea (Cf. Oliveira, 2003; 2006; Mézsáros, 2007) e sua *inocuidade*.

Santos (2006), na busca da reconstituição histórica do conceito de *governança*, reivindica uma dupla hermenêutica na sua utilização embora detecte uma única origem. Para o autor, o conceito surgiu em conseqüência de protestos e contestações macro-estruturais e epistemológicas num só tempo oriundos do movimento de 1968 em que, de maneira determinante, o Estado verticalizado foi apontado como obsoleto e autoritário. Hoje, *direita* e *esquerda* reivindicam para si o uso do conceito e as práticas daí decorrentes uma vez que a defesa da flexibilização de práticas estatais engessadas tendem a ser desejadas quer no mundo empresarial quer na vida dos cidadãos comuns. A questão que levantamos: o *soft power*, sinônimo de governança, é mais adequado, por isso, ao atual panorama transnacional? A fragmentação de ações revelada tanto no FSM quanto no FEM parecem convencer-nos de sua conveniência, quaisquer que sejam as reivindicações postuladas, mas ainda assim resta uma inquietação: a quem serve mais pragmaticamente a minimização do Estado e, conseqüentemente, das políticas públicas?

Avritzer (1999:183) é taxativo ao analisar que determinados discursos encontram-se em considerável distância com relação ao que as instituições, faticamente, podem oferecer. A observação de que o cosmopolitismo seja nada menos que *wishful thinking* é procedente (Cf. Costa, 2003). As propostas de cosmopolitismo encontram-se neste dilema pois buscam resolver os déficits da democracia contemporânea apostando na globalização como força motriz mas

ignorando as dificuldades e limitações intrínsecas a esta. Ambos os fóruns não nos propiciaram uma *saída* satisfatória para tal dilema.

Voltando à bifurcação que fundou esta dissertação, cabe-nos apostar, ainda que de forma renovada nos Estados-Nacionais e nas esferas locais de poder como espaços de construção de práticas democráticas. Nesse sentido, podemos chamar ao debate Marco Aurélio Nogueira (2005) e Frédéric Vandenberghe (2006) que defendem o retorno do Estado-Nação para o mundo globalizado. Em suas respectivas abordagens, o Estado-Nacional é ainda o único caminho possível para se escapar ao discurso apologético de uma sociedade civil espontânea capaz de antagonizar com o mercado. Ambos os autores admitem que, ao fim e ao cabo, a sociedade civil sem Estado reforça as inevitáveis sociabilidades advindas do projeto mercadocêntrico em razão das dificuldades de se institucionalizar ações fora dele, a menos que haja outro potente mecanismo agregador, falamos aqui do Estado. Vandenberghe propõe-nos, não fortuitamente, uma abordagem neo-gramsciana na qual o Estado-Nação surge como um ator fundamental, devidamente amparado pelos movimentos sociais, na edificação de uma globalização contra-hegemônica, ao contrário dos chamados neomarxistas que inadvertidamente reforçam o neoliberalismo ao abandonarem o Estado-Nação como força social relevante.

Nestes termos, em busca de proposições de oxigenação da democracia na institucionalidade *possível* na contemporaneidade urge atentar para as advertências, críticas e encaminhamentos de quatro diferentes autores que produzem suas obras, sob diferentes enfoques, a partir da grande crise de petróleo da década de 1970, nos provocando a arriscar práticas políticas sob novos auspícios, sejam por vias mais pragmáticas ou sob complexos fundamentos normativos.

A renovação da solidariedade para, talvez, caminharmos em direção a um horizonte cosmopolita envolve pensarmos na *oxigenação* do Estado-Nação dado que, até o presente momento, a cidadania moderna é um projeto inacabado. É fato que as advertências do século XX, ao nos mostrarem experiências de nacionalismo e autoritarismo, não podem ser esquecidas. Contudo, as

constelações pós-nacionais não descortinaram nada diametralmente oposto. Até hoje, com todas as adversidades, os aprendizados políticos oferecidos nos Estados-Nacionais foram os que mais proximamente chegaram do estabelecimento de uma cultura cívica no sentido das chamadas virtudes públicas ou bem-comum. Sem desmerecer outras formas de interação, ainda nos parece que por longo tempo a renovação dos Estados-Nação é a via de alcance de qualquer política mundial comprometida, dentre outras coisas, com a busca de uma *vida não fracassada* (Cf. Adorno *apud* Honneth, 2006) e por um cenário menos beligerante. É mister apostar nas soberanias nacionais em um momento em que estas correm risco e repensar as redes de aprendizados políticos que não contradizem ao Estado Democrático de Direito mas tendem a torná-lo mais efetivo.

Referências Bibliográficas

- ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- ABRANCHES, Sergio. Nem cidadãos nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.28, nº 1, 1985, p.5-25.
- ADORNO, Theodor W.. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemão. In: *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- ALEXANDER, Jeffrey. *O novo movimento teórico*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 4, vol. 2, jun. 1987.
- APEL, Karl Otto, ARAÚJO, Manfredo Araújo de & MOREIRA, Luiz (orgs). *Com Habermas, contra Habermas: direito, discurso e democracia*. São Paulo: Landy, 2004.
- ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- ARENDT, Hannah. *Que és la política?* Barcelona: Paidós, 1997.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios de teoria habermasiana e teoria democrática*. Belo Horizonte: Editora UFMG, s.d..
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. Democracia e liberalismo (verbete). In: BOBBIO; MATTEUCCI & PASQUINO (orgs). *Dicionário de política*. V.1. Brasília: Edunb, 2000.
- _____. & VIROLI, Maurizio. *Diálogo em torno da república: os grandes temas da política e da cidadania*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BENEDUZI, Luiz Fernando. Nostalgia do tempo em um tempo de nostalgia. Documento manuscrito, 2007, pp.4.
- BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT. Sur les ruses de la raison impérialiste. In: *Actes de la recherche em sciences sociales*. Paris: Editions du Seuil, n. 121-122, mar. 1998, 109-118.

CARVALHO, Alessandro. *De Davos para o planeta: a globalização pelo Fórum Económico Mundial*. Rio de Janeiro: Armazém Digital, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categoriais. In: *Dados – Revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 46, n.3, 2003, p.419-459.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, n.53, out. 2003, p.19-32.

_____. Direitos humanos e anti-racismo no mundo pós-nacional. In: *Novos estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap, n.68, mar. 2004a, p.23-37.

_____. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. In: *Tempo social: revista de sociologia da USP*. São Paulo: V. 16, n.2, novembro, 2004b, p.73-100.

_____. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n.60, fev. 2006, p.117-134.

COUTINHO, George Gomes. Debates em torno do paradoxo de Mannheim: a democracia enquanto utopia do século XXI. In: Arend, Silvia Maria Fávero (et. ali). *Anais do III simpósio nacional de história cultural – mundos da imagem: do texto ao visual*. Florianópolis: GT História Cultural – Núcleo de Santa Catarina – ANPUH/ SC/ Clicdata Multimídia, 2006, p.1719-1742.

DOMINGUES, José Maurício. *Ensaio e sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Ediotra UFMG, 2004.

FRASER, Nancy. De la redistribución al reconocimiento?- Dilemas de la justicia en la era “postsocialista”. *New Left Review (en espanõl)*. Madrid, Akal, n.0, 2000.

FICHTNER, Ullrich. Fórum social mundial procura por um plano de negócios. *Jornal Der Spiegel*. 31 de jan. 2007. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2007/01/31/ult2682u340.jhtm>.

Acessado em 31 de jan de 2007.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.

_____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: _____, BECK, Ulrich & LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1997a, p.73-133.

_____. *Risco, confiança e reflexividade*. In: _____, BECK, Ulrich & LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1997b, p.219-234.

_____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Runaway world: how globalization is reshaping our lives*. New York: Routledge, 2000.

GIESEN, Klaus-Gerd. *Habermas, a segunda modernidade e a sociedade civil internacional*. In: *Novos estudos*. São Paulo: Cebrap, jul. 2001, p.87-96.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

GRAJEW, Oded. *Fórum Social Mundial na África*. *Jornal a Folha de São. Tendências e Debates*. 06 de fev. 2007. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0602200708.htm> (acessado em 06 de fevereiro de 2007).

GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GROSSMAN, Lev. Time's person of the year: you. Time Magazine, 13, dez, 2006. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1569514,00.html> acessado em 16 de janeiro de 2007.

GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. In: *Bib – Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, n.41, 1º sem. 1996, p.35-83.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984a.

_____. *The theory of communicative action: reason and rationalization of society* (vol.1). Boston: Beacon Press, 1984b.

_____. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap*, 18, setembro 1987, p.103-114.

_____. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1994.

_____. Entrevista a Sergio Paulo Rouanet e Bárbara Freitag. In: *Caderno Mais! Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 abril 1995, p.5-10.

_____. Entrevista a Mikael Carlehedem e René Gabriels - Uma conversa sobre questões de teoria política. *Novos Estudos CEBRAP*, 47, março 1997a, p. 85-102.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b (vol. I).

_____. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

_____. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Litera Mundi, 2001.

_____. *A inclusão do outro*. São Paulo: Edições Loyola, 2002a.

_____. *Agir comunicativo e razão destrancendentalizada*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002b.

_____. *Era das transições*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. Terra Instável – Entrevista concedida a Matthias Hoenig. *Folha de São Paulo*, 01 de abril de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0104200717.htm> (acessado em 1 de abril de 2007).

HALL, Stuart. The Rest and the West: Discourse and Power. In: GIEBEN, Bram & _____. *Formations of Modernity*. London: Polity Press, 1992, p. 275–332.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1998 (7ª edição).

HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, s.d..

HIRSCHMAN, Albert O.. A moralidade e as ciências sociais. In: *Novos estudos Cebrap*. nº 1, dez. 1981, p.25-31.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____ & RANGER, Terence. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

_____. A falência da democracia. In: *Caderno Mais. Folha de São Paulo*. 9 set. 2001.

HONNETH, Axel. O capitalismo como forma de vida fracassada: esboço sobre a teoria da sociedade de Adorno. In: *Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais*. nº 24, abril 2006, p.09-26.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: *Os pensadores* (col.). São Paulo: Abril Cultural, 1975.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IBASE. *Raio X da participação no fórum 2005: elementos para debate*. São Paulo: FSM / Rio de Janeiro: Ibase, nov. 2005.

LEITE, José Corrêa. *Fórum social mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LENIN, V.I.. *O estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la. In: ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução: seleção de textos de Lênin de fevereiro a outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.77-111.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993 (4º ed.).

LOCKE, John. *Two treatises of civil government*. London: Everyman's Library, 1966.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MCLUHAM, Marshall. *Understanding media: the extensions of man*. New York, McGraw-Hill, 1964.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MAUS, Ingeborg. From nation-state to global state, or the decline of democracy. In: *Constellations*. Oxford: Blackwell Publishing, vol. 13, n. 4, 2006, p.465-484.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MESZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. A crise estrutural da política. In: *Boletim Resistir*. Disponível em: http://www.resistir.info/meszaros/crise_estrutural_da_politica.html (acessado em 11 de janeiro de 2007).

MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Editora Senzala, 1970.

MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria. "Habermas e o pós-moderno: ciência e ficção. Um primeiro ensaio". *Concinnitas*, UERJ, RJ, n.1, agos/dez de 1998, p. 121-131.

_____. Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrecruzamento de círculos e a formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado em Sociologia, 2000.

_____. Os absolutos relativos masculino e feminino na cultura trágica: um ensaio sobre a modernidade em Georg Simmel. Mimeo, 29p.

Miglievich Ribeiro, Adelia. Condição humana, condição cidadã: um ensaio sobre a dignidade da política e os desafios do novo Estado democrático. Ciências Sociais, Unisinos, jan/abr. 2006, p.12-18.

MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES FILHO, Evaristo (org). *Simmel (Col. Grandes Cientistas Sociais)*. São Paulo: Ática, 1983.

MÜNSTER, Arno. *Utopia, messianismo e apocalipse nas primeiras obras de Ernest Bloch*. São Paulo: Edunesp, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil. In:_____. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2005, p.77-116.

OFFE, Claus. O dilema da tecnocracia. In: BAYER, Gustavo (org). *Tecnocracia e ideologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p.70-84.

_____. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Capitalismo desorganizado – transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, L. C. Bresser; WILHEIM, Jorge & SOLA, Lourdes. *Sociedade e estado em transformação*. São Paulo: Edunesp; Brasília: ENAP, 1999, p.119-145.

OLESEN, Thomas. The Transnational Zapatista Solidarity Network: An Infrastructure Analysis. *Global Networks*, Vol. 4, No. 1, 2004, p. 89-107..

_____. Transnational publics: new spaces of social movement activism and the problem of global-sightedness. In: *Current Sociology*. Sage Publications, vol 3, n. 3, maio, 2005, p.419-440.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In: _____. *Crítica a razão dualista / o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.125-150.

_____. A política interna se tornou irrelevante – Entrevista concedida a Rafael Cariello. In: *Folha de São Paulo*. 24 de jul. 2006.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do desenvolvimento humano 2002: aprofundar a democracia num mundo fragmentado*. Acessado em <http://www.pnud.org>. Acesso em 23 de agosto de 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? In: *Travessias – Revista da Associação de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, nº1, 1999a, set., p.21-38.

_____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC (Núcleo de Estudos da Cidadania), 1999b, p.83-129.

_____. Não disparem sobre o utopista. In: _____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. Os processos da globalização. In: _____ (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002b, p.25-102.

_____ & AVRITIZER, Leonardo. Democratizar a democracia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

_____. *O fórum social mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo, mundo e espaço-mundo. In: DOWBOR, Ladislau, et. all. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada – Vol. 1 – O debate contemporâneo*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, Peter. *Um só mundo: a ética da globalização*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TEIVANEN, Teivo. The world social forum: arena or actor? Comunicação apresentada em reunião da Associação de Estudos Latino Americanos (LASA), Dallas, 2003.

THERBORN, Göran. O patriarcado: saídas de cena e desfechos. In: _____. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p.30-32.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América (1º parte – 1835). In: GILBERT, Pierre (org.). *Igualdade social e liberdade política: uma introdução à obra de Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Nerman, 1988, p.33-65.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TURNER, Victor. Dramas sociais e histórias sobre eles (documento manuscrito). s.l. e s.d.

Wall Street Journal (The). World Economic Forum's Three Decades of History. 20 jan. 2003. Disponível na Internet via <http://www.aegis.com/news/wsj/2003/WJ030103.html>. Acesso em 29 out. 2005.

_____. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *Economia e sociedade*. Brasília: EDUNB, 1º Vol., 3º ed.: 2000.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. *Democracia enclausurada: um debate crítico sobre a democracia representativa contemporânea*. Brasília, UNB/ Departamento de Sociologia/PPGS, 2004, 154p. Dissertação. (Mestrado em Sociologia).

VANDENBERGHE, Frédéric. The state of cosmopolitanism. Paper presented at the XVIth. World Congress of Sociology, Durban, South Africa, July 2006, pp.29.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Strategic insight: the agenda review for global leaders*. Genebra, WEF, 2005a

_____. *Tough choices: a guide to the issues*. Genebra: WEF, 2005b.

_____. *Global town hall report*. 26 jan. 2005c, 2pp..

WHITAKER, Chico. *O desafio do fórum social mundial: um modo de ver*. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Edições Loyola, 2005.

WIKIPÉDIA. Davos (verbete). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Davos>. Acessado em 19 de junho de 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZANETTI, Hermes. *Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária no Brasil*. Brasília: Edunb, 2001.